



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO



RELATÓRIO DE GESTÃO

SEPED/2011

Brasília-DF,
Mai de 2012

República Federativa do Brasil

DILMA ROUSSEFF

Presidente

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

Ministro

Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED

CARLOS AFONSO NOBRE

Secretário

Departamento de Políticas e Programas Temáticos – DEPPT

CARLOS ALFREDO JOLY

Diretor

Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN

REINHARDT ADOLFO FUCK

Diretor

Coordenadores da SEPED:

Coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação para Pesquisa - CGAA

Fernando André Pereira das Neves

Coordenação - Geral de Gestão de Ecossistemas - CGEC

Mercedes Maria da Cunha Bustamante

Coordenação Geral de Políticas e Programas em Biodiversidade – CGBD

Janice Romaguera Trotte Duhá

Coordenação Geral de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia - CGMH

Darly Henriques da Silva

Coordenação Geral de Biotecnologia e Saúde – CGBS

Luiz Henrique Mourão de Canto Pereira

Coordenação Geral de Mudanças Globais de Clima - CGMG

Sonia Regina Mudrovitsch de Bittencourt - Substituta

Coordenação-Geral de Operações e Modelagem-CGOM

Carlos Frederico de Angelis

Coordenação-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento-CGPD

Javier Tomasella

COLABORADORES

Antonio Marcos Mendonça

Cláudia Morosi Czarneski

Claudia Alves Magalhães

David ConWay Oren

Juliana Gomes dos Santos Andrade

Lozevaldo Monteiro Cruz

Márcio Rojas da Cruz

Ricardo Melamed

Sharon Lisauskas Ferraz de Campos

Ubirajara Araújo Filho

Vânia Gomes da Silva

Equipe técnica:

- Fernando André Pereira das Neves

- Lozevaldo Monteiro Cruz

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABC Agência Brasileira de Cooperação	INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial
ABDI - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial	IPCC - Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas
ANA - Agência Nacional de águas	LBA - Projeto de Grande Escala da Biosfera e Atmosfera na Amazônia
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária	LNMG/ABTLus - Laboratório Nacional de Modificação do Genoma
BID – Banco de Desenvolvimento	LOA – Lei Orçamentária Anual
Biomar - Potencial Biotecnológico da Biodiversidade Marinha	LRNANO - Laboratório Regional de Nanotecnologia
Bionorte - Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal	MA - Maranhão
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	MAPA – Ministério da Agricultura,
C,T&I – Ciência, Tecnologia e Inovação	Marco Regulatório para a Limpeza de Campo (SEMA-MT)
CBAB - Centro Brasileiro – Argentino de Biotecnologia	MB - Marinha do Brasil
CBMNano - Centro Virtual Brasileiro-Mexicano de Nanotecnologia	MCTI - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
CDB - Convenção sobre Diversidade Biológica	MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
CEMADEN - Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais -	MDL – Mecanismos de Desenvolvimento Limpo
CGAA - Coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação para Pesquisa	MMA - Ministério do Meio Ambiente
CGBD - Coordenação Geral de Políticas e Programas em Biodiversidade	MPGO – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
CGEC - Coordenação - Geral de Gestão de Ecossistemas	MRE - Ministério das Relações Exteriores
CGOM - Coordenação-Geral de Operações e Modelagem	MS - Ministério da Saúde.
CGPD - Coordenação-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento	OMM - Organização Mundial de Meteorologia
CGEN - Conselho Gestor do Patrimônio Genético	OMS – Organização Mundial da Saúde
CGFLOP - Comissão de Gestão de Florestas Públicas	ONU – Organização das Nações Unidas
CGMH - Coordenação-Geral de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia	PACTI - Plano de Ação Ciência, Tecnologia e Inovação
CIMGC -Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima	PCA - Projeto Cenários para a Amazônia
CIRM - Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	PEC - Proposta de Emenda à Constituição
CMC - Convenção sobre Mudança do Clima.	PITCE - Ciência, Tecnologia e inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
CNB - Comitê Nacional de Biotecnologia	PNCTM - Política Nacional de Ciência e Tecnologia do Mar e Antártica
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	PNPMF - Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos
COI - Comissão Oceanográfica Intergovernamental	PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
ComCerrado - Rede de Pesquisas para o Uso Sustentável e Conservação do Cerrado	PPA -Plano Plurianual
Complexo Industrial da Saúde	PPBio - Programa de Pesquisa em Biodiversidade
CONABIO - Conselho Nacional de Biodiversidade	PPCDAM - Grupos de Trabalho Interministerial do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia
CONACER - Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável	PRONEX - Programa de Núcleos de Excelência
CONAFLO - Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas	RENIMP - Rede de Identificação Molecular do Pescado
CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente	RENORBIO – Rede Nordeste de Biotecnologia
CONAPA - Comitê Nacional de Pesquisa Antártica	RG - Relatório de Gestão
CONCEA Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal	RISH - Rede de Insumos para Saúde Humana
CONICQ - Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e de seus Protocolos	RSUV - Radiação Solar Ultra-Violeta
CPP - Centro de Pesquisas do Pantanal	SBI - Órgão Subsidiário de Implementação
CQNUMC - Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima	SBSTA - Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico
CRN - Centro Regional do Nordeste	SEAIN - Secretaria para Assuntos Internacionais
CSF - Fator Estimulante de Granulócitos Humano	SECIRM - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
DECEA - Comando da Aeronáutica	SEPED - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento
DEPPT - Departamento de Políticas e Programas Temáticos	SIBRATEC - Rede de Serviço Tecnológico, integrada ao Sistema Brasileiro de Tecnologia
DF – Distrito Federal	TCU - Tribunal de Contas da União
DN - Decisão Normativa	TDC – Termo de Descentralização de Crédito
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	TI - Tecnologia da Informação
FAO/OMS - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação/Organização Mundial de Saúde	UCB – Universidade Católica de Brasília
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos	UEFS – Universidade Federal de Feira de Santana
Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz	UESC – Universidade Federal de Santa Catarina
GECCIS - Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde	UFAC – Universidade Federal do Acre
GEF - Global Environment Facility	UFAM – Universidade Federal do Amapá
GEOMA - Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia	UFC - Universidade Federal do Ceará
IEAPM - Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira	UFF - Universidade Federal Fluminense
IN - Instrução Normativa	UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
INAU – Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Áreas Úmidas	UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso
InCor/HCFMUSP	UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
INMET - Instituto Nacional de Meteorologia	UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industria	UFPR – Universidade Federal do Paraná
INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
	UFRR – Universidade Federal de Roraima
	UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
	UNITOX - Instituto Royal
	USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA SEPED	8
ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	9
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - CGPD	11
RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL DA SEPED - 2011	13
1. IDENTIFICAÇÃO (PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010).....	13
2. PLANEJAMENTO, GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010).....	16
2.1 RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL DA UNIDADE:	16
2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS:	16
2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE:	18
2.3.1. <i>Execução do Programa: Ciência, Tecnologia e Inovação Aplicadas aos Recursos Naturais, sob a responsabilidade da SEPED</i>	18
2.3.1.1(*) - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRAS DAS AÇÕES DO PROGRAMA 1122, SOB A COORDENAÇÃO DA SEPED	21
2.3.1.2. <i>Execução do Programa Meteorologia e Mudanças Climáticas, sob a responsabilidade da SEPED</i>	44
2.3.1.2.1 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRAS DAS AÇÕES DO PROGRAMA 1421, SOB A COORDENAÇÃO DA SEPED	46
2.3.1.3.1 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRAS DAS AÇÕES DO PROGRAMA 1388, SOB A COORDENAÇÃO DA SEPED	62
2.3.1.3.1.1 - <i>Demonstrativo da Execução das Ações do Programa de Governo: 1388, no âmbito da SEPED</i>	63
2.3.2 <i>Execução Física das ações realizadas pela SEPED</i>	72
2.4.2 - <i>Execução Orçamentária da Despesa</i>	77
2.4.4.3 – <i>Despesas por Modalidade de Contração dos créditos recebidos por movimentação</i>	80
2.4.4.5 – <i>Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação</i>	81
2.4.4.6 – <i>Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação</i>	82
2.4.7 – <i>Indicadores Institucionais</i>	83
3. INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS (PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010)	84
3.2 – <i>ANÁLISE CRÍTICA</i>	84
4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010).	85
4.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	85
4.2 – <i>ANÁLISE CRÍTICA</i>	85
5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE, CONTEMPLANDO AS SEGUINTE PERSPECTIVAS (PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010)	86
5.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	86
5.1.1 DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA SEPED	86
5.1.2 <i>Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da SEPED</i>	86
5.1.3 <i>Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da SEPED</i>	87
5.1.4 <i>Qualificação do quadro de pessoal da SEPED segundo a idade</i>	87
5.2 <i>Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas</i>	88
5.2.1 <i>Classificação do quadro de servidores inativos da SEPED segundo o regime de proventos e de aposentadoria</i>	88
5.2.2 <i>Demonstração das origens das pensões pagas pela SEPED</i>	89
5.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	89
5.3 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA SEPED.....	90
6. TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES (PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010)	91
6.1 TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO	91
6.1.1 <i>Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011</i>	91
6.1.2 <i>Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios</i>	93
6.1.3 <i>Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigoram no exercício de 2011 e seguintes</i>	93
6.2.1 <i>Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse</i>	95
6.3 - <i>ANÁLISE CRÍTICA</i>	96
7. DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV (PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010)	97
7.1 DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SICONV	97
8. SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI Nº 8.730 (PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010)	98
8.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI Nº 8.730	98
8.1 ANÁLISE CRÍTICA	98
9.1 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA SEPED	99
10. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS (PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II, DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010).	101
11. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA (PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010).	101
12. CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL (PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010).	101
13. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ (PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010).	101
14 – DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO (PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010).	102
14.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	102
14.2 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	104
14.3 RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	104

15 – RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDA NO EXERCÍCIO (PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010).	105
16. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UNIDADE JURISDICIONADA (PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010)	106
16.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	106
17. CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”, NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS (PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010)	107
17.1 CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”, NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	107
18. AVALIAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA CELEBRADO PELA UNIDADE JURISDICIONADA (ITEM 38 DA PARTE “C” DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108/2010)	140
<i>Análise crítico</i>	146
ROL DE RESPONSÁVEIS	148

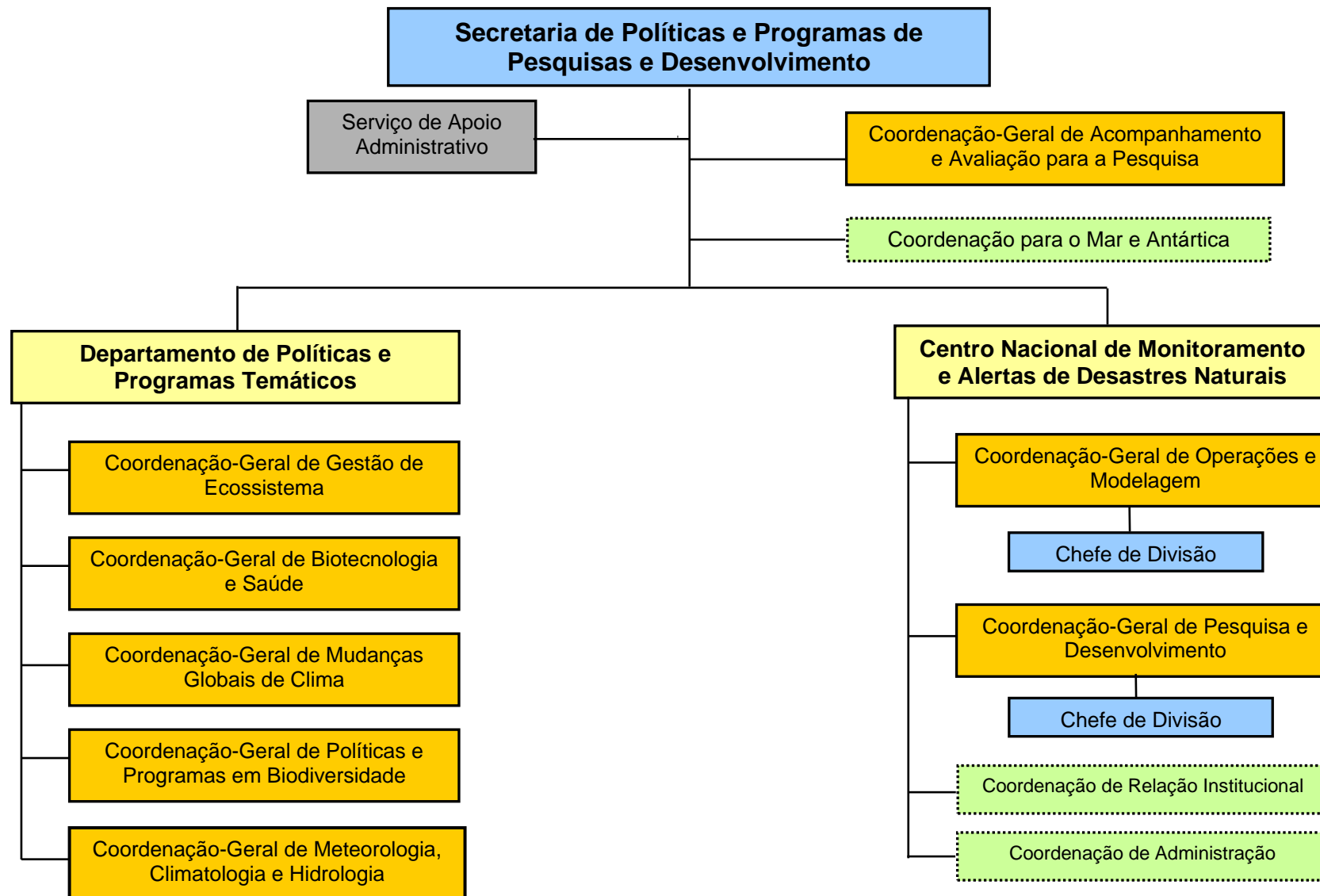
LISTA DE TABELAS

TABELA 1: QUADRO A.1.1 - RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	13
TABELA 2: QUADRO A.2.1A - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO: 1122.....	18
TABELA 3: QUADRO A.2.1.A.1 - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES DO PROGRAMA DE GOVERNO: 1122 SOB A COORDENAÇÃO DA SEPED.....	21
TABELA 4: QUADRO A.2.1.A.1.1 - PROGRAMA DE TRABALHO: 19.573.1122.10GO.0001 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE RECURSOS NATURAIS.....	22
TABELA 5: QUADRO A.2.1.A.1.2 – PROGRAMA DE TRABALHO: 19.522.1122.2272.0000 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PROGRAMA	24
TABELA 6: QUADRO A.2.1.A.1.3 – PROGRAMA DE TRABALHO: 19.571.1122.4951.0050 - DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS SOBRE OS ECOSISTEMAS DO PANTANAL - NA REGIÃO CENTRO	26
TABELA 7: QUADRO A.2.1.A.1.4 – PROGRAMA DE TRABALHO: 19.572.1122.6255.0010 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE MÉTODOS, MODELOS E GEOINFORMAÇÃO PARA A GESTÃO AMBIENTAL - GEOMA - NA REGIÃO NORTE	29
TABELA 8: QUADRO A.2.1.A.1.5 – PROGRAMA DE TRABALHO: 19.571.1122.6717.0001 - DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS PARA OS BIOMAS BRASILEIROS - NACIONAL.....	31
TABELA 9: QUADRO A.2.1.A.1.6 – PROGRAMA DE TRABALHO: 19.571.1122.6739.0001 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS EM BIODIVERSIDADE - NACIONAL	33
TABELA 10: QUADRO A.2.1.A.1.7 – PROGRAMA DE TRABALHO: 19.571.1122.8460.0001 - APOIO À REDE DE PESQUISAS PARA A CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DO CERRADO	36
TABELA 11: QUADRO A.2.4.8.1.8 – PROGRAMA DE TRABALHO: 19.571.1122.8963.0001 - APOIO À MODERNIZAÇÃO DE ACERVOS BIOLÓGICOS (COLEÇÕES EX SITU).....	38
TABELA 12: QUADRO A.2.1.A.1.9 – PROGRAMA DE TRABALHO: 19.571.1122.8964.0001 - APOIO A REDES DE INVENTÁRIOS DA BIOTA	40
TABELA 13: QUADRO A.2.1.A.1.10 – PROGRAMA DE TRABALHO: 19.571.1122.8978.0001 - APOIO À PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM ÁREAS TEMÁTICAS DA BIODIVERSIDADE	42
TABELA 14: QUADRO A.2.1.B - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO: 1421	44
TABELA 15: QUADRO A.2.4.B.1 - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES DO PROGRAMA DE GOVERNO: 1421 SOB A COORDENAÇÃO DA SEPED.....	46
TABELA 16: QUADRO A.2.4.B.1.1 – PROGRAMA DE TRABALHO: 19.122.1421.2272.0001 - GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	47
TABELA 17: QUADRO A.2.4.B.1.2 – PROGRAMA DE TRABALHO: 19.571.1421.200B.0001 - REDE DE METEOROLOGIA E CLIMA	48
TABELA 18: QUADRO A.2.4.B.1.3 - PROGRAMA DE TRABALHO: 19.573.1421.6126.0001 - INVENTÁRIO NACIONAL DE EMISSÕES ANTRÓPICAS DE GASES DE EFEITO ESTUFA	50
TABELA 19: QUADRO A.2.4.B.1.4 - PROGRAMA DE TRABALHO: 19.571.1421.6909.0001 - OPERACIONALIZAÇÃO DO MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LIMPO.....	53
TABELA 20: QUADRO A.2.4.B.1.5 – PROGRAMA DE TRABALHO: 19.571.1421.12QB.0001 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTA DE DESASTRES NATURAIS - CEMADEN	55
TABELA 21: QUADRO A.2.4.B.1.6 – PROGRAMA DE TRABALHO: 19.571.1421.20GB.0001 - MONITORAMENTO E ALERTA DE DESASTRES NATURAIS ..	58
TABELA 22: QUADRO A.2.4.C.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO: 1388(*)	61
TABELA 23: QUADRO A.2.4.C.1 - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES DO PROGRAMA DE GOVERNO: 1388 SOB A COORDENAÇÃO DA SEPED	62
TABELA 24: QUADRO A.2.4.C.1.1 - PROGRAMA DE TRABALHO: 19.572.1388.2092.0010 - DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E PROCESSOS NO CENTRO DE BIOTECNOLOGIA DA AMAZÔNIA - CBA	63
TABELA 25: QUADRO A.2.4.C.1.2 – PROGRAMA DE TRABALHO: 19.572.1388.4942.0001 - APOIO A PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO EM BIOTECNOLOGIA	65
TABELA 26: QUADRO A.2.4.C.1.3 – PROGRAMA DE TRABALHO: 19.571.1388.8480.0001 - PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO EM FÁRMACOS E MEDICAMENTOS	68
TABELA 27: QUADRO A.2.4.C.1.4 – PROGRAMA DE TRABALHO: 19.572.1388.8482.0001 - APOIO A PESQUISA DE RESÍDUOS E CONTAMINANTES	70
TABELA 28: QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA SEPED.....	72
TABELA 29: QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	72
TABELA 30: QUADRO A.2.4 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES	73
TABELA 31: QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL	73
TABELA 32: QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS.....	74
TABELA 33: QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA.....	75
TABELA 34: QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA SEPED.....	77
TABELA 35: QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ	78
TABELA 36: QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA SEPED.....	79
TABELA 37: QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO.....	80
TABELA 38: QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	81
TABELA 39: QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	82
TABELA 40: QUADRO A.3.1. - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	84
TABELA 41: QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	85
TABELA 42: QUADRO A.5.1 - COMPOSIÇÃO DE TRABALHO DA SEPED - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011	86
TABELA 43: QUADRO A.5.2 - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA SEPED – SITUAÇÃO EM 31/12	86
TABELA 44: QUADRO A.5.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA SEPED (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO).....	87
TABELA 45: QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA SEPED POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	87
TABELA 46: QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA SEPED POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	88
TABELA 47: QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO	88
TABELA 48: QUADRO A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	89
TABELA 49: QUADRO A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	89
TABELA 50: QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES.....	90
TABELA 51: QUADRO A.6.1A - CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.....	91
TABELA 52: QUADRO A.6.1.B - CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	92
TABELA 53: QUADRO A.6.2 - RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS	93
TABELA 54: QUADRO A.6.3 - RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2012 E EXERCÍCIOS SEGUINTE	93
TABELA 55: QUADRO A.6.4 - RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA SEPED NA MODALIDADE DE CONVÊNIO E DE CONTRATOS DE REPASSE	94
TABELA 56: QUADRO A.6.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE.....	95
TABELA 57: QUADRO A.7.1 DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SICONV	97
TABELA 58: QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR	98
TABELA 59: QUADRO A.9.1- ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA SEPED	99

TABELA 60: QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO – HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS VINCULADAS AOS IFES.....	102
TABELA 61: QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO – CENTRO DE BIOTECNOLOGIA DA AMAZÔNIA-CBA.....	103
TABELA 62: QUADRO B.1.1 - INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDA NO EXERCÍCIO.....	106
TABELA 63: QUADRO C.11.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	107
TABELA 64: QUADRO C.38.1 – IDENTIFICAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA VIGENTES NO EXERCÍCIO.....	140
TABELA 65: QUADRO C.38.2 – DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES MENSIS REPASSADOS NO EXERCÍCIO EM RAZÃO DE TERMO DE PARCERIA	140
TABELA 66: QUADRO C.38.3 – DADOS AGREGADOS DOS TERMOS DE PARCERIA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA.....	140
TABELA 67: QUADRO C.38.4 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO RESULTADO DA PARCERIA (ART. 11, § 1º DA LEI Nº 9.790/99).....	141
TABELA 68: QUADRO C.38.5 – DEMONSTRATIVO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS NO EXERCÍCIO.....	141
TABELA 69: QUADRO C.38.6 – DEMONSTRATIVO DOS INDICADORES PACTUADOS COM A ENTIDADE PARCEIRA	141

ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA SEPED

(Decreto Nº 7.513, de 01/07/2011 e Portaria MCTI Nº 755, de 03/10/09/06)



ORGANOGRAMA FUNCIONAL

COMPETÊNCIAS:

Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED

Compete Implantar e gerenciar políticas e programas, visando ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação no País: nas áreas de Ciências Exatas, das Engenharias, da Terra e da Vida, em especial em Biotecnologia e Saúde, e nas áreas de interesse estratégico para o levantamento e aproveitamento sustentável do patrimônio nacional, em especial em Biodiversidade, Ecossistemas, Meteorologia, Climatologia e Hidrologia, Ciências do Mar, Antártica e Mudanças Climáticas Globais.

Coordenação para Mar e Antártica

Compete coordenar as ações de formulação de estratégias e procedimentos para a implementação da Política Nacional de Ciência e Tecnologia do Mar e Antártica, e acompanhar os assuntos referentes ao Comitê Nacional de Pesquisa Antártica - CONAPA, à Comissão Oceanográfica Intergovernamental - COI/UNESCO e à Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – SECIRM.

Coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação para Pesquisa-CGAA

Compete coordenar e supervisionar a implementação de políticas de recursos humanos técnico-científicos e de infra-estrutura física, destinados a laboratórios de instituições de pesquisas; elaborar; coordenar; assistir e implementar políticas e metodologias de acompanhamento e avaliação da execução técnica, gerencial e físico-financeira de programas, projetos e atividades. A CGAA coordena atividades de acompanhamento e avaliação, formulação de propostas orçamentárias, programação do desembolso financeiro e prestação de contas.

Departamento de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento-DEPPT

Compete coordenar e formular políticas e estratégias para a implementação de programas, projetos e atividades de fomento nas áreas de Biotecnologia e Saúde, Micro e Nanotecnologias.

Coordenação Geral de Políticas e Programas em Biodiversidade – CGBD

Compete subsidiar a definição de estratégias para a implementação de programas, projetos e atividades de fomento, bem como promover a articulação entre as diferentes iniciativas voltadas para a pesquisa em biodiversidade. Acompanha estudos e pesquisas sobre a biodiversidade brasileira visando a definição de políticas públicas em C,T&I para conversação e exploração sustentável dos recursos biológicos. Busca ainda induzir a elaboração de modelos que estabeleçam as relações adequadas entre os fatores ambientais e a biodiversidade, considerando as alterações das comunidades florísticas e faunísticas e as mudanças ambientais. A CGBD coordena a implementação de programas estruturados em redes de pesquisa: Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio); Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal (Bionorte). Representa o MCTI na Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica. Além dessas ações, a CGBD representa o MCTI em vários grupos de trabalho e comissões sobre o meio ambiente, ciência e tecnologia, com destaque para o Conselho Nacional de Biodiversidade (CONABIO), e o Conselho Gestor do Patrimônio Genético (CGEN).

Coordenação Geral de Gestão de Ecossistema - CGEC

Compete subsidiar e acompanhar a implementação de programas estratégicos de pesquisa, projetos e atividades de fomento que visem à caracterização de elementos relevantes para o funcionamento dos ecossistemas, englobando o ambiente físico e biótico, a dinâmica temporal, espacial e social. Sua meta é a definição de políticas públicas em C,T&I para conservação e exploração sustentável

dos recursos naturais. A CGEC coordena a implementação de diversos programas, estruturados em redes de pesquisa: Projeto de Grande Escala da Biosfera e Atmosfera na Amazônia (LBA); Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia (GEOMA); Projeto Cenários para a Amazônia: Uso da terra, biodiversidade e clima; Redes de Pesquisas sobre os Ecossistemas do Pantanal; Rede de Pesquisas para o Uso Sustentável e Conservação do Cerrado (ComCerrado). Além dessas ações, a CGEC representa o MCTI em vários grupos de trabalho e comissões sobre meio ambiente, ciência e tecnologia, com destaque para os Grupos de Trabalho Interministerial do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia (PPCDAM), o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), a Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas (CONAFLOP), a Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável (CONACER), e a Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP).

Coordenação-Geral de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia – CGMH

Compete administrar a Rede de Meteorologia e Climatologia e, em articulação com a Coordenação-Geral e Coordenação Técnica do Programa, as ações de 'Apoio à Implantação e Modernização de Centros Estaduais de Monitoramento do Tempo, Clima e Recursos Hídricos - PMTCH', assim como participar de grupos de trabalho interministeriais para elaboração de propostas de integração, coordenação e aprimoramento das ações em Meteorologia, Climatologia e Hidrologia conduzidas pelo Ministério.

Coordenação-Geral de Biotecnologia e Saúde – CGBS

Compete formular políticas e definir estratégias e procedimentos para a implementação dos programas sob sua responsabilidade, que visem ao desenvolvimento científico, tecnológico e inovativo da Biotecnologia.

Coordenação-Geral de Mudanças Globais de Clima – CGMC

Compete formular políticas e definir estratégias e procedimentos para a implementação dos programas sob sua responsabilidade, em especial a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, inclusive o Protocolo de Quioto, no País.

Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN

Compete implantar e gerenciar políticas e programas visando ao desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação regionalmente equilibrado e à aplicação de tecnologias modernas à prevenção e à solução de problemas sociais, em suas áreas de atuação.

Coordenação-Geral de Operações e Modelagem-CGOM

Compete coordenar, acompanhar, avaliar e propor metas e indicadores para o desenvolvimento das atividades relacionadas à rotina operacional do CEMADEN, da Modelagem dos Sistemas Físicos, do Serviço Computacional. Garantir a operação contínua, ininterrupta e a qualidade dos produtos. Propor e implementar adequações aos sistemas observacionais de monitoramento de desastres naturais. Realizar operacionalmente o monitoramento e alertas de desastres naturais e disseminá-los para os usuários das informações. Zelar pela manutenção de padrões internacionais de qualidade, tempestividade e acerto. Desenvolver, implementar, operar e avaliar uma suíte de modelos numéricos de desastres naturais em apoio à elaboração de alertas. Prover os serviços de supercomputação necessários ao funcionamento do Centro. Prover serviço de suporte de TI para todas as atividades do Centro. Operar os sistemas computacionais (supercomputação, estações de trabalho, comunicação). Presidir o Comitê de Usuários e o Comitê de Provedores de Informações. Manter e operar laboratório de instrumentação ambiental voltado para desastres naturais. Avaliar, desenvolver, operar e implementar novas tecnologias que usam meios de telecomunicações para disseminação de alertas e informações de desastres naturais.

Coordenação-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento - CGPD

Compete coordenar, avaliar, propor metas e indicadores, definir as linhas prioritárias de pesquisa para o cumprimento dos objetivos do CEMADEN, estabelecer parcerias com instituições de pesquisa nacionais e internacionais nas áreas afetadas aos desastres naturais, Realizar pesquisas e desenvolvimentos tecnológicos sobre todos os tipos de desastres naturais ocorrendo no país e América do Sul. Desenvolver pesquisas e produtos tecnológicos buscando soluções integradas (combinação de observações e modelagem) em gestão de riscos de desastres naturais no tocante a alertas. Realizar pesquisas e desenvolvimentos tecnológicos sobre eventos de natureza geológica e hidrológica associados a desastres naturais. Realizar pesquisas e desenvolvimentos tecnológicos a partir de resultados de modelos numéricos de previsões do tempo, de clima sazonal e de cenários de mudanças climáticas diretamente relacionados com os desastres naturais. Promover a capacitação, treinamento e apoio a atividades de formação técnica inclusive de pós-graduação.

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão expõe as realizações da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e de Desenvolvimento - SEPED, no exercício em exame, contextualizadas em Ações de Programas do PPA, é um produto do trabalho realizado em conjunto, por cada uma de suas Coordenações Gerais, atores diretamente envolvidos no processo de execução dessas Ações, com recursos provenientes da Lei de Orçamento Anual.

Tais ações apresentam objetivo e escopo de atuação definidos em consonância com a política de ciência, tecnologia e inovação. Dentre os Programas do PPA vinculados ao MCTI, a SEPED, no exercício em comento, foi responsável pela execução de 20 (vinte) Ações, distribuídas em 3 (três) programas finalísticos

Ademais, a SEPED vem desenvolvendo ações financiadas por recursos provenientes de fundos setoriais, criados com o objetivo de contribuir para a construção de uma política nacional de CT&I de longo prazo, visando, simultaneamente, incentivar o desenvolvimento tecnológico empresarial e oferecer um novo padrão de financiamento adequado às necessidades de investimentos em CT&I. *Vale ressaltar, que essas Ações não serão comentadas neste relatório, no aspecto da execução orçamentária, uma vez tratar-se de assunto sob a responsabilidade da Secretaria Executiva dos Fundos Setoriais.*

Todas as informações produzidas por este relatório irão compor a Prestação de Contas de 2011, do MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – MCTI, em atendimento ao disposto na Instrução Normativa TCU nº 63/2010, de 01/09/2010, Decisão Normativa TCU Nº 108, de 24 de novembro de 2010, Portaria TCU Nº 123, de 12 de maio de 2011 e Decisão Normativa TCU n.º 117/2011, de 19 de outubro de 2011.

Importante salientar, que alguns itens exigidos na DN/TCU nº 108 e Portaria/TCU n.º 123, não se aplicam às atividades da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – SEPED, por serem de responsabilidade de outras Unidades Jurisdicionadas, no âmbito do MCTI, a saber: **11** (Parte A), **18, 19** e **20** (Parte B) e **21, 22, 23, 24, 25, 27, 28** e **29** (Parte C).

RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL DA SEPED - 2011

1. IDENTIFICAÇÃO (Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU n.º 108, DE 24/11/2010)

Tabela 1: Quadro A.1.1 - Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO			Código SIORG: 1988
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento			
Denominação abreviada: SEPED-MCTI			
Código SIORG: 2055	Código LOA: 24000		Código SIAFI: 240119
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Administração Direta			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 75-11-6/00
Telefones/Fax de contato:	(61) 3317.8128	(61) 3317.8015	(61) 3317.7766
Endereço eletrônico: seped@MCTI.gov.br			
Página da Internet: http://www.MCTI.gov.br/index.php/content/view/8100.html#vazio			
Endereço Postal:			
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 2º andar - CEP: 70062-900 - Brasília-DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto n. 7.513, de 01/07/2011 – DOU 01/07/2011 (Edição Extra).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none">Portaria Nº- 755, de 3.10.2006 (REGIMENTO INTERNO SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO)Portaria SEPED/MCTI nº 4, de 21.07.2009 - Designa o Coordenador-Executivo e a Coordenadora Adjunta da Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal - BIONORTE, para um mandato de três anos.Portaria MCTI nº 200, de 24.03.2009 - Designa os membros para compor o Conselho Diretor da Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal - BIONORTE, para um mandato de três anos. - DOU – Seção 2 – página 7 - 01/07/2009 - RETIFICAÇÃO – da Portaria MCTI No 200, de 24.03.2009.Portaria de 15 de dezembro de 2009 – designa os suplentes do Conselho Diretor da Rede BIONORTE - DOU – Seção 2 – páginas 5 e 6 – publicado em 16.12.2009Portaria SEPED/MCTI nº 3, de 09.06.2009 - Nomeia representantes, nos termos previstos no inciso XII, do art. 4º, da Portaria MCTI nº 901, de 04.12.2008, para compor o Comitê Científico da Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal - BIONORTE, para um mandato de três anos. (DOU – Seção 2 – página 6 – 23.06.2009 - RETIFICAÇÃO – da Portaria SEPED n.º 3, de 9.6.2009) (DOU – Seção 2 – página 6 – 09.12.2009 – Portaria Nº 7, de 7.12.2009 – retificação da Portaria SEPED n.º 3, de 9.6.2009.Portaria SEPED/MCTI Nº 002, DOU14/05/2009, Institui Grupo de Trabalho destinado a acompanhar e avaliar a execução dos trabalhos do Programa de Pesquisa em Biodiversidade - PPBioPortaria MCTI Nº 693, DOU 20/08/2009, Institui, no âmbito do Programa de Pesquisa em Biodiversidade - PPBio, a Política de Dados.Portaria SEPED/MCTI Nº 008, DOU 7/12/2009, Institui o Comitê Gestor de Informação (CGI) no âmbito do Programa de Pesquisa em Biodiversidade – PPBio.Portaria Interministerial MCTI/MEC Nº 1.038, DOU 10/12/2009, Institui no âmbito do MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, a Rede Centro Oeste de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação – PRÓ-CENTRO OESTE.Portaria SEPED/MCTI Nº 004, DOU 21/07/2009, Designa o Coordenador-Executivo e a Coordenadora Adjunta da Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal - BIONORTE, para um mandato de três anos.Portaria Nº- 755, de 3.10.2006 (REGIMENTO INTERNO SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO)			

- Portaria SEPED/MCTI nº 4, de 21.07.2009 - Designa o Coordenador-Executivo e a Coordenadora Adjunta da Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal - BIONORTE, para um mandato de três anos.
- Portaria MCTI nº 200, de 24.03.2009 - Designa os membros para compor o Conselho Diretor da Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal - BIONORTE, para um mandato de três anos. - DOU – Seção 2 – página 7 - 01/07/2009 - RETIFICAÇÃO – da Portaria MCTI No 200, de 24.03.2009.
- Portaria de 15 de dezembro de 2009 – designa os suplentes do Conselho Diretor da Rede BIONORTE - DOU – Seção 2 – páginas 5 e 6 – publicado em 16.12.2009
- Portaria SEPED/MCTI nº 3, de 09.06.2009 - Nomeia representantes, nos termos previstos no inciso XII, do art. 4º, da Portaria MCTI nº 901, de 04.12.2008, para compor o Comitê Científico da Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal - BIONORTE, para um mandato de três anos. (DOU – Seção 2 – página 6 – 23.06.2009 - RETIFICAÇÃO – da Portaria SEPED n.o 3, de 9.6.2009) (DOU – Seção 2 – página 6 – 09.12.2009 – Portaria Nº 7, de 7.12.2009 – retificação da Portaria SEPED n.o 3, de 9.6.2009.
- Portaria SEPED/MCTI Nº 002, DOU14/05/2009, Institui Grupo de Trabalho destinado a acompanhar e avaliar a execução dos trabalhos do Programa de Pesquisa em Biodiversidade - PPBio
- Portaria MCTI Nº 693, DOU 20/08/2009, Institui, no âmbito do Programa de Pesquisa em Biodiversidade - PPBio, a Política de Dados.
- Portaria SEPED/MCTI Nº 008, DOU 7/12/2009, Institui o Comitê Gestor de Informação (CGI) no âmbito do Programa de Pesquisa em Biodiversidade – PPBio.
- Portaria Interministerial MCTI/MEC Nº 1.038, DOU 10/12/2009, Institui no âmbito do MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, a Rede Centro Oeste de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação – PRÓ-CENTRO OESTE.
- Portaria SEPED/MCTI Nº 004, DOU 21/07/2009, Designa o Coordenador-Executivo e a Coordenadora Adjunta da Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal - BIONORTE, para um mandato de três anos.
- Portaria MCTI Nº 200, DOU 24/03/2009, Designa os membros para compor o Conselho Diretor da Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal - BIONORTE, para um mandato de três anos. DOU, Seção 2 – página 7, DOU 1/07/2009, RETIFICAÇÃO – da Portaria MCTI N.º 200, de 24/03/2009.
- Diário Oficial da União – Seção 2 – páginas 5 e 6, DOU 16/12/2009, Portarias de 15 de dezembro de 2009 – designa os suplentes do Conselho Diretor da Rede BIONORTE.
- Portaria SEPED/MCTI Nº 003, DOU 9/06/2009, nomeia representantes, nos termos previstos no inciso XII, do art. 4º, da Portaria MCTI nº 901, de 04.12.2008, para compor o Comitê Científico da Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal - BIONORTE, para um mandato de três anos. DOU – Seção 2 – página 6, 23/06/2009, RETIFICAÇÃO – da Portaria SEPED Nº 3, de 9.6.2009, DOU – Seção 2 – página 6, 9/12/2009, Portaria Nº 7, de 7 de dezembro de 2009 – retificação da Portaria SEPED n.o 3, de 9.6.2009.
- Portaria MCTI Nº 319, 11/05/2009, Institui, no âmbito do MCTI, a Rede de Cooperação em Ciência e Tecnologia para a Conservação e o uso Sustentável do Cerrado - Rede ComCerrado.
- Portaria MCTI Nº 746, 09/09/2009, Designa os membros do Conselho Diretor da Rede ComCerrado.
- Portaria SPEED/MCTI Nº 005, 29/09/2009, Nomeação da Gerente Executiva da Rede ComCerrado.e de sua substituta legal
- Portaria SPEED/MCTI Nº 006, 29/09/2009, Nomeação dos membros do Comitê Científico da Rede ComCerrado.
- Portaria MCTI Nº 804, 01/10/2009, Nomeação dos novos representantes da Embrapa no Conselho Diretor da rede ComCerrado.
- Lei Nº 11.794, de 8 de outubro de 2008 - Regulamenta o inciso VII do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais; revoga a Lei nº 6.638, de 8 de maio de 1979; e dá outras providências.
- Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009 - Dispõe sobre a composição do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA, estabelece as normas para o seu funcionamento e de sua Secretaria-Executiva, cria o Cadastro das Instituições de Uso Científico de Animais - CIUCA, mediante a regulamentação da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, que dispõe sobre procedimentos para o uso científico de animais, e dá outras providências.
- Portaria 919, de 28 de outubro de 2009 - Designa os membros para compor o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA.
- Portaria 997, de 26 de novembro de 2009 - Designar Stelio Pacca Loureiro Luna, para exercer a função de membro suplente, representante das sociedades protetoras de animais, legalmente estabelecidas no País, no Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA. – Retificada em 21/10/2009.
- Portaria 902, de 19 de outubro de 2009 - Instituir comissão ad hoc, encarregada de elaborar lista tríplice, destinada a identificar representantes das sociedades protetoras de animais, legalmente estabelecidas no país, para compor o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA).
- Portaria MCTI 789, de 24 de setembro de 2009 - Prorrogação da consulta pública n. 1, de 11 de agosto de 2009.
- Portaria MINISTERIAL SEPED/MCTI 1, de 12 de março de 2009 - Fica criado Grupo de Trabalho com objetivo de elaborar proposta de regulamentação da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008.
- Portaria MCTI 92, de 5 de fevereiro de 2010 – designa membros do Comitê Científico que subsidia o MCTI nas atribuições de Ponto Focal do ICGB no Brasil. Publicada no DOU de 8 de fevereiro de 2010
- Portaria INTERMINISTERIAL Nº 40, de 08 de janeiro de 2010 MS / MPOG / MEC / MCTI - Institui a Comissão Interinstitucional com o objetivo de avaliar e diagnosticar a atual situação dos Hospitais Universitários e de Ensino no Brasil, visando reorientar e/ou formular a política nacional para o setor.
- Decreto n.º 7.513, de 1 de julho de 2011, altera o Decreto no 5.886, de 6 de setembro de 2006, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Ciência e Tecnologia, e dispõe sobre o remanejamento de cargos em comissão.

- Decreto de 12-05-2008 - Cria no âmbito do MS, o Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde - GECIS, e dá outras providências.
- Decreto n.º 6.041 de 8 de fevereiro de 2007 - Institui a Política de Desenvolvimento da Biotecnologia, cria o Comitê Nacional de Biotecnologia e dá outras providências.
- Portaria SEPED N.º 2 de 26/02/2008 – Regimento Interno da CMCH. Publicada no Dou 27/02/2008, N.º 39.
- Portaria n.º 126 - Designar o Secretário da Secretária de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED do MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI, para presidir a Segunda Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Controle da Experimentação Animal - CONCEA, no dia 24 de fevereiro de 2010 – DOU 24/02/2010.
- Portaria n.º 263, de 31 de março 2010, Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA.
- Portaria/MCTI n.º 263, de 31 de março 2010, Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA.
- Portaria/SEPED n.º 1 de 1/05/2010, compor o Conselho Diretor do Programa LBA -Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia, os seguintes membros
- Portaria/MCTI n.º 298 de 22/05/2010 - Criar o Grupo de Trabalho e Assessoramento Interno, doravante denominado GTA - Propriedade Intelectual
- Portaria/MCTI n.º 304 de 22/05/2010, Instituído no âmbito do MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO Grupo de Trabalho - GT, Observatório de Inovação em Biotecnologia, -Plataforma BIOTECSUR,
- Portaria-SEXEC/MCTI n.º 6, de 23/04/2010, membros para compor a Comissão Técnica Interministerial Permanente de Ciência e Tecnologia na Agropecuária – CTCTA
- Portaria/SEPED N.º 3 de 13/07/2010, Nomear para compor o Comitê Científico da Rede PRÓ-CENTRO OESTE,
- Portaria/SEPED N.º 4 – 13/07/2010, nomear, nos termos previstos no art. 4º da Portaria Interministerial MCTI-MEC N.º 1.038, de 10/12/2009, para compor o Conselho Diretor da Rede PRÓ-CENTRO OESTE
- Portaria MCTI n.º 609 de 10/08/2010 - Instituir no âmbito do MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, o Comitê Científico ad hoc - CC, que tem como função analisar os projetos na área de Ciências do Mar a serem desenvolvidos pelo Navio Hidroceanográfico Cruzeiro do Sul
- Portaria/MD n.º 1.367, de 24/08/2010 - designar para compor a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) os representantes - titulares
- Portaria-MCTI n.º 677, de 02/09/2010, Instituir no âmbito do MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO o Comitê Gestor - CG que tem por objetivos organizar a logística de apoio a projetos na área de Ciências do Mar a serem desenvolvidos pelo Navio Hidroceanográfico Cruzeiro do Sul
- RESOLUÇÃO NORMATIVA-SEPED/CONCEA n.º 2, de 30/12/2010, altera dispositivos da Resolução Normativa n.º 1, de 9 julho de 2010, que "Dispõe sobre a instalação e o funcionamento das Comissões de Ética no Uso de Animais (CEUAS).

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

Texto (identificação da norma e data de publicação)

- Segunda Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - 2010
- Livreto da SEPED 2009 - Brasília, 122 p.
- Ciência Brasileira no IV Ano Polar Internacional. Ministério de Ciência e Tecnologia - Brasília, 140 p. 2009
- Coleção Explorando o Ensino - Volume 9: Antártica. 1ª Reedição. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2009, 68 p.
- Ciência, Tecnologia e Inovação para Amazônia – Brasília-DF, 54 p. julho de 2009.
- Programa GENOPROT Workshop de Avaliação – Brasília-DF, 132 p. julho de 2009.
- O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – guia de orientação, Rio de Janeiro-RJ, 132 p. 2009.
- Encontro de Avaliação do Programa Rede Nordeste de Biotecnologia, 29 a 30 de setembro de 2008. São Paulo, SP. Biolatina 2008.

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
240.101	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/SPOA

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
00001	SPOA/MCTI

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
240.101	00001

2. PLANEJAMENTO, GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010)

A Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – SEPED, Unidade Jurisdicionada do MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, estruturada pelo Decreto Nº 5.886, de 06.09.2006, alterada pelo Decreto n.º 7.513, de 01/07/2011 é uma das maiores e mais abrangentes unidade do complexo sistema de ciência, tecnologia e inovação. O conjunto de Programas e Ações da SEPED está diretamente ligado ao desenvolvimento social e econômico do País e à qualidade de vida no planeta.

2.1 Responsabilidade institucional da unidade:

A SEPED tem como responsabilidade institucional implantar e gerenciar políticas e programas, visando ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação no País, nas seguintes áreas:

- Ciências Exatas, das Engenharias, da Terra e da Vida, em especial: Biotecnologia e Saúde;
- áreas de interesse estratégico para o levantamento e aproveitamento sustentável do patrimônio nacional, da Biodiversidade, Ecossistemas, Meteorologia, Climatologia e Hidrologia, Ciência do Mar, Antártica e Mudanças Climáticas, além de adotar ações de redução dos danos materiais e humanos causados por desastres naturais.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais:

A estratégia de atuação da SEPED, na execução das políticas públicas está vinculada ao Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional, cuja elaboração foi coordenada pelo MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO com ampla participação acadêmica, e institucional pública e privada, a partir das orientações estratégicas e prioridades máximas definidas pelo Governo Federal.

As prioridades do Plano estão diretamente relacionadas com os *quatro eixos estratégicos* que norteiam a atual Política Nacional de C, T & I, a saber:

- Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, com a finalidade de expandir, integrar, modernizar e consolidar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas, com a finalidade de intensificar as ações de fomento à inovação e de apoio tecnológico nas empresas;
- **Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas**, com a finalidade de fortalecer as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas para o País, e;
- Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social, com a finalidade de promover a popularização e o aperfeiçoamento do ensino de ciências nas escolas, bem como a produção e a difusão de tecnologias e inovações para a inclusão social e o desenvolvimento social.

A atuação da SEPED, praticamente, se encaixa nas atividades definidas **no 3º eixo - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas**, sustentadas, em 3 (três) **estratégicos** programas finalísticos do Plano Plurianual, que tem como **objetivos**:

1 - Ampliar, organizar e disponibilizar a base de informação e conhecimento técnico-científico, visando à inovação tecnológica e a conservação dos recursos naturais,

2 - Promover o desenvolvimento científico e tecnológico e inovações voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais, a criação e consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias e à ampliação da inserção da economia brasileira no mercado internacional em especial na área de Biotecnologia e Saúde e, Nanotecnologia,

3 - Entender os mecanismos que determinam as mudanças climáticas globais e melhorar a capacidade de previsão meteorológica, climática, hidrológica e ambiental.

- 1122 – Ciência, Tecnologia e inovação Aplicadas aos Recursos Naturais;
- 1388 - Ciência, Tecnologia e inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) e;
- 1421 – Meteorologia e Mudanças Climáticas

Para execução dessas atividades, no exercício em comento, a SEPED foi responsável por **20 ações** orçamentárias, abrangendo 3 (três) Programas do PPA, sendo dois deles de responsabilidade da própria Secretaria, adotando o processo de descentralização de crédito e instrumentos que as agências de fomento e unidades de pesquisa do MCTI dispõem. (bolsas de formação, de absorção e fixação de pesquisadores; financiamento de projetos de grupos de pesquisa, de instituições e de redes temáticas, através de encomendas e de seleção por edital universal e por editais setoriais e temáticos), bem como parcerias entre órgãos da administração direta de vários ministérios, estados, municípios, instituições acadêmicas, organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP). Através dessas parcerias estamos promovendo a estruturação de redes mult institucionais e multidisciplinares para a geração e difusão do conhecimento, geração de editais para contratação de novos projetos, e desenvolvendo e operando sistemas de informações que cruzam variáveis climáticas, ambientais, econômicas e sociais com vistas ao desenvolvimento sustentável, inclusive o desenvolvimento científico e tecnológico necessário a implementação de tais sistemas

Importante destacar, a incorporação ao Plano de Ação, no decorrer do exercício, da criação e integração à estrutura da SEPED do Centro Nacional de Monitoramento de Alertas e Desastres Naturais – CEMADEN, com um conjunto de ações prioritárias a reduzir o impacto dos eventos climáticos extremos, especialmente sobre os setores econômico, social e ambiental contribuindo para a redução de vítimas humanas e danos materiais em situações de desastres naturais, e de medidas preventivas que permitam um planejamento adequado da expansão da ocupação territorial e medidas de correção nas áreas de risco atualmente ocupadas.

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade:

Os Programas sob responsabilidade da SEPED estão voltados para os programas de P&D em áreas consideradas estratégicas para o País. Elas se destinam ao desenvolvimento, pesquisa e inovação para a formação de recursos humanos e cooperação contemplando as áreas portadoras de futuro, envolvendo desde a Biotecnologia e Nanotecnologia àquelas voltadas para o Agronegócio, Amazônia e o Semi-Árido, a Biodiversidade e Recursos Naturais e as áreas de Meteorologia e Mudanças Climáticas.

Programas:

- **1122** Ciência, Tecnologia e inovação Aplicadas aos Recursos Naturais;
- **1421** Meteorologia e Mudanças Climáticas;
- **1388** Ciência, Tecnologia e inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) (Este Programa não está sob a responsabilidade da SEPED, mas agrega 4 (quatro) ações executadas por ela, que serão comentadas adiante)

2.3.1. Execução do Programa: Ciência, Tecnologia e Inovação Aplicadas aos Recursos Naturais, sob a responsabilidade da SEPED

Tabela 2: Quadro A.2.1A - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo: 1122

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1122		Denominação: Ciência, Tecnologia e Inovação Aplicadas aos Recursos Naturais				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Ampliar, organizar e disponibilizar a base de informação e conhecimento técnico-científico visando a inovação tecnológica e a conservação dos recursos naturais						
Objetivos Específicos: Incentivar a Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Estratégicas						
Gerente: Carlos Afonso Nobre				Responsável: Fernando André Pereira das Neves		
Público Alvo: Comunidade científica; indústria; comunidades locais; e poder público						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
56.321.635	56.321.635	46.852.353	30.086.409	16.765.944	23.266.725	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Redes de Pesquisa apoiadas	16/01/2012	11,00	11,00	11,00	11,00
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de Redes de Pesquisa apoiadas no exercício.						
Análise do Resultado Alcançado						
Ao longo dos últimos anos, a constituição de Redes de Pesquisa tem sido utilizada para maximizar os investimentos financeiros e esforços humanos na obtenção de resultados mais abrangentes e até mesmo rápidos sobre as pesquisas realizadas. Dessa forma, a estruturação de Redes de Pesquisas tem sido utilizada como estratégia em temas como é o caso dos recursos naturais e ainda em regiões que necessitem dessa agilidade para o atingimento do objetivo do						

programa. Assim sendo, esse Indicador teve seu Índice previsto superado, visto o número de Redes já constituídas até o momento e dentro da compreensão da importância dessa estratégia houve o apoio a mais duas Redes: COMCERRADO e BIONORTE.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Número de Núcleos de Biogeoinformática Institucionais Integrados	16/01/2012	3,00	3,00	3,00	3,00

Fórmula de Cálculo do Índice

Número de Núcleos integrados ao Sistema de Informação de Biodiversidade no ano.

Análise do Resultado Alcançado

O indicador tem sido de grande importância uma vez que os núcleos de biogeoinformática tem sido um componente de apoio à modernização das Coleções Biológicas, que tem como missão garantir a qualificação dos acervos biológicos das instituições participante, responsável pela manutenção de uma interface computacional que agrega informações de diferentes coleções.

Esses núcleos foram instalados no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) em Manaus e no Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) em Belém. As informações no INPA são disponibilizadas através do sistema SpeciesLink gerenciado pelo Centro de Referência de Informações Ambientais (CRIA), em Campinas, assim sendo de acesso livre.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Produção Bibliográfica dos pesquisadores cadastrados no DGP nas áreas de Botânica, Zoologia e Ecologia	04/01/2012	19.708,00	20.857,00	19.708,00	19.708,00

Fórmula de Cálculo do Índice

Número de artigos completos publicados em periódicos especializados de circulação nacional e internacional, os trabalhos completos publicados em anais de eventos, livros e capítulos de livros e outras publicações bibliográficas.

Análise do Resultado Alcançado

O aumento dos investimentos em projetos principalmente voltados para ampliação da base de informação e conhecimento técnico-científico, visando à inovação tecnológica e a conservação dos recursos naturais, tem tido notório reflexo sobre o desenvolvimento de pesquisas. Consequentemente tem ocorrido o aumento da divulgação dos resultados. Dessa forma o indicador acima que enfatiza áreas muito relacionadas às questões do meio ambiente e conservação, tem mostrado uma evolução satisfatória, o que aumenta as chances de alcance do Índice previsto. Esse indicador é importante, pois o Programa visa entre outras coisas atenuar a carência e indisponibilidade de informações e conhecimentos aplicáveis ao uso sustentável dos recursos naturais.

Fontes: SEPED/MCTI e Diretório dos Grupos de Pesquisa - DGP/CNPq

Análise crítica do Programa 1122 - Ciência, Tecnologia e Inovação Aplicadas aos Recursos Naturais.

O Programa Ciência, Tecnologia e Inovação Aplicadas aos Recursos Naturais tem por objetivo estruturar redes de pesquisa voltadas à otimização dos resultados para a inovação de produtos e processos derivados da biodiversidade, bem como para o atendimento às demandas de estratégias de planejamento, desenvolvimento, conservação e uso sustentável no território nacional.

O programa vem mantendo-se estável já algum tempo. Os recursos alocados em suas ações não sofreram nenhum aporte adicional, permanecendo inalterados nos últimos anos. No presente exercício deu-se continuidade ao financiamento por meio de demanda espontânea ou induzida, de projetos voltados para pesquisa e desenvolvimento sobre a composição e dinâmica dos ecossistemas brasileiros e da biodiversidade. Dos limites para empenho autorizados para as suas Ações, o Programa executou mais de 91% da sua dotação, com exceção de uma emenda parlamentar aportada na ação 8978, voltada para atividades do Hidroex – Instituto de Excelência em Águas, onde os recursos foram descentralizados para a Universidade Federal de Viçosa, na categoria econômica capital, mesmo assim, foram executados 84% dos recursos. Destaca-se no

presente exercício a conclusão da obra civil do Edifício Sede do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal - INPP, que em breve se tornará mais uma unidade de pesquisa do MCTI. Outras ações importantes foram desenvolvidas tais como: • continuidade na criação de redes de pesquisa e projetos de pesquisa contratados por meio de Editais e nas parcerias com os institutos de pesquisa e organizações sociais sem fins lucrativos. desenvolvimento e implantação de um sistema nacional de informação que permita a interoperabilidade entre bases de dados biológicos, físicos e socioambientais. • lançamento de uma chamada pública para CT_Hidro no valor de R\$ 15 milhões, além da conclusão de análise e contratação dos projetos apresentados à Chamada Pública 01/2010. • no âmbito do Programa de Grande-Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA) atendeu-se em seis estados da Amazônia brasileira e no Distrito Federal, 66 projetos de pesquisa. Foi dada continuidade à operação da rede de observações ambientais constituídas de 13 torres instrumentadas, instaladas em sítios experimentais apoiados pelos escritórios Central e regionais. (3 torres estão temporariamente inoperantes: São Gabriel da Cachoeira, Brasília e Sinop). Foi dada continuidade à operação da rede de monitoramento de qualidade de água de rios da Amazônia (Rede Beija-Rio) em seis municípios. Foi iniciado o monitoramento na torre de 81 metros de altura, na RDS do Uatumã. Continuação da implantação dos projetos ATTO e CLAIRE. • Foram apoiadas a três redes de pesquisa e os 22 projetos de pesquisa do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) contratados por meio do Edital MCT/CNPq/PPBio, além disso, a ação apoiará o fortalecimento do Programa de Pesquisa em Biodiversidade da Mata Atlântica (PPBio Mata Atlântica) com o objetivo de identificar e monitorar espécies da flora e fauna da Mata Atlântica e os padrões e processos ecológicos relacionados

Ações do Programa 1122, sob a responsabilidade das Coordenações da SEPED/MCTI

AÇÃO	TÍTULO	UJ RESPONSÁVEL	COORDENADOR
10GO	Implantação de Sistema de Informação sobre Recursos Naturais	SEPED	Mercedes Maria da Cunha Bustamante
2272	Gestão e Administração do Programa	SEPED	Fernando André Pereira as Neves
4951	Desenvolvimento de Pesquisas sobre os Ecossistemas do Pantanal	SEPED	Mercedes Maria da Cunha Bustamante
6255	Pesquisa e Desenvolvimento de Métodos, Modelos e Geoinformação para a Gestão Ambiental – GEOMA	SEPED	Mercedes Maria da Cunha Bustamante
6717	Desenvolvimento de Estudos Estratégicos para os Biomas Brasileiros	SEPED	Mercedes Maria da Cunha Bustamante
6739	Desenvolvimento de Ações Estratégicas em Biodiversidade	SEPED	Mercedes Maria da Cunha Bustamante
8460	Apoio à Rede de Pesquisas para a Conservação e Uso Sustentável do Cerrado	SEPED	Mercedes Maria da Cunha Bustamante
8963	Apoio à Modernização de Acervos Biológicos (Coleções Ex Situ)	SEPED	Mercedes Maria da Cunha Bustamante
8964	Apoio a Redes de Inventários da Biota	SEPED	Mercedes Maria da Cunha Bustamante
8978	Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Temáticas da Biodiversidade	SEPED	Mercedes Maria da Cunha Bustamante

Ações do Programa 1122, sob a responsabilidade de outras UJ do MCTI

AÇÃO	TÍTULO	UJ RESPONSÁVEL	COORDENADOR
2223	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Recursos Hídricos (CT-Hidro)	FNDCT /MCTI	Ada Cristina Vianna Gonçalves
4135	Desenvolvimento de Pesquisas sobre o Clima e os Ciclos Biogeoquímicos dos Ecossistemas Amazônicos (LBA)	INPA/MCTI	Adalberto Luis Val
4157	Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento sobre a Composição e a Dinâmica dos Ecossistemas	CNPq/MCTI	José Oswaldo Siqueira
4415	Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia do Mar	CNPq/MCTI	José Oswaldo Siqueira
7J56	Implantação do Instituto de Excelência em Águas - HIDROEX	SEXEC/MCTI	Luiz Antonio Rodrigues Elias

2.3.1.1(*) - Execução Orçamentária e Financeiras das Ações do Programa 1122, sob a coordenação da SEPED

Tabela 3: Quadro A.2.1.A.1 - Demonstrativo das Ações do Programa de Governo: 1122 sob a coordenação da SEPED

Ação	Título	Informações orçamentárias e financeiras do Programa					
		DOTAÇÃO		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
		Inicial	Final				
10GO	Implantação de Sistema de Informação sobre Recursos Naturais	1.500.000,00	1.500.000,00	1.212.155,00	950.000,00	262.155,00	0
2272	Gestão e Administração do Programa	1.477.373,00	1.477.373,00	901.714,77	853.831,06	47.883,71	819.687,91
4951	Desenvolvimento de Pesquisas sobre os Ecossistemas do Pantanal	700.000,00	700.000,00	611.696,00	611.696,00	0	0
6255	Pesquisa e Desenvolvimento de Métodos, Modelos e Geoinformação para a Gestão Ambiental – GEOMA	270.000,00	235.940,00	235.940,00	0	235.940,00	0
6717	Desenvolvimento de Estudos Estratégicos para os Biomas Brasileiros	240.000,00	240.000,00	209.724,00	100.000,00	109.724,00	0
6739	Desenvolvimento de Ações Estratégicas em Biodiversidade	175.000,00	175.000,00	152.924,00	47.250,00	105.674,00	47.250,00
8460	Apoio à Rede de Pesquisas para a Conservação e Uso Sustentável do Cerrado	310.000,00	310.000,00	270.894,00	0	270.894,00	0
8963	Apoio à Modernização de Acervos Biológicos (Coleções Ex Situ)	1.012.153,00	1.012.153,00	884.471,00	200.710,18	683.760,82	200.710,18
8964	Apoio a Redes de Inventários da Biota	1.817.903,00	1.817.903,00	1.687.197,00	340.366,53	1.346.830,47	211.063,71
8978	Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Temáticas da Biodiversidade	6.133.005,00	6.133.005,00	4.649.166,50	400.000,00	4.249.166,50	383.000,00
TOTAL DAS AÇÕES DA SEPED		13.635.434,00	13.601.374,00	10.815.882,27	3.503.853,77	7.312.028,50	1.661.711,80

Fonte: CGOF/MCTI – Base SIAFI

Comentários:

(*) Item incluído neste relatório, por iniciativa da SEPED, para detalhamento da execução orçamentária e financeira das Ações dos Programas sob a sua coordenação.

2.3.1.1.1 - Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira das Ações do Programa de Governo: 1122

Tabela 4: Quadro A.2.1.A.1.1 - Programa de Trabalho: 19.573.1122.10GO.0001 - Implantação de Sistema de Informação sobre Recursos Naturais

Tipo da Ação (1)	Projeto
Finalidade (2)	Organizar, qualificar, disseminar e disponibilizar dados e conhecimentos sobre recursos naturais oriundos de atividades de pesquisa e desenvolvimento custeadas pelo Poder Público, proporcionando a perenização de bases de dados científicas, evitando duplicidade de esforços e barateando a elaboração e execução de projetos de pesquisa e desenvolvimento.
Descrição (3)	Desenvolvimento e implantação de um sistema nacional de informação que permita a interoperabilidade entre bases de dados biológicos, físicos e socioambientais. Para tanto é necessário realizar 6 etapas, que são compostas por várias atividades.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (4)	240136 - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento - SEPED
Coordenador nacional da ação (5)	Mercedes Maria da Cunha Bustamante – 61 3317.7401
Unidades executoras (6)	Administração Direta - 24101

Detalhamento Financeiro e Físico: Ação 10GO

META	LOA+Créditos (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	% (B/A)
Financeira	1.500.000,00	1.212.155,00	950.000,00	0	80,80
Física	20	5			25,00

Fonte: SIG/MCTI

Principais resultados:

Recursos financeiros foram repassados ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA (R\$ 151.379,00) para apoio ao Núcleo de Biogeoinformática do Instituto, à Rede Nacional de Educação e Pesquisa – RNP (R\$ 798.621,00) para fornecer infraestrutura de comunicação ampliada e consolidada e apoio às tecnologias e soluções em integração dentro da infraestrutura avançada de internet em apoio a implementação do Sistema de Informações sobre a Biodiversidade e Ecossistemas Brasileiros – SIBBr e à UFG (R\$ 262.155,00) para a aquisição de material permanente, também em apoio ao SIBBr. Em 29 de setembro de 2011 houve uma reunião de peritos em sistemas de informações em biodiversidade com 18 participantes e em dezembro a primeira reunião do Comitê Técnico Consultivo que ajudará a orientar todos os aspectos técnicos do projeto SIBBr durante sua estruturação.

Principais Problemas:

No Plano Plurianual para 2011, foram previstos R\$ 6.000.000,00 para essa ação. Entretanto, no orçamento do PLOA, esse valor foi reduzido para R\$1.500.000,00 que, por sua vez, sofreu contingenciamento e foi reduzido para R\$ 1.212.155,00. No Plano Plurianual, a Ação 10GO “Implantação de Sistema de Informações sobre Recursos Naturais” visa à implantação do Sistema de Informações sobre a Biodiversidade e Ecossistemas Brasileiros – SIBBr. O contrato de US\$28.172.728,00 com o PNUMA foi assinado finalmente no final de junho de 2011 para implementação do projeto GEF “Gerenciamento e uso de informações para ampliar a capacidade brasileira em conservar e utilizar a biodiversidade” em apoio ao citado Sistema de Informações.

Contratações e Parcerias:

Parcerias com INPA, RNP e UFG.

Transferências:

Em 2011 foram transferidos por meio de Termo de Descentralização de Créditos-TDC, recursos orçamentários e financeiros para o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia no valor de R\$ 151.379,00, para a RNP o valor de R\$ 798.621,00, e para a Universidade Federal de Goiás-UFG, a importância de R\$ 262.155,00.

Metas Físicas:

Os recursos da ação 10GO constituem a maior parte da contrapartida do MCTI no projeto GEF. Entretanto, somente recebemos em 2011 menos de um quarto dos recursos previstos no PPA 2008-2011. Por isso, a previsão de 20% do sistema implementado caiu para apenas 5% realizados.

Tabela 5: Quadro A.2.1.A.1.2 – Programa de Trabalho: 19.522.1122.2272.0001 – Gestão Administrativa do Programa

Tipo da Ação (1)	Atividade
Finalidade (2)	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição (3)	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (4)	240136 - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento - SEPED
Coordenador nacional da ação (5)	Fernando André Pereira das Neves – 61- 3317-7613
Unidades executoras (6)	Administração Direta - 24101

Detalhamento Financeiro e Físico: Ação 2272

META	LOA+Créditos (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	% (B/A)
Financeira	1.477.373,00	901.714,77	853.831,06	819.689,91	61,04
Física					

Fonte: SIG/MCTI

Principais resultados

A execução do orçamento desta ação foi realizada no apoio necessário ao desenvolvimento das atividades da SEPED dentre outras, envolveu pagamentos de servidores sob o regime de contratos temporários (contratação por tempo determinado), terceirizados (locação de mão-de-obra), auxílio financeiro a pesquisadores, transferências para concurso público, material de consumo, outros serviços de terceiros (pessoa física e jurídica), indenizações e restituições, aquisição de equipamento e material permanente, sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas, produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações, outros serviços de terceiros e, demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa. Os resultados desta ação estão diretamente relacionados aos resultados do Programa, uma vez que confere ao mesmo o apoio logístico necessário.

Principais Problemas:

Não houve problema na execução da ação em 2011.

Contratações e Parcerias:

Não houve contratações e parcerias em 2011.

Transferências:

Em 2011 foram transferidos por meio de Termo de Descentralização de Créditos-TDC, recursos orçamentários e financeiros para a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, apoio ao

projeto financeiro, para a realização da “Tradução do Guia Australiano de Boas Práticas com Animais de Laboratório” o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), e para o Instituto de Pesquisa da Marinha-IPqM, para apoio ao projeto da realização do “II Simpósio de CT&I da Marinha do Brasil, com o tema “A importância Presente e Futuro do Mar” o montante de R\$ 48.224,00 (quarenta e oito mil duzentos e vinte e quatro reais), nas modalidades de despesas 33.90.

Metas Físicas:

Não foi estabelecido produto de medida nesta ação.

Tabela 6: Quadro A.2.1.A.1.3 – Programa de Trabalho: 19.571.1122.4951.0050 - Desenvolvimento de Pesquisas sobre os Ecossistemas do Pantanal - Na Região Centro

Tipo da Ação (1)	Atividade
Finalidade (2)	Consolidar redes horizontais não-competitivas, aproveitando as vantagens comparativas das instituições de pesquisa e ensino da região do Pantanal.
Descrição (3)	O Centro de Pesquisas do Pantanal (CPP) estrutura-se estrategicamente em uma rede de pesquisa compostas por grupos de pesquisa das instituições comprometidas com a pesquisa do bioma pantaneiro. Inicialmente, a rede contempla três áreas temáticas de pesquisa focadas na sustentabilidade de atividades econômicas em ecossistemas pantaneiros: a pecuária, a pesca e alternativas econômicas baseadas nas propriedades das plantas medicinais. Envolve ainda a realização de cursos de capacitação para pesquisadores e estudantes, excursões para coletas de campo e trabalhos de laboratório e popularização do conhecimento para o público-alvo por meio de palestras, cartilhas, seminários e outros. As pesquisas realizadas pelo CPP e que envolverem aspectos da biodiversidade, estarão em consonância com a Política Nacional de Biodiversidade, devendo também considerar o disposto na Convenção da Biodiversidade, especificamente no que tange ao conhecimento tradicional associado e à repartição justa e equitativa dos recursos adquiridos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (4)	240136 - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED
Coordenador nacional da ação (5)	Mercedes Maria da Cunha Bustamante – 61 3317.7401
Unidades executoras (6)	Administração Direta – 24101

Detalhamento Financeiro e Físico: Ação 4951

META	LOA+Créditos (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	% (B/A)
Financeira	700.000	611.696,00	611.696,00	0	87,39
Física	4	4			100,00

Fonte: SIG/MCT

Principais resultados:

O acompanhamento e avaliação (A&A) do Termo de Parceria nº 13.0009.00/2008, celebrado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP), é realizado semestralmente pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação (CAA), conforme a Portaria MCT nº 883 e a Lei nº 9790/99. Em seu último relatório (dezembro/2011), a CAA considerou “muito bom” o desempenho da instituição, baseando-se nas metas e indicadores pactuados para o referido Termo de Parceria. Enfatizou que os resultados apresentados pelas redes, quanto à formação de recursos humanos, às publicações realizadas, à participação em eventos e a sua interação, refletem a eficácia do modelo de gestão adotado pelo CPP.

Cabe explicitar que o CPP tem contribuído para redução das assimetrias regionais em ciência e tecnologia e beneficiado a sociedade pantaneira. No segmento político, o CPP colaborou no desenvolvimento de leis e regulamentações adequadas ao Pantanal. Também identificou problemas e buscou a implementação de projetos que visam à melhoria do desempenho e competitividade da carne do Pantanal, dentro dos princípios de sustentabilidade; apoiou a Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso na elaboração de um marco regulatório sobre a questão da “Limpeza de Campo no Pantanal”; auxiliou o trabalho do CONAMA na discussão sobre marcos regulatórios para áreas úmidas; apoiou a elaboração da Lei de Gestão do Pantanal pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso; participou da redação de um artigo na Lei de Pesca de Mato Grosso do Sul; e apoiou a implantação de um sistema de monitoramento da pesca em MT (SEMA).

Ademais, está em fase adiantada o desenvolvimento de um bioinseticida natural – a partir de uma planta nativa no Pantanal - que poderá contribuir substancialmente para a melhoria da saúde da população, ao mesmo tempo em que contribuirá para a redução dos impactos ambientais gerados pelo emprego de pesticidas. O produto tem ação contra o *Aedes aegypti*, podendo auxiliar no combate à dengue.

A Rede Pesca tem desenvolvido produtos oriundos de pescado do Pantanal (cachara e pacu) como *nuggets*, *fishburgers*, quibes, filés defumados e patês. Os resultados preliminares demonstram que os produtos possuem qualidade e segurança. Entretanto, um estudo de mercado mais aprofundado ainda deve ser realizado.

Principais Problemas:

Tendo em vista o Decreto no. 7.592, de 28/10/2011, publicado no DOU em 31/10/2011, que determina a avaliação da regularidade da execução dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria, celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos, não foi possível repassar os recursos ao CPP, apesar de o empenho ter sido realizado em setembro/2011.

Nesse contexto, o CPP foi auditado pela Controladoria Geral da União (CGU) e, ao final da vigência de cada Termo de Parceria, por auditoria externa imposta pela Lei 9790/99. Essas avaliações da parte financeira e dos procedimentos administrativos adotados pela OSCIP não apontaram inconsistências, uma vez que o CPP possui regulamento específico para aquisição de bens e serviços, observados os princípios gerais da Administração Pública.

Em novembro/2011, técnicos do MCTI foram designados para realizar, *in loco*, uma análise financeira e administrativa da execução dos recursos do Termo de Parceria nº 13.0009.00/2008, cujo relatório apresentou uma série de questionamentos por ter se baseado na Lei que regulamenta os convênios.

O CPP prontamente esclareceu as questões levantadas por meio do Ofício nº. 4/SE/ CPP/2012. Cabe ressaltar que o CPP, por ser qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), é disciplinado pela Lei 9790/99 e possui regulamento específico para aquisição de bens e serviços, conforme prevê essa Lei.

Segundo análise da Divisão de Convênios do MCTI, a execução financeira do Termo de Parceria nº 13.0009.00/2008 vem sendo realizada com regularidade, tendo em vista que as inconsistências verificadas no relatório dos técnicos do MCTI não representam malversação de recursos públicos. No entanto, foi solicitada a devolução de R\$ 1.754,44 referentes a taxas bancárias no valor de R\$ 337,65 e à despesa glosada relacionada à manutenção de veículo particular, utilizado em trabalho de campo, no valor de R\$ 1.416,79.

O CPP já procedeu à devolução desse valor, mas os recursos da ação 4951 ainda não foram repassados, pois aguarda-se a assinatura do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia no Termo Aditivo de Prorrogação da Vigência do Termo de Parceria nº 13.0009.00/2008.

Contratações e Parcerias:

Desde 2008, o CPP executa o terceiro Termo de Parceria (TP nº 13.0009.00/2008), em parceria com o MCTI, para continuidade do Projeto “Consolidação das Redes de Pesquisa sobre os Ecossistemas do Pantanal” que visa à sustentabilidade das principais atividades econômicas do Pantanal, à formação de recursos humanos e ao apoio à tomada de decisão para a definição de políticas públicas.

Transferências:

Foram empenhados R\$ 611.696,00 ao CPP, mas esses recursos ainda não foram repassados devido às questões apresentadas anteriormente.

Metas Físicas:

A meta física é plenamente alcançada uma vez que são apoiados os quatro componentes estabelecidos no Termo de Parceria:

Componente 1 “Tecnologias de Gestão de Redes de Pesquisa” (Secretaria Executiva)

Este Componente garante a execução das atividades da Secretaria Executiva para a contínua dinamização, operacionalização, estruturação e avaliação das redes de pesquisa que compõem o CPP.

Componente 2: “Desenvolvimento de Sistemas Sustentáveis de Bovinos de Corte no Pantanal” (Rede Pecuária)

Este componente está concebido de forma a entender e produzir a informação necessária para contribuir na superação dos gargalos da cadeia produtiva do bovino no Pantanal, sem, todavia ultrapassar a capacidade de suporte dos sistemas naturais da região.

As atividades são desenvolvidas por meio de 8 projetos cooperativos, contando com aproximadamente 80 pesquisadores, doutores e mestres, além de diversos estudantes em níveis de Iniciação Científica e Pós-Graduação.

Componente 3 “Expansão do Conhecimento e de Tecnologias para a Sustentabilidade da Pesca no Pantanal” (Rede Pesca)

No componente 3, as atividades estão voltadas para que as pesquisas se destinem a melhorar as condições de vida dos pescadores assegurando a sustentabilidade dos ecossistemas aquáticos e estoques pesqueiros.

Os 9 projetos de pesquisa desta rede, que conta com aproximadamente 40 pesquisadores, doutores e mestres (além de diversos estudantes em níveis de Iniciação Científica e Pós-Graduação), integram as perspectivas de tomadores de decisão e de comunidades.

Componente 4: “Bioprospecção de Espécies Vegetais para o Uso Sustentável da Biodiversidade do Pantanal” - Rede Pantaneira de Bioprospecção

Neste componente, está prevista a realização de estudo botânico, químico, farmacológico e agrônomo das plantas do Pantanal com potencial fitoterapêutico e bioinseticida.

Os 2 projetos consolidados na Rede Pantaneira de Bioprospecção agregam aproximadamente 25 pesquisadores doutores e mestres de diversas áreas de conhecimento, além de diversos estudantes em níveis de Iniciação Científica e alguns em nível de Mestrado.

Tabela 7: Quadro A.2.1.A.1.4 – Programa de Trabalho: 19.572.1122.6255.0010 - Pesquisa e Desenvolvimento de Métodos, Modelos e Geoinformação para a Gestão Ambiental - GEOMA - Na Região Norte

Tipo da Ação (1)	Atividade
Finalidade (2)	Aprimorar métodos para uso da tecnologia de geoprocessamento em aplicações ligadas a instrumentos de gestão ambiental, visando a sua transferência para outras instituições interessadas.
Descrição (3)	Esta ação propõe intensificar as atividades da Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia - GEOMA e apoiar sua expansão para outros biomas. A integração dos grupos de trabalho para a formação da rede é sustentada pelo modelo de gestão adotado, por atividades comuns como a incorporação de conceitos de sustentabilidade e técnicas de modelagem aos projetos, pela integração de cientistas das áreas de ciências sociais e naturais para a busca de ferramentas de tomada de decisão e previsão de cenários, pelo desenvolvimento de um sistema de base de dados acessível a todos os integrantes da Rede, além da formação e treinamento de recursos humanos. Esta Rede está estruturada em 6 grupos temáticos: modelagem de mudanças de uso e cobertura da terra e da dinâmica populacional e ocupação humana, modelagem de ecossistemas inundáveis, modelagem de biodiversidade, modelos integrados, simuladores ambientais e bancos de dados geográficos, física ambiental e modelagem climática. A elaboração e adoção de modelos quantitativos de desenvolvimento subsidia o país na adoção dos conceitos de sustentabilidade em suas políticas públicas. A Rede Geoma é a primeira rede que integra 6 unidades de pesquisa do MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO) focadas na Amazônia, sendo três sediadas na Região Norte (INPA, MPEG, Mamirauá) e três na Sudeste (INPE, IMPA e LNCC).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (4)	240136 - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento - SEPED
Coordenador nacional da ação (5)	Mercedes Maria da Cunha Bustamante – 61 3317.7401
Unidades executoras (6)	Administração Direta - 24101

Detalhamento Financeiro e Físico: Ação 6255

META	LOA+Créditos (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	% (B/A)
Financeira	270.000	235.940			87,40
Física	6	6			100,00

Fonte: SIG/MCT

Principais resultados:

Seis projetos de pesquisa foram apoiados, sendo eles de coordenação da Evlyn Márcia Leão de Moraes Novo (INPE), Maria Gercília Mota Soares (INPA), Roberto Araújo de Oliveira Santos Júnior (INPE), Ana Luisa Kerti Mangabeira Albernaz (MPEG), Joaquim dos Santos (INPA) e Teresa Cristina Sauer de Ávila-Pires (MPEG).

Principais Problemas:

Em 2011, não houve problemas na execução desta ação.

Contratações e Parcerias:

Parcerias com os institutos de pesquisa que compõem a Rede GEOMA – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSMM, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, Instituto de Matemática Pura e Aplicada – IMPA,

Laboratório Nacional de Computação Científica – LNCC e Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG.

Transferências:

Em 2011, foi transferido para o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, o valor de R\$ 235.940,00, por meio de Termo de Descentralização de Crédito - TDC.

Metas Físicas:

A implementação de 6 (seis) projetos de pesquisas apoiadas.

Tabela 8: Quadro A.2.1.A.1.5 – Programa de Trabalho: 19.571.1122.6717.0001 - Desenvolvimento de Estudos Estratégicos para os Biomas Brasileiros - Nacional

Tipo da Ação (1)	Atividade
Finalidade (2)	Realizar estudos estratégicos para o desenvolvimento sustentável dos biomas brasileiros mediante a consolidação de redes horizontais não competitivas, aproveitando as vantagens comparativas das instituições de pesquisa e ensino dos diferentes biomas brasileiros, otimizando a geração e difusão de novos conhecimentos e tecnologias e a formação de recursos humanos.
Descrição (3)	A ação buscará dar apoio direto a novos projetos considerados estratégicos para o governo, em seus diferentes níveis, e à sociedade. Será apoiada a estruturação de redes temáticas, para conservação de bens e serviços dos biomas brasileiros, com parceiros governamentais e não-governamentais, podendo ocorrer em níveis federal, estadual e municipal, com entidades do terceiro setor e empresas privadas. Os resultados dessa ação já induziram ações para o Bioma Pantanal e para o Bioma Cerrado.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (4)	240136 - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento - SEPED
Coordenador nacional da ação (5)	Mercedes Maria da Cunha Bustamante – 61 3317.7401
Unidades executoras (6)	Administração Direta - 24101

Detalhamento Financeiro e Físico: Ação 6717

META	LOA+Créditos (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	% (B/A)
Financeira	240.000,00	209.724,00	100.000,00	0	87,39
Física	1	2			200

Fonte: SIG/MCT

Principais resultados:

O valor limite de empenho desta Ação foi de R\$209.724,00. Deste total, R\$100.000,00 foram descentralizados ao CNPq para apoiar a estruturação da Rede de C&T do Bioma Campos Sulinos, que mobilizará os recursos humanos necessários e emitirá como produto o plano científico da Rede.

Os outros R\$109.724,00 foram destinados para apoiar projetos e programas de pesquisa em biodiversidade e ecossistemas por descentralização a Universidade Federal de Goiás - UFG

b) Principais Problemas:

Não houve problema na execução da ação em 2011.

c) Contratações e Parcerias:

Em 2011, foram transferidos recursos orçamentários e financeiros para o CNPq e a UFG por meio de Termo de Descentralização de Crédito - TDC.

d) Transferências:

Em 2011, foram transferidos recursos orçamentários e financeiros para o CNPq e a UFG a importância de R\$ R\$ 209.724,00, por meio de Termo de Descentralização de Crédito - TDC.

e) Cumprimento das metas físicas:

O recurso descentralizado ao CNPq já foi liberado ao Coordenador da Rede de C&T do Bioma Campos Sulinos para mobilização e articulação dos pesquisadores da região e elaboração do Plano Científico para implantação da Rede.

O recurso descentralizado a UFG visou à avaliação da rede de monitoramento do Programa LBA, desenvolvimento de um sistema de acompanhamento e avaliação das Redes de Pesquisa, consolidação de núcleos regionais e da capacidade instalada das Redes de Pesquisa. Para avaliação da rede de monitoramento do Programa LBA, foram realizadas visitas de campo aos sítios onde se localizam as torres de monitoramento na Amazônia. A conclusão da avaliação esta em fase de finalização.

Tabela 9: Quadro A.2.1.A.1.6 – Programa de Trabalho: 19.571.1122.6739.0001 - Desenvolvimento de Ações Estratégicas em Biodiversidade - Nacional

Tipo da Ação (1)	Atividade
Finalidade (2)	Subsidiar a implementação de ações de Ciência e Tecnologia demandadas pela Convenção sobre Biodiversidade Biológica - CDB, relacionadas, principalmente, com a implementação de dois programas de trabalho transversais da Convenção que são afetos à Política Nacional de Ciência e Tecnologia: o Programa da Iniciativa Global em Taxonomia e o Programa de Cooperação e Transferência de Tecnologia.
Descrição (3)	Definição de projetos e ações de desenvolvimento científico e de cooperação e transferência de tecnologias em biodiversidade decorrentes de compromissos assumidos pelo País na implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e seus protocolos específicos da área de Ciência e Tecnologia, por meio da realização de estudos, seminários e reuniões técnicas com especialistas e pesquisadores voltados ao planejamento de ações e ampliação de parcerias para a elaboração e implementação de projetos - inclusive para a captação de recursos internacionais de doação do Global Environment Facility (GEF), que é o fundo de apoio à implementação da CDB; apoio à participação de especialistas em reuniões e fóruns internacionais e a apoio a realização de atividades decorrentes de acordos de cooperação internacional em Biodiversidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (4)	240136 - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento - SEPED
Coordenador nacional da ação (5)	Mercedes Maria da Cunha Bustamante – 61 3317.7401
Unidades executoras (6)	Administração Direta - 24101

Detalhamento Financeiro e Físico: Ação 6739

META	LOA+Créditos (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	% (B/A)
Financeira	175.000,00	152.924,00	47.250,00	47.250,00	87,39
Física	1	2			200,00

Fonte: SIG/MCT

Principais resultados:

Esta ação apoiou duas iniciativas:

1. Projeto Executivo da Rio+20 - apoiou-se a elaboração de um Projeto Executivo para montagem de uma grande exposição sobre a biodiversidade brasileira para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio + 20, que será realizada na cidade do Rio de Janeiro, em junho/2012, e visa renovar o engajamento dos líderes mundiais com o desenvolvimento sustentável do planeta, vinte anos após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92). Serão debatidos temas como a contribuição da “economia verde” para o desenvolvimento sustentável e a eliminação da pobreza, com foco sobre a questão da estrutura de governança internacional na área do desenvolvimento sustentável. Esse projeto envolve a Exposição Multisensorial Biomas do Brasil - dividida em 9 módulos, ocupando uma área total de 1.600 m². Os módulos terão as seguintes características:

1 - Entrada – conceitos e valores da manutenção dos ecossistemas naturais, principais ameaças e consequências da ocupação desordenada (desastres naturais).

2 a 4 - Cerrado - Caatinga – Pampas – como formações mais abertas, cada um com dados sobre as características únicas do bioma, espécies endêmicas e ameaças potenciais. Cada módulo além de ilustrações, dioramas e painéis interativos terá também sons e cheiros característicos de cada formação.

5 - Ambientes Costeiros – trazendo dados sobre a rica diversidade marinha da costa brasileira, incluindo ilhas como Fernando de Noronha

6 e 7 - Mata Atlântica e Amazônia – como as 2 principais formações florestais brasileiras, com ilustrações, dioramas, painéis interativos, sons e cheiros característicos de cada formação

8 - Imersão na Amazônia – onde o visitante se sentirá transportado para a floresta e num show de efeitos especiais. A ambientação simulará a iluminação de um período de 24 horas, compactado em ciclos de 10 minutos. Para complementar a imersão, teremos na plataforma de observação 12 displays multitoque com conteúdo de realidade aumentada a serem utilizados de forma livre pelos visitantes. Este módulo necessita de uma estrutura com 20 metros de altura.

9 – Sabores da biodiversidade – este módulo, que é a saída da exposição, o visitante terá a oportunidade de experimentar produtos alimentícios feitos com componentes da biodiversidade. Dessa forma, completam-se os 5 sentidos sensoriais (visão, olfato, audição, tato e degustação).

Cada módulo terá um mascote estilizado: no caso da Amazônia é o macaco Acauri, da Mata Atlântica é uma perereca e o do Pantanal é uma arara azul. A intenção é montar a exposição na zona portuária do Rio de Janeiro, aberta à visitação de 01/06 a 31/07/2012, podendo, posteriormente tornar-se itinerante e ser montada em outras cidades.

2. Seminário de Integração e Apresentação dos resultados do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) – esse Seminário visa apresentar todos os projetos e redes contempladas, no âmbito do Edital MCT/CNPq/PPBio Nº 60/2009, e promover a integração dos grupos envolvidos. Cabe esclarecer que para a realização dessa iniciativa e de várias outras relacionadas às redes de pesquisa coordenadas pela CGEC/SEPED/MCTI, foi estabelecida parceria entre o MCTI e a Universidade Federal de Goiás (UFG) para execução do projeto “Redes de Pesquisas e Monitoramento em Biodiversidade e Funcionamento de Ecossistemas”.

Principais Problemas:

O Seminário de Integração e Apresentação dos resultados do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) ainda não foi realizado pelos seguintes motivos: i) não foi possível compatibilizar a agenda dos 23 pesquisadores que coordenam projetos no âmbito do PPBio no final de 2011; ii) como as redes e projetos de pesquisa aprovados no Edital MCT/CNPq/PPBio Nº 60/2009 estão finalizando suas atividades, optou-se por realizar o Seminário no primeiro trimestre/2012 para que os projetos possam apresentar os resultados finais e sugestões de melhorias para o próximo edital.

Contratações e Parcerias:

Conforme mencionado anteriormente, foi estabelecida parceria entre o MCTI e a Universidade Federal de Goiás (UFG) para execução do projeto “Redes de Pesquisas e Monitoramento em Biodiversidade e Funcionamento de Ecossistemas”.

Esse projeto envolve três eixos (fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico; fomento à Inovação com base na Biodiversidade; e ações transversais) e seis redes, programas e projetos de pesquisa (Programa de Pesquisa em Biodiversidade – PPBio; Projeto de Larga Escala da Biosfera Atmosfera da Amazônia - LBA; Rede de Pesquisas para a Conservação e Uso Sustentável do Cerrado – ComCerrado; Sistema de Informação sobre Recursos Naturais – SIBBr; Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal - Rede BIONORTE; Rede Centro Oeste de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação - Rede Pró-Centro Oeste).

Transferências:

Em 2011, foram transferidos recursos orçamentários e financeiros no valor de R\$105.674,00 para à UFG para realização do Seminário do PPBio e R\$ 47.250,00 foram pagos para elaboração do Projeto executivo da Rio+20.

Metas Físicas:

A meta física prevista referia-se apenas ao apoio ao PPBio. Entretanto, foi necessário apoiar, também, a elaboração do projeto Executivo da Rio+20.

Tabela 10: Quadro A.2.1.A.1.7 – Programa de Trabalho: 19.571.1122.8460.0001 - Apoio à Rede de Pesquisas para a Conservação e Uso Sustentável do Cerrado

Tipo da Ação (1)	Atividade
Finalidade (2)	Promover o desenvolvimento e a sistematização do conhecimento e de tecnologias apropriadas para a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais do Bioma Cerrado
Descrição (3)	Estruturação e implementação de uma rede de pesquisa multiinstitucional e multidisciplinar em ciência, tecnologia e inovação, promovendo a interação entre as competências existentes nas instituições dos Estados em que o Cerrado tem abrangência (PI, MA, TO, MT, MS, RR, SP, GO, MG, BA e DF). A Rede atuará prioritariamente na conservação e uso sustentável da biodiversidade, gestão do uso dos solos e dos recursos hídricos, estudo da dinâmica das comunidades tradicionais e dos agricultores familiares e na sustentabilidade da agricultura, pecuária e silvicultura.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (4)	240136 - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento - SEPED
Coordenador nacional da ação (5)	Mercedes Maria da Cunha Bustamante – 61 3317.7401
Unidades executoras (6)	Administração Direta - 24101

Detalhamento Financeiro e Físico: Ação 8460

META	LOA+Créditos (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	% (B/A)
Financeira	310.000	270.894	0	0	87,40
Física	1	1			100,00

Fonte: SIG/MCT

Principais resultados:

a) A Rede de Cooperação em Ciência e Tecnologia para a Conservação e o Uso Sustentável do Cerrado – Rede COMCERRADO, foi instituída pela Portaria MCT nº. 319 de 07 de maio de 2009 e estrutura-se em oito Núcleos Regionais sendo dois no estado de Minas Gerais, dois no Mato Grosso, um no Distrito Federal, um em Goiás, um no Maranhão e um na Bahia.

b) A rede COMCERRADO tem criado condições apropriadas para o avanço da ciência e da tecnologia para a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais do bioma. Sua atuação é multiinstitucional e multidisciplinar em C,T&I, promovendo a interação entre as competências existentes nas instituições dos estados em que o Cerrado tem abrangência. Tais interações permitiram que a rede capta-se recursos através do edital SISBIOTA do CNPq e inicia-se o processo de instalação de grades de monitoramento da biodiversidade em diferentes unidades de conservação ao longo do bioma Cerrado.

Assim, a rede vem se desenvolvendo através de um processo contínuo de estruturação e pesquisa baseado na consolidação de seus núcleos regionais, com o fortalecimento da infraestrutura para pesquisa científica, e no desenvolvimento de sistemas de acompanhamento e avaliação dos diversos programas das redes de pesquisa tendo como ênfase a formação, a disseminação e a consolidação do conhecimento da biodiversidade, dos processos ecológicos e do funcionamento dos ecossistemas terrestres e aquáticos do cerrado.

Principais Problemas:

Muitos foram os problemas enfrentados pelos Núcleos Regionais da Rede. Entre eles estão as dificuldades para o repasse de recursos Federais e de equipamentos às universidades estaduais e centros de pesquisa que compõe os núcleos regionais da Rede, os processos licitatórios oficiais que mantém ritos obrigatórios que provocam lentidão na utilização dos recursos financeiros já repassados ocasionando, em alguns casos, a devolução desses recursos ao Ministério, a

indisponibilidade de pessoal capacitado para o desenvolvimento de tarefas administrativas e de pesquisas advindas das necessidades das redes. Encontra-se aqui um outro entrave que é o da impossibilidade de contratação de bolsistas e estagiários e por fim a necessidade de se possuir um veículo próprio que possa estar disponível para pesquisas em saídas de campo.

Contratações e Parcerias:

Observadas as dificuldades encontradas em 2010 para o desempenho a contento das atividades, e, considerando-se ainda outros fatores administrativos, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, optou por firmar uma parceria com a Universidade Federal de Goiás – UFG, que tem por objetivo o Apoio à Rede de Pesquisas para a Conservação e Uso Sustentável do Cerrado.

Transferências:

Por meio do Termo de Descentralização de Recursos – TDC, foram descentralizados à Universidade Federal de Goiás – UFG, R\$ 270.894,00 (duzentos e setenta mil, oitocentos e noventa e quatro reais) para o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento a Ciência e Tecnologia com apoio na conservação e uso dos recursos naturais com ênfase na biodiversidade.

Metas Físicas:

O fortalecimento dos Núcleos Regionais vinculados a Rede de Pesquisas para a Conservação e Uso Sustentável do Cerrado – COMCERRADO, tem como metas o apoio à pesquisa e a infra-estrutura física dos seus 8 núcleos regionais, visando o desenvolvimento de pesquisas e o fortalecimento da ciência regional, a difusão do conhecimento e o avanço no desenvolvimento científico e tecnológico, parcialmente alcançadas em alguns núcleos, e a contratação de bolsistas para atuação na Universidade Federal de Goiás nas atividades de pesquisa e gestão da rede.

Tabela 11: Quadro A.2.4.8.1.8 – Programa de Trabalho: 19.571.1122.8963.0001 - Apoio à Modernização de Acervos Biológicos (Coleções Ex Situ)

Tipo da Ação (1)	Atividade
Finalidade (2)	Preservar o material genético identificado por meio da manutenção, ampliação e informatização de acervos biológicos (coleções ex situ).
Descrição (3)	Apoio a atividades destinadas a criação e ampliação das coleções representativas dos principais biomas nacionais, com bons acervos e taxonomia sólida; apoio a manutenção e ampliação destas culturas; apoio as iniciativas de informatização dos acervos existentes.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (4)	240136 - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento - SEPED
Coordenador nacional da ação (5)	Mercedes Maria da Cunha Bustamante – 61 3317.7401
Unidades executoras (6)	Administração Direta - 24101

Detalhamento Financeiro e Físico: Ação 8963

META	LOA+Créditos (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	% (B/A)
Financeira	1.012.153,00	884.471,00	200.710,18	200.710,18	87,40
Física	44	44			100,00

Fonte: SIG/MCT

Principais resultados:

Esta ação tem apoiado o Programa de Pesquisa em Biodiversidade – PPBio e parte dos recursos previstos para 2011 foram utilizados para dar continuidade aos compromissos assumidos no Edital MCT/CNPq/PPBio Nº 60/2009. Cabe ressaltar que esse Edital contemplou três linhas: 1) modernização de acervos biológicos (coleções *ex situ*); 2) implantação e manutenção de estudos regionais de inventário da biota; 3) pesquisa e desenvolvimento em áreas temáticas da Biodiversidade. Como resultados do Edital, foram aprovadas três redes de pesquisa – uma na Amazônia Ocidental abrangendo oito projetos de pesquisa e seis instituições que coordenam projetos (INPA, UFAM, UNIR, UFMT, UFRR e UFAC); uma na Amazônia Oriental com seis projetos e cinco instituições (MPEG, UFOPA, UEMA, UNEMAT e UFT); e uma no Semiárido, com oito projetos e quatro instituições (UEFS, UESC, UFS e UFRN).

Cabe enfatizar que essas redes de pesquisa têm apoiado o fortalecimento da capacidade instalada das instituições e grupos de pesquisa uma vez que parte dos recursos destina-se à aquisição de material permanente e equipamentos. O PPBio tem fortalecido a ampliação e informatização de acervos biológicos (coleções *ex situ*) das Regiões Norte e Nordeste por meio da Ação 8963 do Plano Plurianual.

O PPBio tem contribuído também para a gestão da informação, por meio da avaliação das coleções biológicas, do desenvolvimento de banco de dados e da manutenção de *homepages* com conteúdo educativo e científico.

Vale ressaltar, ainda, os resultados obtidos pelo Programa de Pesquisa em Biodiversidade do Semiárido (PPBio Semiárido), a saber:

- foram significativamente aumentados os registros nas coleções de peixes da UEFS, da UFBA e da UFRN;
- foram registradas 24 espécies inéditas na Divisão de Aves do MZUEFS e o acervo da coleção cresceu 32%;
- no que tange a fungos, foi encontrado um gênero novo de fungo *Abrachium*; foi realizado o primeiro registro do fungo *Geatrum hirsutum* no semiárido; foram encontradas duas espécies novas de *Geartrum*; uma de *Cyathus*; uma de *Cantharellus*; e uma de *Hygrocybe*;

- com relação a briófitas, ocorreram seis novos registros de seis espécies para a Bahia; três novos registros para o Nordeste; e dois para o Brasil;
- foi encontrada uma nova espécie de fanerógama – *Thyrsacanthus microphyllus* – e uma de gramínea – *Paspalum sp.*;
- foi desenvolvido o Sistema de Coleção de Culturas de Microrganismos da Bahia – SisCCMB.

Além de dar continuidade aos compromissos assumidos no Edital MCT/CNPq/PPBio Nº 60/2009, a ação 8963 propiciou a formação de recursos humanos, por meio de bolsas de pesquisa, e o fortalecimento da infraestrutura dos núcleos executores (Amazônia Ocidental, Amazônia Oriental e Semiárido) do PPBio. Isso ocorreu por meio da parceria estabelecida entre o MCTI e a Universidade Federal de Goiás (UFG) para execução do projeto “Redes de Pesquisas e Monitoramento em Biodiversidade e Funcionamento de Ecossistemas”.

Esse projeto envolve três eixos (fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico; fomento à Inovação com base na Biodiversidade; e ações transversais) e seis redes, programas e projetos de pesquisa (Programa de Pesquisa em Biodiversidade – PPBio; Projeto de Larga Escala da Biosfera Atmosfera da Amazônia - LBA; Rede de Pesquisas para a Conservação e Uso Sustentável do Cerrado – ComCerrado; Sistema de Informação sobre Recursos Naturais – SIBBr; Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal - Rede BIONORTE; Rede Centro Oeste de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação - Rede Pró-Centro Oeste).

Principais Problemas:

Não houve problema na execução desta ação em 2011.

Contratações e Parcerias:

Estabelecida parceria com o CNPq para lançamento do Edital MCT/CNPq/PPBio Nº 60/2009 e contratação das três redes e dos 22 projetos de pesquisa aprovados.

Conforme mencionado anteriormente, foi estabelecida, também, parceria entre o MCTI e a Universidade Federal de Goiás (UFG) para execução do projeto “Redes de Pesquisas e Monitoramento em Biodiversidade e Funcionamento de Ecossistemas”.

Transferências:

Foram repassados R\$ 540.256,00 (custeio) e R\$ 200.710,00 (capital) ao CNPq para dar continuidade aos compromissos assumidos no Edital MCT/CNPq/PPBio Nº 60/2009.

Foram repassados R\$ 100.000,00 (custeio) e R\$ 43.504,82 (capital) à UFG para formação de recursos humanos, por meio de bolsas de pesquisa, e fortalecimento da infraestrutura dos núcleos executores (Amazônia Ocidental, Amazônia Oriental e Semiárido) do PPBio.

Metas Físicas:

A meta física estabelecida foi totalmente atingida.

Tabela 12: Quadro A.2.1.A.1.9 – Programa de Trabalho: 19.571.1122.8964.0001 - Apoio a Redes de Inventários da Biota

Tipo da Ação (1)	Atividade
Finalidade (2)	Implantar e manter redes de inventário, buscando utilizar e adaptar a experiência obtida pelo Estado de São Paulo, com o BIOTA-FAPESP, para outras regiões do País, e assim agilizar e otimizar a produção do conhecimento sobre a biodiversidade brasileira em nível nacional.
Descrição (3)	Apoio a instituição de redes de inventários da biodiversidade, que deverão trabalhar com uso de protocolos padrão que harmonizam as metodologias de trabalho e definem campos de informação essenciais, necessários e desejáveis a serem preenchidos por pesquisadores.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (4)	240136 - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento - SEPED
Coordenador nacional da ação (5)	Mercedes Maria da Cunha Bustamante – 61 3317.7401
Unidades executoras (6)	Administração Direta - 24101

Detalhamento Financeiro e Físico: Ação 8964

META	LOA+Créditos (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	% (B/A)
Financeira	1.817.903,00	1.687.197,00	340.366,53	211.063,71	92,81
Física	3	3			100,00

Fonte: SIG/MCT

Principais resultados:

Esta ação tem apoiado o Programa de Pesquisa em Biodiversidade – PPBio e parte dos recursos previstos para 2011 foram utilizados para dar continuidade aos compromissos assumidos no Edital MCT/CNPq/PPBio Nº 60/2009. Cabe ressaltar que esse Edital contemplou três linhas: 1) modernização de acervos biológicos (coleções *ex situ*); 2) implantação e manutenção de estudos regionais de inventário da biota; 3) pesquisa e desenvolvimento em áreas temáticas da Biodiversidade. Como resultados do Edital, foram aprovadas três redes de pesquisa – uma na Amazônia Ocidental abrangendo oito projetos de pesquisa e seis instituições que coordenam projetos (INPA, UFAM, UNIR, UFMT, UFRR e UFAC); uma na Amazônia Oriental com seis projetos e cinco instituições (MPEG, UFOPA, UEMA, UNEMAT e UFT); e uma no Semiárido, com oito projetos e quatro instituições (UEFS, UESC, UFS e UFRN).

Essas redes de pesquisa têm apoiado o fortalecimento da capacidade instalada das instituições e grupos de pesquisa uma vez que parte dos recursos destina-se à aquisição de material permanente e equipamentos. Além disso, tem-se investido na formação de recursos humanos por meio do aporte de até 30% do valor dos projetos em bolsas.

As ações do PPBio também envolveram a promoção de cursos e oficinas, entre eles, a oficina sobre levantamentos da biodiversidade para a tomada de decisões sobre o uso da terra; o curso “Contribuição da liteira fina para o fluxo de carbono e nutrientes para o solo em Florestas tropicais”; a II Oficina de Banco de Dados; o curso básico de Método RAPELD e monitoramento da biodiversidade; o curso de “Aracnologia: Sistemática, Coleta, Fixação e Gerenciamento de dados” e o curso “Métodos de coletas botânicas em parcelas permanentes na Amazônia Meridional”. Foi lançado o guia de campo de Zingiberales da Amazônia Ocidental brasileira e a apostila para criação de pranchas de identificação de espécies para guias no formato PPBio/INPA.

Em 2010, o PPBio foi ampliado para a Mata Atlântica como parte do Projeto PROBIO II, coordenado pelo MMA, em parceria com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nesse sentido, a ação 8964 apoiou, em 2011, a formação de recursos humanos, por meio de bolsas de pesquisa, e o fortalecimento da infraestrutura dos núcleos executores (Amazônia Ocidental, Amazônia Oriental e Semiárido) do PPBio. Isso

ocorreu por meio da parceria estabelecida entre o MCTI e a Universidade Federal de Goiás (UFG) para execução do projeto “Redes de Pesquisas e Monitoramento em Biodiversidade e Funcionamento de Ecossistemas”.

Esse projeto envolve três eixos (fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico; fomento à Inovação com base na Biodiversidade; e ações transversais) e seis redes, programas e projetos de pesquisa (Programa de Pesquisa em Biodiversidade – PPBio; Projeto de Larga Escala da Biosfera Atmosfera da Amazônia - LBA; Rede de Pesquisas para a Conservação e Uso Sustentável do Cerrado – ComCerrado; Sistema de Informação sobre Recursos Naturais – SIBBr; Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal - Rede BIONORTE; Rede Centro Oeste de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação - Rede Pró-Centro Oeste).

Principais Problemas:

Em 2011, não houve problemas na execução desta ação.

Contratações e Parcerias:

Estabelecida parceria com o CNPq para lançamento do Edital MCT/CNPq/PPBio Nº 60/2009 e contratação das três redes e dos 22 projetos de pesquisa aprovados.

Conforme mencionado anteriormente, foi estabelecida, também, parceria entre o MCTI e a Universidade Federal de Goiás (UFG) para execução do projeto “Redes de Pesquisas e Monitoramento em Biodiversidade e Funcionamento de Ecossistemas”.

Transferências:

Foram repassados R\$ 689.025,57 (custeio) ao CNPq para dar continuidade aos compromissos assumidos no Edital MCT/CNPq/PPBio Nº 60/2009.

Foram repassados R\$ 637.395,43 (custeio) e R\$ 262.155,00 (capital) à UFG para formação de recursos humanos, por meio de bolsas de pesquisa, e fortalecimento da infraestrutura dos núcleos executores (Amazônia Ocidental, Amazônia Oriental e Semiárido) do PPBio.

Metas Físicas:

A meta física estabelecida foi totalmente atingida.

Tabela 13: Quadro A.2.1.A.1.10 – Programa de Trabalho: 19.571.1122.8978.0001 - Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Temáticas da Biodiversidade

Tipo da Ação (1)	Atividade
Finalidade (2)	Instituir e apoiar uma agenda unificadora de pesquisa e desenvolvimento em biodiversidade capaz de apontar estratégias e integrar competências em diversos campos do conhecimento estabelecendo propósitos comuns para redes de pesquisa formadas por pesquisadores de diferentes organizações capazes de atuar objetivamente na pesquisa voltada à identificação, caracterização, valorização e uso sustentável da biodiversidade.
Descrição (3)	A ação visa estruturar redes de pesquisa que venham sistematizar o conhecimento sobre componentes da biodiversidade, caracterizá-los e manejá-los de forma a permitir seu uso sustentável, desenvolver conhecimentos e pesquisa para novos usos da biodiversidade e promover a disseminação desse conhecimento para instituições capazes de realizar desenvolvimento e inovação de novos produtos e processos derivados da biodiversidade. Intensificação da atividade de pesquisa e desenvolvimento em biodiversidade por meio de uma estrutura de redes de laboratórios associados e institutos de pesquisas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (4)	240136 - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento - SEPED
Coordenador nacional da ação (5)	Mercedes Maria da Cunha Bustamante – 61 3317.7401
Unidades executoras (6)	Administração Direta - 24101

Detalhamento Financeiro e Físico: Ação 8978

META	LOA+Créditos (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	% (B/A)
TOTAL DA AÇÃO	6.133.005,00	4.649.166,50	400.000,00	383.000,00	
Financeira PPA	1.074.944,00	937.251,50	400.000,00	383.000,00	81,30
Emenda PPA	5.058.061,00	3.711.915,00			73,40
Física	3	4			133,33

Fonte: SIG/MCT

Principais resultados:

Os recursos do PPA da ação 8978 apoiaram a formação de recursos humanos, por meio de bolsas de pesquisa, e o fortalecimento da infraestrutura das três redes de pesquisa (Amazônia Ocidental, Amazônia Oriental e Semiárido) do PPBio, aprovadas no Edital MCT/CNPq/PPBio N° 60/2009, e da rede de pesquisa do PPBio Mata Atlântica. Isso ocorreu por meio da parceria estabelecida entre o MCTI e a Universidade Federal de Goiás (UFG) para execução do projeto “Redes de Pesquisas e Monitoramento em Biodiversidade e Funcionamento de Ecossistemas”.

Esse projeto envolve três eixos (fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico; fomento à Inovação com base na Biodiversidade; e ações transversais) e seis redes, programas e projetos de pesquisa (Programa de Pesquisa em Biodiversidade – PPBio; Projeto de Larga Escala da Biosfera Atmosfera da Amazônia - LBA; Rede de Pesquisas para a Conservação e Uso Sustentável do Cerrado – ComCerrado; Sistema de Informação sobre Recursos Naturais – SIBBr; Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal - Rede BIONORTE; Rede Centro Oeste de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação - Rede Pró-Centro Oeste).

Já os recursos da emenda, foram utilizados para apoiar a criação de um Centro de Ciências Ambientais que seja referência internacional de pesquisa sobre a biodiversidade e sobre sua relação com o meio, especialmente com a conservação de recursos hídricos, integrado com estruturas para atendimento, informação e formação do público em geral e do público escolar em particular (professores e estudantes).

Vale ressaltar que a implantação do Centro de Ciências Ambientais Floresta-Escola, constituído fisicamente às margens da represa de Marimbondo, no município de Frutal, Minas Gerais, terá impacto positivo direto nos ensinos fundamental, médio e superior da região. O impacto na sociedade em geral será evidenciado pelo número de visitas/visitantes e eventos (atividades extensionistas) que serão realizados no espaço a ser construído, pensado de maneira a integrar o conhecimento e objetos, no caso as águas e a biodiversidade. Os impactos benéficos na sociedade poderão ser verificados especialmente no público escolar. O principal indicador nessa parcela da sociedade deve ser a melhoria das notas em Ciências Ambientais nas avaliações escolares rotineiras e nos exames gerais, como o Exame Nacional do Ensino Médio, ENEM, em médio e longo prazo. Outro indicador de benefício social passível de ser utilizado na abrangência da proposta é o aumento da qualidade e da quantidade dos recursos hídricos disponíveis para uso da população. Outros também podem ser utilizados, como diminuição de infrações ambientais na região, aumento de áreas recuperadas em margens de rios e em interflúvios, diminuição do número de queimadas em vegetação nativa. Além dos impactos sociais em geral, educacionais e extensionistas, planeja-se impacto na pesquisa em biodiversidade, evolução e ecologia aplicada em nível nacional, no médio prazo, e em nível internacional, no longo prazo. Para tanto, indicadores acadêmicos como número de estagiários, estudantes de graduação (trabalhos de conclusão de cursos), de pós-graduação (dissertações e teses) e visitas ou atendimento de profissionais colaboradores também podem ser utilizados. Cientificamente, a atuação do Centro de Ciências Ambientais Floresta-Escola será aferida pelo número de projetos financiados e executados e por publicações em periódicos nacionais e internacionais de impacto.

Principais Problemas:

Em 2011, não houve problemas na execução desta ação.

Contratações e Parcerias:

Conforme mencionado anteriormente, foi estabelecida, também, parceria entre o MCTI e a Universidade Federal de Goiás (UFG) para execução do projeto “Redes de Pesquisas e Monitoramento em Biodiversidade e Funcionamento de Ecossistemas”. Repasse à Marinha do Brasil/MD por descentralização de crédito para execução total da ação.

Foi estabelecida, também, parceria com a Universidade Federal de Viçosa (UFV) para a criação de um Centro de Ciências Ambientais que seja referência internacional de pesquisa sobre a biodiversidade e sobre sua relação com o meio, especialmente com a conservação de recursos hídricos.

Transferências:

Foram repassados R\$ 226.596,00 (custeio) e R\$ 321.901,00 (capital) à UFG para formação de recursos humanos, por meio de bolsas de pesquisa, e fortalecimento da infraestrutura dos núcleos executores (Amazônia Ocidental, Amazônia Oriental e Semiárido) do PPBio.

Foram repassados R\$ 2.943.792,00 (custeio) e R\$ R\$ 1.471.888,06 (capital) à UFV para apoiar a criação de um Centro de Ciências Ambientais.

Repasse de recursos (R\$ 400 mil) para manutenção e operação do Navio Oceanográfico Antares e do Navio Hidroceanográfico Cruzeiro do Sul no escopo da execução de projetos de pesquisa da comunidade científica e da própria Marinha do Brasil/MD.

Metas Físicas:

A meta física foi ultrapassada uma vez que essa ação, além de apoiar as três redes de pesquisa (Amazônia Ocidental, Amazônia Oriental e Semiárido) do PPBio, aprovadas no Edital MCT/CNPq/PPBio Nº 60/2009, apoiou, também, a rede de pesquisa do PPBio Mata Atlântica.

2.3.1.2. Execução do Programa Meteorologia e Mudanças Climáticas, sob a responsabilidade da SEPED

Tabela 14: Quadro A.2.1.B - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo: 1421

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1421		Denominação: Meteorologia e Mudanças Climáticas				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Entender os mecanismos que determinam as mudanças climáticas globais e melhorar a capacidade de previsão meteorológica, climática, hidrológica e ambiental.						
Objetivos Específicos: Incentivar a Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Estratégicas						
Gerente: Carlos Afonso Nobre				Responsável: Darly Henriques da Silva		
Público Alvo: Comunidade Científica; tomadores de decisão governamentais; sociedade e usuários nacionais e nas áreas de relações internacionais onde dados e informações, locais, regionais e globais são importantes em saúde pública; desastres naturais e provocados pelo homem; planejamento energético; transportes; e defesa civil.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
53.406.000	53.406.000	43.833.122	25.705.036	18.128.086	23.699.036	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de acerto da previsão numérica de Tempo sobre o Brasil	14/01/2012	89,00	91,00	91,00	95,00
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o estado previsto e o estado ocorrido da atmosfera sobre o Brasil.						
Análise do Resultado Alcançado						
As ações relacionadas ao programa em questão possibilitaram superar significativamente o índice de acerto da previsão numérica de tempo sobre o Brasil, que compara o estado previsto e o ocorrido. Este fato ocorreu possivelmente em virtude da maximização dos investimentos financeiros e esforços humanos na obtenção de resultados mais precisos. Ademais, com a inauguração do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN, existe a possibilidade de incremento no índice de acerto, visto que permitirá uma maiores integração de dados hidrometeorológicos, bem como introduziu uma nova forma de utilização social de tais esforços, pois a divulgação precoce de alertas sobre possíveis desastres naturais, propícia uma redução no quantitativo de mortes e dos danos materiais associados a tais eventos.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de acerto da tendência climática sazonal sobre o Brasil	18/01/2012	45,00	57,50	57,50	60,00
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o campo de temperatura ou precipitação sazonal prevista e as observações sobre o Brasil.						
Análise do Resultado Alcançado						
Com o início da construção da climatologia do modelo Eta para previsão de anomalia climática sazonal, a geração de novos produtos de previsão climática sazonal e a adição de membros de da previsão por conjunto dos Modelos Eta-40km e Eta-5km, já existe uma versão do modelo brasileiro do Sistema Climáticos Global funcionando e os resultados estão sendo analisados, fato que possibilitará aprimorar ainda mais a taxa de acerto da tendência climática sazonal do Brasil.						

Fonte: CPTEC/INPE

Análise crítica do Programa 1421 - Meteorologia e Mudanças Climáticas

O Programa tem como objetivo entender os mecanismos que determinam as mudanças climáticas globais e melhorar a capacidade de previsão meteorológica, climática, hidrológica e ambiental.

O Programa vem fortalecendo o protagonismo brasileiro no enfrentamento das mudanças climáticas globais, mediante estudos e pesquisas climáticas, visando disseminar conhecimentos científicos e tecnológicos e subsidiar políticas públicas de mitigação de emissões de gases de efeito estufa.

Como importantes resultados podemos citar o aumento de acerto da previsão de tempo sobre o Brasil para 98% (1 dia), excelente para os padrões da Organização Mundial de Meteorologia e o fortalecimento dos 26 centros estaduais e do Distrito Federal de meteorologia, que realizam previsão de tempo e clima e que atendem às demandas dos estados com produtos para a agricultura, energia, saúde pública, transportes, defesa civil, turismo e lazer, colaborando com a gestão das águas e de riscos ambientais.

Em fevereiro de 2011, o Governo Federal instituiu um grupo de trabalho coordenado pela Casa Civil da Presidência da República com o objetivo de elaborar um plano de prevenção e enfrentamento dos Desastres Naturais. Participaram deste grupo de trabalho diversos órgãos federais com atividades relacionadas ao tema, entre eles o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, a quem coube a responsabilidade de implantar um sistema de alertas antecipados da probabilidade de ocorrência de desastres naturais, considerando, em princípio, os dois tipos de desastres naturais que mais causam vítimas fatais no país, os deslizamentos de encostas e as enxurradas. A proposta do MCTI para esta tarefa foi a implantação de um Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN, com o objetivo de reunir o maior número de informações hidrometeorológicas e geotécnicas disponíveis e desenvolver um sistema de alertas, utilizando, para isto, os conhecimentos científicos e as tecnologias mais modernas disponíveis no Brasil e no exterior.

Ações do Programa 1421, sob a responsabilidade das Coordenações da SEPED/MCTI

AÇÃO	TÍTULO	UJ RESPONSÁVEL	COORDENADOR
200B	Rede de Meteorologia e Clima	SEPED	Darly Henriques da Silva
2272	Gestão e Administração do Programa	SEPED	Fernando André Pereira as Neves
6126	Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa	SEPED	Sonia Regina Mudrovitsch de Bittencourt
6909	Operacionalização do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo	SEPED	Sonia Regina Mudrovitsch de Bittencourt
12QB	Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais – CEMADEN	SEPED	Antônio Marcos Mendonça
20GB	Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais	SEPED	Antônio Marcos Mendonça

Ações do Programa 1421, sob a responsabilidade de outra UJ do MCTI

AÇÃO	TÍTULO	UJ RESPONSÁVEL	COORDENADOR
10GK	Implantação de Infra-Estrutura para o Sistema Científico Brasileiro de Previsão do Clima Espacial	INPE/MCTI	Gilberto Câmara Neto
10H2	Implantação de Infra-Estrutura para Atender as Demandas das Mudanças Climáticas Globais	INPE/MCTI	Gilberto Câmara Neto
4176	Monitoramento Ambiental da Amazônia por Satélites	INPE/MCTI	Gilberto Câmara Neto
4184	Pesquisa, Desenvolvimento e Operações em Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC)	INPE/MCTI	Gilberto Câmara Neto
6751	Pesquisa e Desenvolvimento sobre Mudança Global do Clima	INPE/MCTI	Gilberto Câmara Neto

2.3.1.2.1 - Execução Orçamentária e Financeiras das Ações do Programa 1421, sob a coordenação da SEPED

Tabela 15: Quadro A.2.4.B.1 - Demonstrativo das Ações do Programa de Governo: 1421 sob a coordenação da SEPED

Ação	Título	Informações orçamentárias e financeiras do Programa					
		DOTAÇÃO		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
		Inicial	Final				
200B	Rede de Meteorologia e Clima	1.545.197,00	1.545.197,00	1.009.200,00	289.000,71	720.199,29	289.000,71
2272	Gestão e Administração do Programa	2.000.000,00	2.200.000,00	1.457.717,17	1.405.720,77	51.996,40	1.405.720,77
6126	Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa	270.000,00	270.000,00	235.000,00	235.000,00	0	0
6909	Operacionalização do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo	470.000,00	470.000,00	470.000,00	470.000,00	0	470.000,00
12QB	Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - Nacional	5.600.000,00	11.600.000,00	4.738.566,21	1.000.000,00	3.738.566,21	1.000.000,00
20GB	Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - Nacional	5.330.000,00	5.330.000,00	4.500.000,00	1.000.000,00	2.500.000,00	0
TOTAL DAS AÇÕES DA SEPED		15.215.197,00	21.415.197,00	12.410.483,38	4.399.721,48	7.010.761,90	3.164.721,48

Fonte: CGOF/MCTI – Base SIAFI

2.3.1.2.1.1 - Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira das Ações do Programa de Governo: 1421

Tabela 16: Quadro A.2.4.B.1.1 – Programa de Trabalho: 19.122.1421.2272.0001 - Gestão e Administração do Programa

Tipo da Ação (1)	Atividade
Finalidade (2)	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição (3)	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (4)	240136 - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento - SEPED
Coordenador nacional da ação (5)	Fernando André Pereira das Neves – 61- 3317-7613
Unidades executoras (6)	Administração Direta - 24101

Detalhamento Financeiro e Físico: Ação 2272

META	LOA+Créditos (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	% (B/A)
Financeira	2.200.000,00	1.457.717,17	1.405.720,77	1.405.720,77	66,26
Física					

Fonte: SIG/MCTI

Principais resultados:

A execução do orçamento desta ação foi realizada apoio necessário as atividades da SEPED. Essas despesas envolveram os pagamentos locação de mão-de-obra, despesas de exercícios anteriores, indenizações e restituições, outros serviços de terceiros (pessoa física e jurídica), viagens e locomoção de passagens, diárias e afins, para servidores e colaboradores eventuais, necessárias para a implementação estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc. Os resultados desta ação estão diretamente relacionados aos resultados dos Programas da SEPED.

Principais Problemas:

Não houve problema na execução da ação em 2011.

Contratações e Parcerias:

Não houve contratação nem parcerias no âmbito desta ação.

Transferências:

Não houve transferência em 2011 nesta ação.

Metas físicas:

Não foi estabelecido produto de medida nesta ação.

Tabela 17: Quadro A.2.4.B.1.2 – Programa de Trabalho: 19.571.1421.200B.0001 - Rede de Meteorologia e Clima

Tipo da Ação (1)	Atividade
Finalidade (2)	Organizar o sistema de meteorologia, em nível nacional, integrando os sistemas operados pelos principais órgãos de meteorologia - Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), Diretoria de Hidrografia e Navegação do Comando da Marinha (DHN), Centros Estaduais de Meteorologia -, em articulação com a Sociedade Brasileira de Meteorologia (SBMET), assegurando a coleta, tratamento, e disponibilização dos dados de previsão de tempo, clima, e da evolução hidrológica para os usuários (defesa civil, agricultura, transporte, operador nacional de energia elétrica, gestão das águas).
Descrição (3)	Aquisição e instalação de equipamentos de tecnologia de informação; expansão da rede de coleta automática de dados (PCDs) com inclusão de sensores de CO ² na rede já instalada; reposição de sensores das variáveis meteorológicas, pluviômetros e fluviômetros nas diversas redes estaduais em funcionamento; realização de treinamentos, cursos de atualização e consultorias técnicas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (4)	240136 - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED
Coordenador nacional da ação (5)	Darly Henriques da Silva - 61 3317 7426
Unidades executoras (6)	Administração Direta – 24101

Detalhamento Financeiro e Físico: Ação 200B

META	Fonte	LOA+Créditos (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	% (B/A)
Financeira	100	500.000,00	500.000,00	289.000,71	289.00,71	100,00
	195	509.200,00	509.200,00	509.200	0	100,00
Física		27	16			59,26

Fonte: SIG/MCT

Nota: (*) Crédito Suplementar Doações do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Principais resultados:

Aumento da capacitação dos centros estaduais de meteorologia em termos de recursos humanos e nacional em termos de clima e eventos climatológicos extremos necessários como apoio a pesquisas e desenvolvimento nessas áreas. Ações em curso desde 2004 (1º e desde 2010 o 2º). Inauguração de um radar Doppler Banda S em Quixeramobim em 2011, resultado de convênio entre o MCTI e Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos da Secretária da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (FUNCEME) de 200 e no valor total de R\$ 10 milhões.

Principais Problemas:

Dificuldades burocráticas de transferência de recursos financeiros para os parceiros organizarem curso de atualização em instituições públicas dos estados, no caso a FUNCEME/CE com diárias e passagens; liberação dos recursos orçamentários contingenciados em dezembro inviabilizando a realização de atividades previstas. Corte no orçamento de emendas parlamentares. Crédito suplementar de recursos de doação de banco internacional autorizado após 8 meses de solicitado. Burocracia excessiva e não efetiva, pois não envolvia recursos financeiros e tratava-se de doação, no caso do BID.

Ação do PPA “Redes de Meteorologia e Clima” em vigor desde 2004, extinta a partir de 2012, dificultando, assim, a parceria com os Estados. Nenhum item de infraestrutura foi adquirido em 2011, somente apoio a recursos humanos para a pesquisa. Nenhuma reunião da Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia (CMCH), órgão colegiado do MCTI que havia recomendado o cumprimento da Finalidade 2.

Contratações e Parcerias:

Convênio firmado em 2011, de Doação do Banco Interamericano de Desenvolvimento BID) no valor total de US\$ 400, com contrapartida do MCTI de US\$ 100 mil dólares.

Transferências:

CNPq: R\$ 500 mil reais para manutenção de quotas de bolsas DTI que colaboraram para aumento da capacitação dos centros estaduais de meteorologia (recursos humanos) e mais R\$ 509 mil relativos à doação do BID para a realização de um evento internacional sobre eventos climatológicos extremos em Natal, no 1º semestre/2012 (1ª de 4 atividades), visando o aumento da capacitação nacional sobre clima em termos de recursos humanos. Os recursos financeiros do BID foram repassados pelo CNPq o Centro Regional do Nordeste/INPE para a realização do evento.

Metas Físicas:

Em 2011, foram implementadas 16 bolsas, totalizando 59,26% da meta prevista.

Tabela 18: Quadro A.2.4.B.1.3 - Programa de Trabalho: 19.573.1421.6126.0001 - Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa

Tipo da Ação (1)	Atividade
Finalidade (2)	Disponibilizar, aos diversos segmentos do setor produtivo, estimativa de emissões de gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal.
Descrição (3)	Elaboração e divulgação de estimativa de emissões de gases de efeito estufa, bem como de pesquisas sobre fatores de emissão e níveis de atividade nos setores de energia, transportes, indústria, uso de solventes, mudança no uso da terra e da floresta, agropecuário e tratamento de resíduos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (4)	240136 - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento - SEPED
Coordenador nacional da ação (5)	Sonia Regina Mudrovitsch de Bittencourt – 61 3317-7512
Unidades executoras (6)	Administração Direta – 240101

Detalhamento Financeiro e Físico: Ação 6126

META	LOA+Créditos (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	% (B/A)
Financeira	270.000,00	235.000,00	235.000,00	235.000,00	87,04
Física	1	1			100,00

Fonte: SIG/MCTI

OBS.: O valor empenhado de R\$ 235.000,00, refere-se ao crédito orçamentário de R\$ 270.000,00 menos o valor contingenciado.

Principais resultados:

A elaboração e atualização periódica de inventários nacionais das emissões antrópicas por fontes e das remoções por sumidouros de gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal (Artigo 4 do texto da Convenção) constitui um dos principais compromissos assumidos pelo país no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, da sigla em inglês). Esse trabalho compõe a "Comunicação Nacional do Brasil para a UNFCCC".

O Brasil submeteu a sua Comunicação Nacional Inicial ao Secretariado da Convenção sobre Mudança do Clima em dezembro de 2004. O inventário constante nesta Comunicação abrangeu dados para os anos de 1990 a 1994. Ao final de 2010, foi submetida a Segunda Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, cujo inventário abrangeu dados para os anos de 1990 a 2005. A Terceira Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima deverá ser submetida ao Secretariado da Convenção em 2014, abrangendo o período de 1990 a 2010. É importante ressaltar que de acordo com deliberação das Partes da Convenção sobre Mudança de Clima, na COP 17 em dezembro de 2011, a partir de 2014 os Inventários Nacionais de gases de efeito estufa passarão a ter periodicidade bianual.

A Meta prevista no Plano de Ação 2011-2015 é de um Inventário Nacional elaborado e submetido à Convenção sobre Mudança do Clima e dez Relatórios de referência elaborados. Esta meta refere-se especificamente ao Inventário Nacional de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal, abrangendo dados de 1990 a 2010, que integrará a Terceira Comunicação Nacional do Brasil.

Em 2011, tiveram início os preparativos para possibilitar a implementação das atividades necessárias à elaboração do Terceiro Inventário de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa e dos Relatórios de Referência nos setores de energia; agricultura; indústria e uso de solventes; mudança no uso da terra e florestas; e tratamento de resíduos.

Considerando a elevada complexidade técnica e o grande número de instituições e atores envolvidos com o preparo do Inventário Nacional, a primeira ação foi a elaboração do Plano de Trabalho para a confecção do Terceiro Inventário. Este trabalho teve por base os resultados do Segundo Inventário e contou com a participação de especialistas diretamente envolvidos com a confecção do Segundo Inventário, a fim de subsidiar as atividades iniciais do Terceiro Inventário.

Além disto, diversas reuniões e visitas técnicas foram realizadas com vistas a se alcançar acordos com instituições parceiras para o atingimento dos resultados esperados, como por exemplo, com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – Cetesb, a Empresa de Pesquisa Energética – EPE e a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais – Funcate. Em meados de 2011, houve um realinhamento das orientações para elaboração do Inventário, o que resultou na necessidade de revisão das minutas das Cartas de Acordo que viabilizariam os estudos sobre emissões de gases de efeito estufa nos setores previamente especificados.

O Termo de Referência para o estudo de emissões de gases de efeito estufa para o tratamento de resíduos já se encontra aprovado pelas equipes técnicas da Cetesb e da CGMC e se encontra em análise pelo PNUD. O Termo de Referência para o estudo de emissões de gases de efeito estufa por atividades relacionadas à agropecuária se encontra em fase final de negociação com a Embrapa e a parceria será formalizada provavelmente ainda no primeiro semestre de 2012. Os Termos de Referência para o estabelecimento de parcerias para os estudos dos setores de “energia”, “indústria”, e “uso do solo, mudança no uso do solo e florestas” estão já em negociação e serão possivelmente celebrados durante o segundo semestre de 2012.

Em função deste realinhamento das orientações recebidas pelo setor técnico, optou-se por adiar para 2012 a contratação de pesquisas sobre fatores de emissão e níveis de atividade nos setores de energia, de indústria e uso de solventes, de mudança do uso da terra e florestas, de agropecuária e de tratamento de resíduos. Estes estudos estão programados para serem iniciados em 2012, tão logo se conclua a avaliação dos *key sources* nacionais, o impacto do emprego de cada fator de emissão para o cálculo do inventário e outros parâmetros relevantes, como por exemplo, medidas de biomassa em diversos biomas.

Desta forma, os recursos disponibilizados para 2011 por meio desta Ação foram utilizados para apoio à participação de cientistas e estudantes brasileiros no evento preparatório para a Rio+20, Planet under Pressure London 2012, com execução no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Tal emprego dos recursos justifica-se pelo fato de que uma maior participação da comunidade científica brasileira nos eventos preparatórios é de fundamental importância para que a ciência brasileira seja levada em consideração nas discussões da Rio+20, com reflexos não apenas nos resultados dessa conferência, mas também com reflexos futuros nas discussões internas sobre a formulação e implementação das políticas internas sobre mudanças climáticas, refletindo finalmente numa melhor Comunicação Nacional do Brasil à Convenção sobre Mudança do Clima. O envolvimento do CNPq foi considerado adequado tendo em vista sua larga experiência em apoiar iniciativas desta qualidade.

Principais Problemas:

A necessidade de se revisar as minutas das Cartas de Acordo que viabilizariam os estudos sobre emissões de gases de efeito estufa nos setores de energia; agricultura; indústria e uso de solventes; mudança no uso da terra e florestas; e tratamento de resíduos – resultado do realinhamento das orientações para a elaboração do Inventário – retardaram a celebração de acordos com instituições parceiras.

Uma vez que a revisão do escopo das Cartas de Acordo iniciada em meados de 2011 já se encontra em fase final, espera-se que parcerias com instituições que realizarão os estudos para a elaboração do Inventário sejam formalizadas ao longo do ano de 2012.

Além disso, é digno de nota que os recursos desta Ação representam apoio adicional para a elaboração do Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa, cuja iniciativa conta também com recursos originários do *Global Environment Facility* – GEF, por meio

de Projeto de Cooperação Técnica Internacional com o envolvimento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

Metas Físicas:

O compromisso do Brasil junto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima é apresentar o inventário como parte integrante da Terceira Comunicação Nacional do Brasil em 2014. Até o momento considera-se que a meta apresenta cerca de 10% de atingimento.

Tabela 19: Quadro A.2.4.B.1.4 - Programa de Trabalho: 19.571.1421.6909.0001 - Operacionalização do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

Tipo da Ação (1)	Atividade
Finalidade (2)	a) Avaliar projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, que resultem em reduções de emissões nos setores de energia, indústria, uso de solventes, agropecuária, mudança no uso da terra e florestas e tratamento de resíduos e em seqüestro de carbono por reflorestamento ou estabelecimento de novas florestas; b) Preparar estudos visando subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Mudanças Climáticas que defina estratégias para a redução das emissões de gases de efeito estufa por meio da implementação de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL); c) Aprimorar a regulamentação nacional referente à implementação de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL); d) capacitar instituições e especialistas para atuação na área do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e em certificação dos projetos de MDL; e) realizar visitas técnicas aos projetos aprovados no âmbito da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima; e f) ampliar a conscientização pública sobre mudança do clima e, em especial, sobre o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.
Descrição (3)	Avaliação, quanto à contribuição para o desenvolvimento sustentável, de projetos submetidos à apreciação da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, no âmbito do MDL do Protocolo de Quioto; Elaboração, de acordo com a necessidade apurada, de novas resoluções, bem como revisão das atualmente em vigor tendo em vista tornar o processo de implementação de projetos MDL no Brasil transparente e ágil; Participação e promoção de cursos, palestras, apresentações e reuniões, bem como elaboração de material informativo sobre o MDL visando a capacitação de instituições e especialistas para atuação nessa área; Estabelecimento de sistema de acompanhamento dos projetos MDL aprovados no âmbito da CIMGC para visita técnica, aleatória e por sorteio, de determinados projetos aprovados pela CIMGC; Ampliação do portal de mudança do clima no MCTI, especialmente, na parte referente ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Além disso, prevê-se, ainda, no âmbito dessa ação, a definição de termos de referência e planos de trabalho e o estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas, bem como contratações para realização de estudos técnicos visando subsidiar a preparação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (4)	240136 - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento - SEPED
Coordenador nacional da ação (5)	Sonia Regina Mudrovitsch de Bittencourt – 61 3317-7512
Unidades executoras (6)	Administração Direta – 240101

Detalhamento Financeiro e Físico: Ação 6909

META	LOA+Créditos (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	% (B/A)
Financeira	470.000,00	470.000,00	470.000,00	470.000,00	100,00
Física	80	65			81,25

Fonte: SIG/MCTI

Principais resultados:

A CGMC exerce a função de Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC) a quem compete, entre outras atribuições, a avaliação quanto à contribuição ao desenvolvimento sustentável das atividades de projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) a serem desenvolvidas no Brasil no âmbito do Protocolo de Quioto. No intuito de fortalecer as atividades dessa Coordenação-Geral, na qualidade de Secretaria Executiva da Comissão, está em desenvolvimento projeto para modernização institucional dessa Secretaria, de forma a possibilitar que o

Brasil continue a desempenhar um papel de destaque no cenário internacional quanto à implementação de projetos no âmbito do MDL.

Para os países não incluídos no Anexo I do Protocolo de Quioto, como o Brasil, o desenvolvimento de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) é interessante porque os recursos das vendas de Reduções Certificadas de Emissões (RCE), popularmente denominadas de créditos de carbono, representam um recurso adicional para obter tecnologias para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e promover o desenvolvimento sustentável do país. Daí a importância do projeto BRA/07/002 cuja finalidade primordial é a de fortalecer a implementação de projetos no âmbito do MDL no país.

Desde a criação do MDL até o final de 2011, foram registrados junto à Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima (CQMGC) 3.793 projetos MDL, neste contexto, o Brasil tem grande destaque no sistema MDL, com 201 projetos já registrados, valor equivalente a 5,3% do total. Esta produtividade coloca o Brasil em 3º lugar no ranking mundial dos países com mais projetos financiados pelo MDL, seguido por Índia (20,43%) e China (47,03%). No âmbito da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC), 268 projetos já receberam carta de aprovação para solicitação de registro junto à CQMGC e outros 6 projetos encontram-se em fase de correção em atendimento às solicitações do colegiado desta Comissão. Os projetos brasileiros de MDL também possibilitaram ao Brasil figurar na 3ª posição no ranking de reduções anuais de emissões de gases de efeito estufa, com uma redução estimada nesta atividade equivalente a cerca de 5% do total mundial. Em relação ao ano de 2011, foram emitidos no âmbito da CIMGC 65 pareceres técnicos, referentes a 3 projetos submetidos à Comissão no final do ano de 2010 e 18 projetos submetidos até dezembro de 2011.

Principais Problemas:

Reestruturação da equipe técnica e operacional da Coordenação Geral de Mudanças Globais de Clima decorrente da mudança de Governo Federal. Tal fato condicionou mudança significativa na composição da equipe responsável pela Secretaria Executiva da CIMGC, havendo necessidade, inclusive, de proporcionar treinamento às pessoas integrantes da nova equipe.

Em função da estimativa de que cerca de 150 projetos de MDL deverão ser submetidos à aprovação da CIMGC em 2012, iniciou-se no final de dezembro de 2011 um processo seletivo para recomposição do painel de especialistas para emissão de pareceres sobre os projetos. Este processo deverá estar finalizado até início de março de 2012.

Também, no intuito de prover meios para atender a contento a demanda prevista, foi firmado acordo de parceria com a DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR INTERNATIONALE ZUSAMMENARBEIT (GIZ) no Brasil, conexas à Embaixada da República Federal da Alemanha em Brasília, para capacitação do corpo técnico e gerencial da Comissão, buscando aprofundar o conhecimento dos profissionais em relação ao tema de mudanças climáticas, Protocolo de Kyoto, MDL e mercado de carbono. O primeiro curso de treinamento, envolvendo técnicos dos 11 ministérios que integram a Comissão, foi realizado em outubro e já estão previstos dois outros treinamentos para o início de 2012.

Transferências:

Os recursos desta Ação foram transferidos ao PNUD para crédito junto ao projeto de cooperação técnica internacional BRA/07/002.

Metas Físicas:

O quantitativo de 65 pareceres emitidos, equivalente a 81% da meta física prevista, justifica-se pela expectativa dos proponentes de projeto MDL a respeito da decisão que seria tomada quanto à finalização do primeiro período de compromisso do Protocolo de Quioto, que só ocorreu durante a COP 17, realizada em dezembro de 2011. Esta decisão fez com que a maioria dos projetos fosse submetida à validação a partir de outubro 2011. É importante ressaltar que o processo de validação junto ao Conselho Executivo da Convenção sobre Mudança do Clima dura em média seis meses e que os projetos MDL só são submetidos à CIMGC após terem recebido o certificado de validação. Assim, em levantamento feito pela Secretaria Executiva da CIMGC junto às empresas desenvolvedoras de projetos, estima-se que cerca de 150 projetos de MDL deverão ser submetidos à aprovação da CIMGC em 2012.

Tabela 20: Quadro A.2.4.B.1.5 – Programa de Trabalho: 19.571.1421.12QB.0001 - Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - CEMADEN

Tipo da Ação (1)	Atividade
Finalidade (2)	Implantar o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais para responder ao aumento significativo da ocorrência de desastres no Brasil, de forma a subsidiar a tomada de decisão por parte dos órgãos de proteção civil
Descrição (3)	Construção de prédio adequado para abrigar o centro de alertas dentro do campus do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) em Cachoeira Paulista-SP, aquisição e instalação de equipamentos necessários para o funcionamento do Centro, aquisição e instalação de equipamentos para a atuação das equipes de trabalho e aquisição e instalação de equipamentos de monitoramento hidrometeorológico e geotécnico (radares meteorológicos, pluviômetros, medidores de raios intranuvens, medidores de umidade do solo, estações hidrometeorológicas etc), além da aquisição do supercomputador para ser utilizado em simulações de modelos, inclusive com compartilhamento do seu uso por instituições parceiras.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (4)	240136 - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED
Coordenador nacional da ação (5)	Antônio Marcos Mendonça - 61 3317 7840
Unidades executoras (6)	Administração Direta – 24101

Detalhamento Financeiro e Físico: Ação 12QB

META	Fonte	LOA+Créditos (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	% (B/A)
Financeira	100	5.600.000	4.738.566	4.738.566	1.000,000	84,60
Física		5	5			100,00

Detalhamento Financeiro Crédito Extraordinário da Ação 12QB

META	Fonte	LOA+Créditos (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	% (B/A)
Financeira	100	6.000.000	0	0	0	0
Física		0	0			0

Fonte: SIG/MCT

Principais resultados:

Desastres naturais provocam grandes perdas humanas e materiais em todo o mundo e seu risco crescente é uma questão de preocupação global. Por sua grande extensão territorial e população, o Brasil é um país vulnerável a grande variedade de desastres naturais (e.g.: deslizamentos de massa em encostas, tempestades violentas, temporais e ventanias, inundações, enchentes, enxurradas, alagamentos, descargas elétricas, secas, queimadas, chuvas de granizo, ressacas, episódios agudos de poluição do ar e da água, etc.) e seus impactos afetam milhares a milhões de pessoas a cada ano. Particularmente, o Desastre Natural da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, em Janeiro de 2011, com mais de 900 mortos e centenas de desaparecidos, despertou o país para a necessidade de medidas urgentes quanto a prevenção aos desastres naturais. Em fevereiro de 2011, o Governo Federal instituiu um grupo de trabalho coordenado pela Casa Civil da Presidência da República com o objetivo de elaborar um plano de prevenção e enfrentamento dos Desastres Naturais. Participaram deste grupo de trabalho diversos órgãos federais com atividades relacionadas ao tema, entre eles o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, a quem coube a responsabilidade de implantar um sistema de alertas antecipados da probabilidade de ocorrência de desastres naturais, considerando, em princípio, os dois tipos de desastres naturais que mais causam

vítimas fatais no país, os deslizamentos de encostas e as enxurradas. A proposta do MCTI para esta tarefa foi a implantação de um Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN, com o objetivo de reunir o maior número de informações hidrometeorológicas e geotécnicas disponíveis e desenvolver um sistema de alertas, utilizando, para isto, os conhecimentos científicos e as tecnologias mais modernas disponíveis no Brasil e no exterior. Em 2011, os principais resultados alcançados foram:

- Implantação da **Sala de Situação** do CEMADEN, a partir da reforma de parte do prédio da Divisão de Geração de Imagens do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, em Cachoeira Paulista – SP. A implantação da Sala de Situação envolveu a reforma física do prédio, com a instalação de equipamentos de segurança e controle de acesso, cabeamento lógico e de energia elétrica, instalação de geradores e no-breaks, garantindo fornecimento ininterrupto de energia e climatização, e a instalação de infraestrutura de trabalho, com a aquisição de Vídeo-Wall, consoles ergonômicos para os operadores, mesas, cadeiras, microcomputadores e sistemas de processamento e armazenamento de dados.

- Aprovação de **Projeto** de Apoio à Implantação do Sistema Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, com recursos do **Fundo Clima**, da ordem de R\$ 10 milhões, para compra de equipamentos de informática, pluviômetros semi-automáticos e automáticos, estações hidrológicas, equipamentos geotécnicos, e outros.

- Aquisição de duas caminhonetes cabine dupla para transporte de técnicos do CEMADEN e equipamentos de monitoramento hidrometeorológico e geotécnico até os pontos de instalação dos sensores em áreas de risco de ocorrência de desastres naturais.

Principais Problemas:

A Ação 12QB foi criada, em 2011, com a finalidade de prover a infraestrutura necessária para o funcionamento e manutenção do CEMADEN, com destaque para a reforma de prédios para a implantação da Sala de Situação do Centro, aquisição de mobiliário específico e geral, para uso pelos analistas operacionais e pesquisadores, respectivamente, equipamentos de informática e equipamentos de observação hidrometeorológica e geotécnica. Foram solicitados créditos extraordinários no valor de R\$ 5.600.000,00, que foram autorizados por meio da Lei Nº 12.524, de 11 de novembro de 2011, Publicado no DOU–Seção 1, de 14 de novembro de 2011. Do total de recursos disponibilizados foram utilizados R\$ 4.738.571,00, o que representa cerca de 85% do total. Este nível de execução está relacionado ao fato de os recursos terem sido disponibilizados apenas em meados de novembro de 2011. Ressalta-se que foi solicitada a reabertura dos créditos não utilizados, para serem usados em 2012.

Em dezembro de 2011, em virtude da necessidade de reforçar as ações emergenciais de prevenção aos desastres naturais, a Presidência da República, juntamente com o MPOG, editou Medida Provisória abrindo crédito extraordinário em favor do MCTI e do MIN. A Medida Provisória Nº 553, de 21 de dezembro de 2011, e publicado na Seção 1 do DOU de 22 de dezembro de 2011, autorizou o crédito de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) adicionais à Ação 12QB. Dada a proximidade da finalização do exercício do ano de 2011, os recursos não puderam ser empenhados e foram automaticamente reabertos pelo Decreto S/N, de 04 de janeiro de 2012, e publicado na Seção 1 do DOU de 05 de janeiro de 2012, ficando disponível para utilização durante o exercício de 2012.

Contratações e Parcerias:

Contratação de empresas de fornecimento de equipamentos de informática para a Sala de Situação do CEMADEN (*storage*: R\$ 1.400.000,00, Cabeamento Estruturado: R\$ 98.652,00, *Switchs* de Rede: R\$ 39.919,00), totalizando R\$ 1.538.571,00;

Transferências:

Os recursos disponibilizados para a Ação 12QB foram também utilizados em ações que apóiam a estruturação do CEMADEN e das redes de observação e pesquisa sobre desastres naturais:

- Descentralização de R\$ 2.000.000,00 para o INPE, para apoiar o suporte de comunicação entre o CEMADEN e o CENAD/Ministério da Integração Nacional e assegurar o adequado suporte de computação para as atividades do CEMADEN;
- Descentralização de R\$ 1.000.000,00 para o INCT Mar - Centro de Oceanografia Integrada, vinculada à Universidade Federal do Rio Grande - FURG, para estudos oceanográficos que poderão contribuir para o Sistema Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais;
- Descentralização de R\$ 200.000,00 para o CNPq para apoio aos Centros Estaduais de Meteorologia e Recursos Hídricos, através do fornecimento de bolsas DTI's. Os Centros Estaduais de Meteorologia mantêm um número significativo de estações meteorológicas que podem contribuir para o monitoramento dos desastres naturais.

Metas Físicas:

A Meta Física para esta ação está relacionada à percentagem de execução física da implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, com valor esperado de 5%, para 2011. A implantação da Sala de Situação do CEMADEN possibilitou a entrada em operação do monitoramento e previsão dos desastres naturais de forma contínua. Considerando que para 2011, previa-se a implantação da Sala de Situação do CEMADEN, com implantação de toda a infraestrutura física e de comunicação e informática, e a infraestrutura básica de trabalho para as equipes de pesquisa do CEMADEN, e que estes *marcos* foram atingidos, e que esta fase representa pequena parte da implantação de infraestrutura definitiva de funcionamento do Centro, e dos sistemas de monitoramento, pode-se considerar que o percentual de 5% de execução física foi atingido em 2011. A maior parte da implantação do CEMADEN e dos sistemas de monitoramento está prevista para o período de 2012 a 2015, cerca de 90% do total.

Tabela 21: Quadro A.2.4.B.1.6 – Programa de Trabalho: 19.571.1421.20GB.0001 - Monitoramento e alerta de Desastres Naturais

Tipo da Ação (1)	Atividade
Finalidade (2)	Reforçar as ações de apoio do governo que visam mitigar o impacto dos desastres naturais, mediante o fornecimento de informações confiáveis sobre risco iminente de desastres naturais para os órgãos de proteção civil e estruturar sistema de informações para desenvolvimento da capacidade regional de monitoramento, previsão e alertas de desastres naturais, incluindo apoiar as redes estaduais de meteorologia, climatologia e hidrologia.
Descrição (3)	Realização de pesquisas voltadas ao melhor entendimento dos mecanismos associados à ocorrência dos desastres naturais, bem como para o aperfeiçoamento das ferramentas utilizadas para o monitoramento e a previsão dos desastres e dos possíveis impactos econômicos e sociais; manutenção do serviço operacional de monitoramento; e emissão de alertas de risco iminente de ocorrência de desastres naturais com a finalidade de subsidiar a tomada de decisão por parte dos órgãos de proteção civil. Estabelecimento de parcerias e convênios com instituições estaduais e distrital que atuam diretamente com o monitoramento de informações relacionadas aos desastres naturais, a exemplo das redes estaduais de meteorologia, climatologia e hidrologia, para aquisição e manutenção de equipamentos de coleta de dados, análise de dados, capacitação em modelagem numérica de desastres naturais, educação ambiental e aumento da sinergia entre as atividades de monitoramento de desastres naturais realizadas nos estados com o esforço realizado pelo Governo Federal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (4)	240136 - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED
Coordenador nacional da ação (5)	Antônio Marcos Mendonça - 61 3317 7840
Unidades executoras (6)	Administração Direta – 24101

Detalhamento Financeiro e Físico: Ação 20GB

META	Fonte	LOA+Créditos (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	% (B/A)
Financeira	100	5.330.000	4.500.000	2.000.000	0	84,40
Física		0	56			

Fonte: SIG/MCT

Principais resultados:

Desastres naturais provocam grandes perdas humanas e materiais em todo o mundo e seu risco crescente é uma questão de preocupação global. Por sua grande extensão territorial e população, o Brasil é um país vulnerável a grande variedade de desastres naturais (e.g.: deslizamentos de massa em encostas, tempestades violentas, temporais e ventanias, inundações, enchentes, enxurradas, alagamentos, descargas elétricas, secas, queimadas, chuvas de granizo, ressacas, episódios agudos de poluição do ar e da água, etc.) e seus impactos afetam milhares a milhões de pessoas a cada ano. Particularmente, o Desastre Natural da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, em Janeiro de 2011, com mais de 900 mortos e centenas de desaparecidos, despertou o país para a necessidade de medidas urgentes quanto a prevenção aos desastres naturais. Em fevereiro de 2011, o Governo Federal instituiu um grupo de trabalho coordenado pela Casa Civil da Presidência da República com o objetivo de elaborar um plano de prevenção e enfrentamento dos Desastres Naturais. Participaram deste grupo de trabalho diversos órgãos federais com atividades relacionadas ao tema, entre eles o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, a quem coube a responsabilidade de implantar um sistema de alertas antecipados da probabilidade de ocorrência de desastres naturais, considerando, em princípio, os dois tipos de desastres naturais que mais causam vítimas fatais no país, os deslizamentos de encostas e as enxurradas. A proposta do MCTI para esta tarefa foi a implantação de um Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN, com o objetivo de reunir

o maior número de informações hidrometeorológicas e geotécnicas disponíveis e desenvolver um sistema de alertas, utilizando, para isto, os conhecimentos científicos e as tecnologias mais modernas disponíveis no Brasil e no exterior. Em 2011, os principais resultados alcançados foram:

- Criação do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - **CEMADEN**, vinculado à Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – SEPED, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, por meio do **Decreto nº 7.513**, de 1º de julho de 2011;
- Planejamento das atividades de médio e longo prazos que foram consolidadas por meio da inserção do Objetivo Finalização dos trabalhos do Programa Temático 2040 - Monitoramento e Gerenciamento de Riscos de Desastres do **PPA2012-2015**.
- Realização de Processo Seletivo Simplificado para contratação de 75 servidores temporários para o CEMADEN, com formações nas áreas de Geologia, Hidrologia, Meteorologia, Desastres Naturais, Geografia, Biologia e Tecnologia da Informação, em níveis de graduação, mestrado e doutorado. Este processo teve início com a autorização da contratação pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, por meio da Portaria Interministerial MPOG/MCTI Nº 351, de 14 de setembro de 2011 e o lançamento do Edital CEMADEN/SEPED/MCTI Nº 01, de 15 de setembro de 2011. O Processo Seletivo foi finalizado no início de dezembro de 2011 e os candidatos aprovados contratados logo em seguida.
- Desenvolvimento e implantação da **plataforma de integração e processamento de dados** para elaboração de alertas: **Plataforma SALVAR**.
- Incorporação dos **mapeamentos das áreas de risco** dos 56 municípios prioritários no **banco de dados georreferenciados** do CEMADEN.
- Início do monitoramento ininterrupto, 24 horas por dia e 7 dias por semana, dos municípios considerados prioritários, em dezembro de 2011, resultando em um número significativo de alertas emitidos para o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres – CENAD, do Ministério da Integração Nacional, colaborando para as ações de prevenção aos desastres naturais.
- Apoio a exposição multissensorial biomas do Brasil para a Rio + 20.
- Apoio a implantação de um sistema de monitoramento e avaliação das conexões entre o sistema acoplado atmosfera/criosfera antártico com os processos atmosféricos no Brasil, dando atenção especial à ocorrência de eventos naturais extremos.
- Aprovação de 6 planos de trabalho junto a UNESCO para a contratação de consultores para apoiar o planejamento e a proposição de ações para aprimorar o sistema de monitoramento e alertas de desastres naturais, sendo dois da área de hidrometeorologia e 4 da área de geotecnia.

Principais Problemas:

A Ação 20GB foi criada, em 2011, com a finalidade de oferecer condições para o funcionamento e manutenção do CEMADEN, com destaque para o pagamento de servidores e outras despesas decorrentes da manutenção contínua do Centro. Foram solicitados créditos extraordinários no valor de R\$ 5.330.000,00, que foram autorizados por meio da Lei Nº 12.524, de 11 de novembro de 2011, Publicado no DOU–Seção 1, de 14 de novembro de 2011. Do total de recursos disponibilizados foram utilizados R\$ 4.500.000,00, o que representa cerca de 85% do total. Este nível de execução está relacionado ao fato de os recursos terem sido disponibilizados apenas em meados de novembro de 2011. Ressalta-se que foi solicitada a reabertura dos créditos não utilizados, para serem usados em 2012.

Contratações e Parcerias:

- Parceria com a União Europeia para o treinamento de dois servidores temporários em um Centro de Pesquisas do *Joint Research Centre*, na Cidade de ISPRA – Itália.
- Parceria com o Planetary Skin Institute – PSI para o desenvolvimento de sistemas de monitoramento e previsão de desastres naturais.
- Parceria com a Corporação Andina de Fomento – CAF para financiamento de projetos de apoio ao desenvolvimento de modelos numéricos de desastres naturais.
- Acordo de Cooperação Técnica com o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres para a troca de informações sobre alertas de desastres naturais.
- Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Nacional de Meteorologia para troca de dados hidrometeorológicos e de modelos numéricos.

Transferências:

Os recursos da Ação 20GB foram também utilizados para manter as atividades do CEMADEN e apoiar ações relacionadas a temas ambientais que complementam e ampliam as áreas de conhecimento do Centro:

- Empenhado R\$ 1.000.000,00 em nome da CGRH/MCTI para pagamento dos 75 servidores temporários contratados por meio do Processo Seletivo Simplificado Nº 01 CEMADEN/SEPED/MCTI;
- Descentralizados R\$ 2.500.000,00 para a Universidade de Brasília - UNB com a finalidade de apoiar exposição multisensorial biomas do Brasil para a Rio +20;
- Descentralizado R\$ 1.000.000,00 para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para apoiar a implantação de um sistema de monitoramento e avaliação das conexões entre o sistema acoplado atmosfera/criosfera antártico com os processos atmosféricos no Brasil, dando atenção especial à ocorrência de eventos naturais extremos.

Metas Físicas:

A Meta Física para esta ação, para o ano de 2011, está relacionada ao monitoramento de 125 áreas de risco no Brasil. Considerando que o CEMADEN atingiu em 2011 o monitoramento de pelo menos 56 municípios críticos a deslizamentos e enxurradas, e que cada município contém pelo menos 5 áreas de risco a serem monitoradas, o CEMADEN atingiu aproximadamente 280 áreas de risco monitoradas, ou seja, mais de 200 % da meta proposta. Em função de ajustes e acordos com o MPOG e outros Ministérios que participam do Programa de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, a meta física para os anos de 2012 a 2015 passará para número de municípios monitorados.

2.3.1.3 - Execução do Programa Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), sob a responsabilidade da SEPED

Tabela 22: Quadro A.2.4.C.1- Demonstrativo da Execução por Programa de Governo: 1388(*)

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1388		Denominação: Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral:						
Objetivos Específicos:						
Gerente: Luiz Antonio Rodrigues Elias				Responsável: Antonio Ibanez Ruiz		
Público Alvo:						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
4.840.000,00	4.840.000,00	4.468.663,39	2.233.060,39	2.236.603,00	2.041.060,39	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Análise do Resultado Alcançado						

(*) O Programa 1388 será mais detalhado no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do MCTI, por se tratar de um Programa sob a responsabilidade daquela unidade. A SEPED coordena apenas 4 (quatro) ações deste Programa (ações: **2092, 4942, 8480 e 8482**), conforme detalhamento orçamentário e financeiro.

Ações do Programa 1388, sob a responsabilidade das Coordenações da SEPED/MCTI

AÇÃO	TÍTULO	UJ RESPONSÁVEL	COORDENADOR
2092	Desenvolvimento de Produtos e Processos no Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA	SEPED	Luiz Henrique Mourão do Canto Pereira
4942	Apoio a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Biotecnologia	SEPED	Luiz Henrique Mourão do Canto Pereira
8480	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Fármacos e Medicamentos	SEPED	Luiz Henrique Mourão do Canto Pereira
8482	Apoio a Pesquisa de Resíduos e Contaminantes	SEPED	Luiz Henrique Mourão do Canto Pereira

2.3.1.3.1 - Execução Orçamentária e Financeiras das Ações do Programa 1388, sob a coordenação da SEPED

Tabela 23: Quadro A.2.4.C.1 - Demonstrativo das Ações do Programa de Governo: 1388 sob a coordenação da SEPED

Ação	Título	Informações orçamentárias e financeiras do Programa					
		DOTAÇÃO		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
		Inicial	Final				
2092	Desenvolvimento de Produtos e Processos no Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA	500.00,00	500.00,00	500.00,00	500.00,00	0	500.00,00
4942	Apoio a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Biotecnologia	3.607.534,00	3.247.534,00	2.977.663,39	1.041.060,39	0	1.041.060,39
8480	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Fármacos e Medicamentos	792.466,00	792.466,00	692.000,00	692.000,00		500.000,00
8482	Apoio a Pesquisa de Resíduos e Contaminantes	300.000,00	300.000,00	300.000,00		300.000,00	
TOTAL DAS AÇÕES DA SEPED		4.700.500,00	4.340.500,00	3.970.163,39	1.733.560,39	300.000	1.541.560,39

Fonte: CGOF/MCTI – Base SIAFI

2.3.1.3.1.1 - Demonstrativo da Execução das Ações do Programa de Governo: 1388, no âmbito da SEPED

Tabela 24: Quadro A.2.4.C.1.1 - Programa de Trabalho: 19.572.1388.2092.0010 - Desenvolvimento de Produtos e Processos no Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA

Tipo da Ação (1)	Atividade
Finalidade (2)	Incentivar a exploração econômica da biodiversidade da Amazônia brasileira de modo sustentável, observando as diretrizes da Convenção sobre Diversidade Biológica; desenvolver bioprodutos (fitofármacos, cosméticos, extratos vegetais, entre outros) e bioindústrias na região amazônica, por meio da pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos e processos derivados da biodiversidade amazônica; estimular a implantação de pólos de bioindústrias na região amazônica, a capacitação tecnológica das empresas regionais de biotecnologia e de bioprodutos e ampliando sua competitividade nos mercados nacional e internacional; manter a estrutura técnica, administrativa e desenvolvimento de projetos no sentido de promover a inovação tecnológica a partir de processos e produtos da biodiversidade.
Descrição (3)	Gestão do Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA por meio de contrato de gestão tripartite entre os Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e da Ciência e Tecnologia para permitir o gerenciamento de redes nacionais de laboratórios de pesquisa de forma a articular diferentes etapas necessárias ao desenvolvimento de bioprodutos, bem como assegurar a prestação de serviços altamente especializados a empresas e institutos de pesquisa da região, em particular, propriedade intelectual, análises toxicológicas, determinação de padrão de qualidade de bioprodutos (fitofármacos, extratos vegetais, cosméticos, entre outros).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (4)	240136 - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento - SEPED
Coordenador nacional da ação (5)	Luiz Henrique Mourão do Canto Pereira – 61 3317 8008
Unidades executoras (6)	Administração Direta - 24101

Detalhamento Financeiro e Físico: Ação 2092

META	LOA+Créditos (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	% (B/A)
Financeira	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	100,00
Física	1	1			100,00

Fonte: SIG/MCTI

Principais resultados:

A ação foi executada em sua totalidade, de modo a dar continuidade às atividades do Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA. Foram descentralizados recursos para bolsas de pesquisa, que utilizam a biodiversidade da Amazônia com a finalidade de gerar produtos.

Os principais resultados alcançados foram:

- Descentralização de 100% dos recursos disponibilizados, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)
- Lançamento do Edital 004/2011 FAPEAM/SECT/SUFRAMA para contratação de bolsistas, para atuação na continuidade da II Fase do Programa para o Desenvolvimento de Produtos e Processos no Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA.

Principais Problemas:

Por não possuir personalidade jurídica, a descentralização dos recursos para o CBA é feita à Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA que, por sua vez, possui convênio com a

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM que implementa as bolsas para atuação no Centro. Isso gera algumas dificuldades relativas ao acompanhamento da ação, especialmente no que diz respeito ao envio do relatório de atividades.

Contratações e Parcerias:

Em 2011, não houve contratações e parcerias no âmbito desta ação.

Transferências:

Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário (TDC), no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para a SUFRAMA.

Metas Físicas:

A meta física foi atingida por meio do lançamento de um Edital para a continuidade do Programa para o Desenvolvimento de Produtos e Processos no Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA.

Tabela 25: Quadro A.2.4.C.1.2 – Programa de Trabalho: 19.572.1388.4942.0001 - Apoio a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Biotecnologia

Tipo da Ação (1)	Atividade
Finalidade (2)	Incentivar o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos de aplicação da Biotecnologia, saúde humana e animal, meio ambiental e industrial, em sintonia com a Política de desenvolvimento da Biotecnologia.
Descrição (3)	Serão apoiados projetos que contribuam para a ampliação da base de inovação, para tornar a biotecnologia mais competitiva e/ou gerar produtos, processos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da sociedade brasileira. O conhecimento obtido com os estudos genômicos, proteômicos, transcriptômicos, metabolômicos e interatômicos possibilitará o mapeamento dos caminhos metabólicos celulares e a identificação de novos alvos farmacológicos, novas moléculas bioativas e novos marcadores biológicos para uso em diagnóstico clínico, certificação de qualidade e rastreabilidade de produtos. Os conhecimentos gerados por meio deste investimento possuem grande campo de aplicações, tais como: identificação de alvos terapêuticos moleculares para o desenvolvimento de fármacos, vacinas e métodos diagnósticos em biomedicina; entendimento sobre os mecanismos de associação entre diferentes organismos, como a relação parasita-hospedeiro, permitindo a compreensão de doenças acometidas pelo homem, ou por animais e vegetais de interesse da agropecuária; associações benéficas como microrganismos-plantas de interesse para a agricultura; busca de produtos naturais bioativos com potencialidade em aplicações medicinais ou biotecnológicas, como secreções e venenos da biodiversidade brasileira; e melhoramento genético de plantas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (4)	240136 - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento - SEPED
Coordenador nacional da ação (5)	Luiz Henrique Mourão do Canto Pereira – 61 3317 8008
Unidades executoras (6)	Administração Direta - 24101

Detalhamento Financeiro e Físico: Ação 4942

META	LOA+Créditos (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	% (B/A)
Financeira	3.247.534,00	2.977.663,39	1.041.060,39	1.041.060,39	91,69
Física	3	3			100,00

Fonte: SIG/MCTI

Principais resultados:

Os recursos desta ação foram empregados em atividades, eventos científicos e projetos de pesquisa, destinados a promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação em biotecnologia. A ação foi executada em sua totalidade, de modo a dar continuidade a atividades apoiadas em exercícios anteriores e também promover novas iniciativas. Os principais resultados alcançados foram:

- (i) Descentralização de 100% dos recursos disponibilizados para a ação orçamentária. Em função do contingenciamento de recursos, houve redução no limite de empenho da LOA+créditos de R\$ 3.247.534,00 para o valor de R\$ 3.076.603,00. Esses recursos foram descentralizados para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (R\$ 1.776.603,00) e para a Universidade Federal de Goiás - UFG (R\$ 1.300.000,00).
- (ii) Por meio da descentralização para o CNPq foi possível o apoio a:
 - a. Dois eventos:
 - i. V Seminário Sobre Rotas Tecnológicas da Biotecnologia, em Ribeirão Preto - SP, de 11 a 13/04/2011.
 - ii. VII Congresso Brasileiro de Biossegurança / I Conferência Internacional para a América Latina e Caribe de Biossegurança e Biossegurança – I BBIC / I

- b. Três projetos:
 - i. “Laboratório de Modificação do Genoma do Laboratório Nacional de Biociências– LMG / LNBio”;
 - ii. “Produção de substâncias esteróides por rota biotecnológica, limpa e inovadora”;
 - iii. “BiotecSur II: Aproximação genômica integrada no Mercosul para a prospecção de genes úteis ao melhoramento de soja frente a estresse biótico e abiótico”.
- (iii) Por meio da descentralização para a UFG foi possível o apoio ao projeto “P&D para conservação e uso dos recursos naturais, com ênfase na biotecnologia e biodiversidade do Cerrado, Pantanal e Amazônia”. No âmbito da Rede Pró-Centro Oeste, os recursos da ação 4942 promoveram a formação de recursos humanos, por meio de bolsas de pesquisa, e a realização do Seminário de Integração e Apresentação de Resultados da Rede Pró-Centro Oeste. No âmbito da Rede Bionorte, foi possível financiar a mobilidade de professores e alunos, a manutenção da */homepage/* e aquisição de material de consumo necessário à pesquisa e ensino.

Principais Problemas:

- (i) Não foram empenhados R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) referentes ao Projeto “BiotecSur II: Aproximação genômica integrada no Mercosul para a prospecção de genes úteis ao melhoramento de soja frente a estresse biótico e abiótico”, devido a destinação deste valor pelo Coordenador do projeto para a rubrica capital, quando a Ação Orçamentária 4942 comporta apenas a rubrica custeio.
- (ii) A coordenadora do evento “V Seminário Sobre Rotas Tecnológicas da Biotecnologia” devolveu o valor de R\$ 38.939,61 (trinta e oito mil novecentos e trinta e nove reais e dezesseis centavos) ao CNPq, sendo R\$ 18.940,00 (dezoito mil novecentos e quarenta reais) desta ação orçamentária, por meio da Guia de Recolhimento da União de número 100588 - GRU para o processo 455075/2010-7 AUXÍLIO mês de ref. 09/2011. Esta devolução se deveu ao fato das receitas terem superado as despesas do evento.

Contratações e Parcerias:

Em 2011, não houve contratações e parcerias no âmbito desta ação.

Transferências:

Foram transferidos 100% dos recursos disponibilizados, no valor de R\$ 3.076.603,00, conforme relação abaixo:

- (i) CNPq: para realização do evento “V Seminário Sobre Rotas Tecnológicas da Biotecnologia” – R\$ 30.000,00;
- (ii) CNPq: para realização do evento “VII Congresso Brasileiro de Biossegurança – R\$ 30.000,00”;
- (iii) CNPq: para realização do projeto “BiotecSur II: Aproximação genômica integrada no Mercosul para a prospecção de genes úteis ao melhoramento de soja frente a estresse biótico e abiótico”. – R\$ 300.000,00;
- (iv) CNPq: para realização do projeto “Produção de substâncias esteróides por rota biotecnológica, limpa e inovadora” – R\$ 416.603,00;
- (v) CNPq: para realização do projeto “Laboratório de Modificação do Genoma – LMG / LNBio” – R\$ 1.000.000,00;

- (vi) UFG: para a realização do projeto “P&D para conservação e uso dos recursos naturais, com ênfase na biotecnologia e biodiversidade do Cerrado, Pantanal e Amazônia” – R\$ 1.300.000,00.

Metas Físicas:

As metas físicas foram superadas tendo em vista o apoio a dois eventos científicos e a quatro projetos de pesquisa conforme relação abaixo:

- (i) Realização do V Seminário Sobre Rotas Tecnológicas da Biotecnologia;
- (ii) Realização do VII Congresso Brasileiro de Biossegurança / I Conferência Internacional para a América Latina e Caribe de Biossegurança e Biossegurança – I BBIC / I Exposição Internacional de Dispositivos e Equipamentos de Biossegurança;
- (iii) Projeto Laboratório de Modificação do Genoma do Laboratório Nacional de Biociências – LMG / LNBio;
- (iv) BiotecSur II: Aproximação genômica integrada no Mercosul para a prospecção de genes úteis ao melhoramento de soja frente a estresse biótico e abiótico;
- (v) Produção de substâncias esteróides por rota biotecnológica, limpa e inovadora;
- (vi) P&D para conservação e uso dos recursos naturais, com ênfase na biotecnologia e biodiversidade do Cerrado, Pantanal e Amazônia.

Tabela 26: Quadro A.2.4.C.1.3 – Programa de Trabalho: 19.571.1388.8480.0001 - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Fármacos e Medicamentos

Tipo da Ação (1)	Atividade
Finalidade (2)	Incentivar atividades de pesquisa e desenvolvimento, a partir da biodiversidade brasileira, incluindo organismos marinhos - vegetais ou animais - com vistas à transferência de tecnologia, objetivando a inovação nas empresas de biotecnologia que atuam em saúde, para posicionar competitivamente a bioindústria brasileira na comunidade biotecnológica internacional, de forma a diminuir riscos tecnológicos da inovação.
Descrição (3)	Apoiar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação cooperativos, envolvendo empresas nacionais de base biotecnológica e instituições públicas de excelência científica para promover transferência de tecnologia e absorver recursos humanos especializados pelas bioindústrias; promoção de atividades de cooperação internacional como instrumento de desenvolvimento conjunto e transferência de tecnologias para empresas por meio de programas internacionais já consolidados no âmbito do MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (4)	240136 - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento - SEPED
Coordenador nacional da ação (5)	Luiz Henrique Mourão do Canto Pereira – 61 3317 8008
Unidades executoras (6)	Administração Direta - 24101

Detalhamento Financeiro e Físico: Ação 8480

META	LOA+Créditos (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	% (B/A)
Financeira	792.466,00	692.000,00	692.000,00	692.000,00	100,00
Física	2	2			87,00

Fonte: SIG/MCT, acessado em 14/02/2012

Principais resultados:

A ação foi executada em sua totalidade visando o desenvolvimento de fármacos e medicamentos. Por meio dos recursos desta ação, apesar do pequeno volume de recursos disponibilizados pela LOA 2011, foi possível dar continuidade a um projeto tem por objetivo o desenvolvimento de um produto vacinal contra o papilomavírus bovino. Também foi possível o apoio a um projeto que visa estruturar uma rede para o desenvolvimento de métodos alternativos ao uso de animais de experimentação; o que implicará, em última análise, na aceleração do processo de desenvolvimento de novos fármacos e medicamentos.

Os principais resultados alcançados foram:

- (i) Descentralização de 100% dos recursos disponibilizados para a ação orçamentária. Em função do contingenciamento de recursos, houve redução no limite de empenho da LOA+créditos de R\$ 792.466,00 para o valor de R\$ 692.000,00. Esses recursos foram descentralizados para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.
 - a. Por meio da descentralização para o CNPq foi possível o apoio a dois projetos:
 - i. Projeto “Papilomavirus Bovino: desenvolvimento de produto vacinal de múltiplo espectro”
 - ii. Projeto “Estruturação da Rede Nacional de Métodos Alternativos”;

Principais Problemas:

Em 2011, esta ação não apresentou problemas.

Contratações e Parcerias:

Em 2011, não houve contratações e parcerias no âmbito desta ação.

Transferências:

Foram transferidos 100% dos recursos disponibilizados, no valor de R\$ 692.000,00 conforme segue abaixo:

- (i) CNPq: para realização do Projeto “Papilomavirus Bovino: desenvolvimento de produto vacinal de múltiplo espectro” - R\$ 192.000,00;
- (ii) CNPq: para realização do projeto “Estruturação da Rede Nacional de Métodos Alternativos – R\$ 500.000,00”.

Metas Físicas:

A meta física foi atingida por meio do apoio a dois projetos: “Papilomavirus Bovino: desenvolvimento de produto vacinal de múltiplo espectro” e “Estruturação da Rede Nacional de Métodos Alternativos”.

Tabela 27: Quadro A.2.4.C.1.4 – Programa de Trabalho: 19.572.1388.8482.0001 - Apoio a Pesquisa de Resíduos e Contaminantes

Tipo da Ação (1)	Atividade
Finalidade (2)	Apoiar pesquisa de novas metodologias de detecção de resíduos e contaminantes para o monitoramento de produtos brasileiros de origem animal e vegetal destinados à exportação e ao mercado interno, dentro de padrões internacionais.
Descrição (3)	Modernização da infra-estrutura de institutos tecnológicos necessária para pesquisa de novas metodologias de detecção de resíduos e contaminantes; ampliação da formação de recursos humanos de institutos tecnológicos em biotecnologia, química, bioquímica, entre outras; acreditação de institutos tecnológicos junto ao INMETRO; criação de uma rede de institutos tecnológicos para desenvolvimento de novas metodologias de detecção de resíduos e contaminantes.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (4)	240136 - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento - SEPED
Coordenador nacional da ação (5)	Luiz Henrique Mourão do Canto Pereira – 61 3317 8008
Unidades executoras (6)	Administração Direta - 24101

Detalhamento Financeiro e Físico: Ação 8482

META	LOA+Créditos (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	% (B/A)
Financeira	300.000	300.000	0	0	100,00
Física	1	1			100,00

Fonte: SIG/MCT, acessado em 14/02/2012

Principais resultados:

Os recursos desta ação foram utilizados para a suplementação financeira à REDE DE RESÍDUOS E CONTAMINANTES, visando (i) ampliação do escopo de análises dos laboratórios; (ii) desenvolvimento e implantação de métodos multiresíduos; e, (i) validação de análises por meio da acreditação dos estudos perante ao INMETRO - órgão competente pela certificação da qualidade das análises a nível nacional e reconhecido por órgãos certificadores internacionais. Esta Rede foi instituída pela Portaria Interministerial N° 902 de 22/09/2008, e é constituída por 13 Laboratórios que realizam análises de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal e vegetal destinados ao consumo direto e indireto.

O principal resultado alcançado foi a descentralização de 100% dos recursos disponibilizados para a ação orçamentária no valor de R\$ 300.000,00. Esses recursos foram descentralizados para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Principais Problemas:

Em 2001, esta ação não apresentou problemas.

Contratações e Parcerias:

Em 2011, não houve contratações e parceiras no âmbito desta ação.

Transferências:

Foram transferidos 100% dos recursos disponibilizados, no valor de R\$ 300.000,00 para o CNPq para realização do Projeto “Suplementação de recursos para compra de equipamentos, insumos e formatação da Rede de Laboratórios de Resíduos e Contaminantes em produtos de origem animal e vegetal destinados ao consumo direto e indireto”.

Metas Físicas:

A meta física foi atingida por meio do apoio ao projeto de pesquisa “Suplementação de recursos para compra de equipamentos, insumos e formatação da Rede de Laboratórios de Resíduos e Contaminantes em produtos de origem animal e vegetal destinados ao consumo direto e indireto” no âmbito da REDE DE RESÍDUOS E CONTAMINANTES.

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela SEPED

Tabela 28: Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela SEPED

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
19	122	1122	2272	A	4	Ñ requer	--	--	--
19	573		10GO	P	4	%	20	5	5
19	571		4951	A	4	UN	4	4	3
19	572		6255	A	4	UN	6	6	6
19	571		6717	A	4	UN	1	2	1
19	571		6739	A	4	UN	1	2	1
19	571		8460	A	4	UN	1	1	1
19	571		8963	A	4	UN	44	44	44
19	571		8964	A	4	UN	3	3	3
19	571		8978	A	4	UN	3	4	2
19	122	1421	2272	A	4	Ñ requer	--	--	--
19	571		200B	A	4	UN	27	16	27
19	571		12QB	A	4	UN	5	5	10
19	571		20GB	A	4	UN	0	56	50
19	571		6126	A	4	UN	1	1	25%
19	571		6909	A	4	UN	80	65	80
19	572	1388	2092	A	4	UN	1	1	1
19	572		4942	A	4	UN	3	3	3
19	571		8480	A	4	UN	2	2	2
19	572		8482	A	4	UN	1	1	1

Fonte: SIGMCTI

Análise crítica

Com exceção da Ação 10GO, que teve a sua dotação orçamentária contingenciada, reduzindo o valor proposto na PLOA de R\$ 6.000.000,00, para R\$ 1.500.000,00, ao analisarmos o quadro acima identificamos que as metas físicas definidas para as ações, foram na sua maioria atendidas e superadas em algumas delas.

As ações envolvidas no financiamento à pesquisa, com ênfase na ampliação e na otimização dos recursos investidos em C,T&I, tem gerado resultados tanto abrangentes quanto pontuais. Exemplo disso é a ampliação da capacidade nacional de produção científica e tecnológica. O Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação, constituiu um importante instrumento de orientação das ações de estado para essas atividades, na medida em que delineia programas e direciona o aporte de recursos numa abordagem sistêmica e estratégica, o que tem propiciado inclusive, a superação das metas previstas.

2.4. Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 – Programação Orçamentária da Despesa

Tabela 29Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	24.101	240.101

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

Tabela 30: Quadro A.2.4 – Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00								
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						19.204.460	19.247.222
	PLOA						19.204.460	19.247.222
	LOA						19.204.460	19.247.222
CRÉDITOS	Suplementares							509.200
	Especiais	Abertos					8.930.000	
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total							28.134.460	19.756.422

Fonte: CGOF/MCTI – Base: SIAFI

Tabela 31: Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
Exercícios		Exercícios		Exercícios				
2011	2010	2010	2011	2010	2011			
LOA	Dotação proposta pela UO		3.756.171	6.250.151				
	PLOA		3.756.171	6.250.151				
	LOA		3.756.171	6.250.151				
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos	2.000.000					
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos	6.000.000					
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			11.756.171	6.250.151				

Fonte: CGOF/MCTI – Base: SIAFI

2.4.3.1 Quadro resumo da Programação das Despesas

Tabela 32: Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	19.204.460	19.247.222	3.756.171	6.250.151		
	PLOA	19.204.460	19.247.222	3.756.171	6.250.151		
	LOA	19.204.460	19.247.222	3.756.171	6.250.151		
CRÉDITOS	Suplementares		509.200				
	Especiais	Abertos	8.930.000	2.000.000			
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos		6.000.000			
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total		28.134.460	19.756.422	11.756.171	6.250.151		

Fonte: CGOF/MCTI – Base: SIAFI

2.4.3.2 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Tabela 33: Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

		Valores em R\$ 1,00				
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	240.105	19.573.1122.10GO.0001			151.379,00
	Concedidos	240.105	19.573.1122.10GO.0001			250.000,00
	Concedidos	240.106	19.572.1122.6255.0010			235.940,00
	Concedidos	240.105	19.571.1122.8964.0001			98.621,00
Movimentação Externa	Concedidos	153.052	19.571.1122.6717.0001			109.724,00
	Concedidos	153.052	19.571.1122.6717.0001			100.000,00
	Concedidos	153.052	19.571.1122.6739.0001			105.674,00
	Concedidos	153.115	19.122.1122.2272.0001			2.000,00
	Concedidos	772.001	19.122.1122.2272.0001			48.224,00
	Concedidos	153.052	19.571.1122.8460.0001			100.000,00
	Concedidos	153.052	19.571.1122.8963.0001			100.000,00
	Concedidos	364.102	19.571.1122.8963.0001			540.156,00
	Concedidos	153.052	19.571.1122.8964.0001			637.395,43
	Concedidos	364.102	19.571.1122.8964.0001			689.025,57
	Concedidos	153.052	19.571.1122.8978.0001			226.596,00
	Concedidos	154.051	19.571.1122.8978.0001			2.943.792,00
	Concedidos	772.001	19.571.1122.8978.0001			400.000,00
	Concedidos	364.102	19.571.1421.200B.0001			340.000,00
	Concedidos	364.102	19.571.1421.200B.0001			80.000,00
	Concedidos	364.102	19.571.1421.200B.0001			40.000,00
	Concedidos	364.102	19.571.1421.200B.0001			40.000,00
	Concedidos	364.304	19.571.1421.200B.0001			509.200,00
	Concedidos	153.114	19.571.1421.20GB.0001			1.000.000,00
	Concedidos	154.040	19.571.1421.20GB.0001			2.500.000,00
	Concedidos	364.102	19.573.1421.6126.0001			235.000,00
	Concedidos	193.028	19.572.1388.2092.0010			500.000,00
	Concedidos	153.052	19.572.1388.4942.0001			1.300.000,00
	Concedidos	364.102	19.572.1388.4942.0001			30.000,00
	Concedidos	364.102	19.572.1388.4942.0001			30.000,00
	Concedidos	364.102	19.572.1388.4942.0001			1.000.000,00
	Concedidos	364.102	19.572.1388.4942.0001			300.000,00

	Concedidos	364.102	19.572.1388.4942.0001			416.603,00
	Concedidos	364.102	19.571.1388.8480.0010			92.000,00
	Concedidos	364.102	19.571.1388.8480.0010			250.000,00
	Concedidos	364.102	19.572.1388.8482.0001			200.000,00
	Recebidos(*)	447.002	18.541.1346.20G4.0001			6.618,04
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	240.105	19.571.1421.12QB.0001	2.000.000,00		
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos	153.052	19.573.1122.10GO.0001	262.155,00		
	Concedidos	153.052	19.571.1122.8963.0001	43.504,82		
	Concedidos	364.102	19.571.1122.8963.0001	200.710,00		
	Concedidos	153.052	19.571.1122.8964.0001	262.155,00		
	Concedidos	153.052	19.571.1122.8978.0001	321.901,00		
	Concedidos	154.051	19.571.1122.8978.0001	1.471.888,06		
	Concedidos	154.042	19.571.1421.12QB.0001	1.000.000,00		
	Concedidos	364.102	19.571.1421.12QB.0001	200.000,00		
	Concedidos	364.102	19.571.1388.8480.0001	100.000,00		
	Concedidos	364.102	19.571.1388.8480.0001	250.000,00		
	Concedidos	364.102	19.572.1388.8482.0001	100.000,00		
	Concedidos	153.052	19.571.1122.8460.0001	109.724,00		
	Recebidos(*)	240.106	19.571.1421.10H2.0001	1.385.658,38		
	Recebidos(**)	447.002	18.541.1346.20G4.0001	1.676.835,34		

Fonte: CGOF/MCTI – Base: SIAFI

Análise crítica

Como pode ser observado nos quadros acima a Unidade Jurisdicionada (SEPED), realizou movimentações de créditos concedidos e recebidos por intermédio de Termos de Descentralização de Crédito – TDC.

Os créditos concedidos foram descentralizados às Agências de Fomento, Universidades Federais, Unidades de Pesquisa, integrante da estrutura do MCTI, com o objetivo de ampliar a base de recursos humanos qualificados, bem como a infra estrutura de laboratórios e criação de novos centros de pesquisa.

Os créditos recebidos são originários do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial – INPE com a finalidade de apoiar a implantação do Sistema Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais e, dotar de infra estrutura necessária a Sala de Situação do CEMADEN com vistas a facilitar o processamento de informações digitais e visualização de áreas de risco de desastres naturais, através de telões especiais para elaboração dos alertas e a tomada de decisão, além da comunicação com os demais atores do Sistema Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, e Centros Regionais de Monitoramento, em especial o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres – CENAD do Ministério da Integração Nacional, em Brasília.

2.4.2 - Execução Orçamentária da Despesa

2.4.4.1 – Execução Orçamentária de Créditos originários da SEPED

1.1.1.1 – Despesas por Modalidade de Contratação

Tabela 34: Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos originários da SEPED

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	5.584.429,58	3.335.129,59	1.164.996,36	1.755.492,14
Convite	0	21.000,00	0	0
Tomada de Preços	157.373,00	0	157.373,00	0
Concorrência	66.183,24	1.876.236,43	66.183,24	472.412,65
Pregão	5.360.873,34	1.437.893,16	941.440,12	1.283.079,49
Concurso	0	0	0	0
Consulta	0	0	0	0
Registro de Preços	0	0	0	0
Contratações Diretas	9.963.104,61	4.618.939,31	366.341,61	2.289.803,37
Dispensa	9.954.104,61	3.421.650,34	366.341,61	1.104.019,97
Inexigibilidade	9.000,00	1.197.288,97	0	1.185.783,40
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	0	0	0	0
Pagamento de Pessoal	0			
Pagamento em Folha	0		0	0
Diárias	0		0	0
Outros (não se aplica)	11.125.098,03	16.845.597,70	5.547.760,88	6.606.730,52

Fonte: DIOF/CGOF/SPOA/MCTI – Base SIAFI

1.1.1.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Tabela 35: Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	1.000.000	252.962,62	0	252.962,62	0	252.962,62	0	252.962,62
1º elemento de despesa (33.90.04)	1.000.000	252.962,62	0	252.962,62	0	252.962,62	0	252.962,62
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes	20.815.486,10	10.103.232,76	7.521.373,63	6.279.795,35	13.294.119,40	8.203.053,41	5.232.498,13	5.479.396,69
1º elemento de despesa (33.90.20)	15.322.341,14	8.032.576,10	4.772.560,07	3.072.042,76	10.549.781,07	4.960.533,34	2.706.373,32	2.283.144,10
2º elemento de despesa (33.90.39)	3.274.927,10	4.384.272,66	1.929.124,10	2.021.953,14	1.398.535,33	2.362.319,52	1.737.124,10	2.010.453,14
3º elemento de despesa (33.90.18)	2.218.217,86	2.066.000,00	819.682,53	1.185.799,45	1.345.803,00	880.200,55	789.000,71	1.185.799,45
Demais elementos do grupo (33.90)	2.841.761,44	3.200.103,94	2.841.646,76	2.866.952,99	114,68	333.150,95	1.261.412,49	2.858.890,33

Fonte: DIOF/CGOF/SPOA/MCTI – Base SIAFI

Observações:

1 – Despesas de Pessoal

- 1º elemento de despesa: 2011 (04) 2010 (04)

3 – Outras Despesas Correntes

- 1º elemento de despesa: 2011 (20) 2010 (20)
- 2º elemento de despesa: 2011 (39) 2010 (39)
- 3º elemento de despesa: 2011 (18) 2010 (18)
- Demais elementos do grupo: 2011 (18) 2010 (18)

1.1.1.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Tabela 36: Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da SEPED

Grupos de Despesa	Valores em R\$ 1,00							
	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	3.973.242,50	6.098.717	773.622,18	2.542.257	3.265.159,32	3.556.460	608.083,18	2.130.079
1º elemento de despesa (44.90.52)	3.165.159,32	3.353.778	550.710,18	1.231.172	3.165.159,32	2.122.606	450.710,18	1.236.085
2º elemento de despesa (44.90.20)	650.710,18	1.380.000	157.373,00	1.236.085	100.000,00	1.380.000	157.373,00	818.994
3º elemento de despesa (44.90.51)	157.373,00	1.289.939	65.539,00	75.000	0	53.854	0	75.000
Demais elementos do grupo (44.90)	65.539,00	75.000	65.539,00	0	0	0	0	0
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: DIOF/CGOF/SPOA/MCTI – Base SIAFI

Observações:

4 – Investimentos

- 1º elemento de despesa: 2011 (52) 2010 (20)
- 2º elemento de despesa: 2011 (20) 2010 (51)
- 3º elemento de despesa: 2011 (51) 2010 (52)
- Demais elementos do grupo: 2011 (42) 2010 (42)

Análise crítica

No aspecto orçamentário as dotações das ações da SEPED, para o exercício, foram empenhadas na sua maioria em ambos os Grupos de Despesa. Quanto ao aspecto financeiro o limite oferecido para o exercício, ficou aquém da dotação, além do que, esse limite contemplava os Restos a Pagar de exercícios anteriores.

A maioria dos recursos orçamentários foi empenhada no âmbito de Unidades Jurisdicionadas Parceiras, e inscritos em Restos a Pagar, tendo em vista que o repasse financeiro, a essas Unidades, só ocorria quando da liquidação da despesa – Política adotada pelo MCTI, no exercício em comento.

Os efeitos da iniciativa de um limite financeiro, aquém da dotação, prejudicam o planejamento e a execução onde projetos tiveram a sua implementação adiada para o exercício seguinte, incorporando-se a bola de neve que é os Restos a Pagar.

2.4.4.3 – Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Tabela 37: Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação	2.853.340,29	0	116.112,54	0
Convite		0		0
Tomada de Preços		0		0
Concorrência		0		0
Pregão	2.853.340,29	0	116.112,54	0
Concurso		0		0
Consulta		0		0
Contratações Diretas		0		0
Dispensa		0		0
Inexigibilidade		0		0
Regime de Execução Especial		0		0
Suprimento de Fundos		0		0
Pagamento de Pessoal		0		0
Pagamento em Folha		0		0
Diárias		0		0
Outras	215.771,47	0	3.788,95	0

Fonte: DIOF/CGOF/SPOA/MCTI – Base SIAFI

2.4.4.5 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Tabela 38: Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes	6.618,04	0	6.618,04	0		0	6.618,04	0
1º elemento de despesa (33.90.14)	3.788,95	0	3.788,95	0		0	3.788,95	0
2º elemento de despesa (33.90.33)	2.829,09	0	2.829,09	0		0	2.829,09	0
3º elemento de despesa (33.90)	0	0		0		0		0
Demais elementos do grupo	0	0		0		0		0

Fonte: DIOF/CGOF/SPOA/MCTI – Base SIAFI

Observações:

3 – Outras Despesas Correntes

- 1º elemento de despesa: 2011 (14) 2010 ()
- 2º elemento de despesa: 2011 (33) 2010 ()
- 3º elemento de despesa: 2011 () 2010 ()
- Demais elementos do grupo: 2011 () 2010 ()

2.4.4.6 – Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Tabela 39: Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Grupos de Despesa	Valores em R\$ 1,00							
	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	3.062.493,72	0	109.494,50	0	2.952.999,22	0	109.494,50	0
1º elemento de despesa (44.90.52)	3.062.493,72	0	109.494,50	0	2.952.999,22	0	109.494,50	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: DIOF/CGOF/SPOA/MCTI – Base SIAFI

Observações:

4 – Investimentos

- 1º elemento de despesa: 2011 (52) 2010 ()
- 2º elemento de despesa: 2011 () 2010 ()
- 3º elemento de despesa: 2011 () 2010 ()
- Demais elementos do grupo: 2011 () 2010 ()

2.4.7 – Indicadores Institucionais

A Unidade Jurisdicionada não adotou, no exercício de **2011**, nenhum modelo de Indicador Institucional. Entretanto, ao analisarmos o comportamento da execução dos Programas por ela administrados observa-se resultados satisfatórios e compatíveis com a sua missão institucional voltados para a implantação de Políticas e Programas para a Pesquisa e Desenvolvimento em áreas estratégicas da Biodiversidade, Ecossistemas, Meteorologia, Climatologia e Hidrologia, Ciências do Mar, Antártica, Mudanças Climáticas e Biotecnologia e Saúde.

3. INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS (Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 108, DE 24/11/2010)

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Tabela 40: Quadro A.3.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
21211.11.00		FORNECEDORES POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS			
21212.11.00		PESSOAL A PG POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS			
21213.11.00		ENCARGOS POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS			
21215.22.00		OBRIG.TRIBUT. POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS			
21219.22.00		DEB. DIVERSOS POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2010	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2011
Razões e Justificativas:					
Com referência ao Quadro A, item 3.1, do Anexo II da DN TCU nº 108/2010, em consulta a área de Contabilidade deste Ministério, informamos que nos exercícios financeiros de 2010 e 2011, não houve movimento nas contas contábeis acima, no âmbito do MCTI .					
Fonte: COCF/CGOF/SPOA/MCTI					

3.2 – Análise Crítica

4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 108, DE 24/11/2010).

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Tabela 41: Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	3.034.139,97	0	2.322.443,97	711.696,00
2010	77.561,58	0	22.255,58	55.306,00
2009	0	0	0	0
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	16.559.393,40	-163,78	3.674.898,91	12.884.330,71
2010	1.612.414,12	-2.778,00	10.049,45	1.599.586,67
2009	0	0	0	0
Observações:				

Fonte: CGOF/SPOA/MCTI – Base SIAFI GERENCIAL

4.2 – Análise Crítica

As inscrições em restos a pagar têm crescido gradativamente, a cada exercício.

Os limites financeiros oferecidos nos exercícios, para pagamento das despesas referente à dotação do ano em curso, mais os restos a pagar dos exercícios anteriores, tem sido insuficiente para conclusão dos processos de pagamento, dentro do próprio ano fiscal. O não pagamento da despesa no mesmo exercício, associado com os restos a pagar de outros anos, vêm se tornando uma praxe impactando o limite financeiro do exercício seguinte.

Os saldos de Restos a Pagar, apresentados no quadro anterior, encontram-se contabilizados em Unidades de Pesquisa e Agências de Fomento, e representam compromissos assumidos no pagamento de Bolsas e Projetos de Pesquisa que tem atividades continuadas, não podendo ser cancelados.

Contudo não houve comprometimento no atendimento aos projetos, tendo em vista que os recursos foram liberados mensalmente, nos exercícios seguintes.

5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE, CONTEMPLANDO AS SEGUINTE PERSPECTIVAS (Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010)

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da SEPED

Tabela 42: Quadro A.5.1 - Composição de trabalho da SEPED - Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	Não há	46	15	4
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não há	46	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	40	15	4
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	1	1	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	5	3	2
2. Empregados Públicos	Não há	5	2	3
3. Servidores com Contratos Temporários	Não há	-	-	-
4. Total de Servidores (1+2)	Não há	51	21	9

Fonte: CGRH/MCTI

5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da SEPED

Tabela 43: Quadro A.5.2 - Situações que reduzem a força de trabalho da SEPED – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	-
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De ofício, no interesse da Administração	-
3.2. A pedido, a critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-

5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	--
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	-

Fonte: CGRH/MCTI

5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da SEPED

Tabela 44: Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da SEPED (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	Não há	22	4	5
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	Não há	-	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	14	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	Não há	5	3	2
1.2.4. Sem vínculo	Não há	3	1	2
1.2.5. Aposentados	Não há	-	-	1
1.2.5. Empregados Públicos	Não há	-	-	-
2. Funções gratificadas	Não há	1	-	-
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	1	-	-
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	Não há	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	Não há	23	4	5

Fonte: CGRH/MCTI

5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da SEPED segundo a idade

Tabela 45: Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da SEPED por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	5	11	19	10	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	5	11	15	9	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
1.4. Empregados Públicos	-	-	4	1	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	2	5	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	2	5	1
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	5	11	21	15	2

Fonte: CGRH/MCTI

5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da SEPED segundo a escolaridade

Tabela 46: Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da SEPED por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	2	9	1	8	9	17
1.1. <i>Membros de poder e agentes políticos</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. <i>Servidores de Carreira</i>	-	-	-	-	6	1	8	9	17
1.3. <i>Servidores com Contratos Temporários</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. <i>Empregados Públicos</i>	-	-	-	2	3	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	1	7	-	-	-
2.1. <i>Cargos de Natureza Especial</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. <i>Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>	-	-	-	-	1	7	-	-	-
2.3. <i>Funções gratificadas</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	-	-	2	6	8	8	9	17

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: CGRH/MCTI

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da SEPED segundo o regime de proventos e de aposentadoria

Tabela 47: Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	1	-
1.1 Voluntária	1	-
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	-	-
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	1	-

Fonte: CGRH/MCTI

5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela SEPED

Tabela 48: Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	-	-
1.1. Integral	-	-
1.2. Proporcional	-	-
2. Em Atividade	-	-
3. Total (1+2)	-	-

Fonte: CGRH/MCTI

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

Tabela 49: Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	5	5	4	4	28.665,27
1.1 Área Fim	-	-	-	-	-
1.2 Área Meio	5	5	4	4	28.665,27
2. Nível Médio	-				
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)	5	5	4	4	28.665,27

Fonte: CGRH/MCTI

5.3 Demonstração dos custos de pessoal da SEPED

Tabela 50: Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Em R\$ 1,00

Tipologias/Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	-	-	-	-	--	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	--	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	--	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	104.628,72	-	-	-	--	-	-	-	-	-
	2010	133.467,07	-	-	-	--	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	--	-	-	-	-	-
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	1.521.879,99		1.452.170,26	58.978,69	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	--	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	--	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	-	-	-	-	--	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	--	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	--	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	-	-	-	-	--	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	--	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	--	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	631.900,10	-	-	-	--	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	--	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	--	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	5.052,12	-	-	-	--	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	--	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	--	-	-	-	-	-

Fonte: CGRH/MCTI

6. TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES (Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 108, DE 24/11/2010)

6.1 Transferências efetuadas no exercício

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

Tabela 51: Quadro A.6.1A - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED									
CNPJ: 03.132.745/0001-00					UG/GESTÃO: 240101-00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
Termo de Cooperação	01200.003632/2011-01	153.052	2.339.999,25	0	2.339.999,25	2.339.999,25	OUT/11	SET/13	1
Termo de Cooperação	01200.004232/2011-12	153.052	1.300.000,00	0	1.300.000,00	1.300.000,00	NOV/11	OUT/13	1
Termo de Cooperação	01200.004383/2011-62	153.114	1.000.000,00	0	1.000.000,00	1.000.000,00	DEZ/11	JUN/14	1
Termo de Cooperação	01200.003310/2011-53	153.115	2.000,00	0	2.000,00	2.000,00	SET/11	DEZ/11	4
Termo de Cooperação	01200.004440/2011-11	154.040	2.500.000,00	0	2.500.000,00	2.500.000,00	DEZ/11	OUT/12	1
Termo de Cooperação	01200.004448/2011-70	154.042	1.000.000,00	0	1.000.000,00	1.000.000,00	DEZ/11	DEZ/12	1
Termo de Cooperação	01200.004289/2011-11	154.051	4.415.680,06	0	3.700.669,50	3.700.669,50	DEZ/11	DEZ/14	1
Termo de Cooperação	01200.001369/2011-15	193.028	500.000,00	3.453.026,00	500.000,00	500.000,00	MAI/11	MAR/12	1
Termo de Cooperação	01200.004426/2011-18	240.105	250.000,00	0	250.000,00	250.000,00	DEZ/11	NOV/12	1
Termo de Cooperação	01200.004572/2011-35	240.106	235.940,00	0	235.940,00	235.940,00	DEZ/11	DEZ/12	1
Termo de Cooperação	01200.004382/2011-18	240.106	2.000.000,00	0	1.999.994,93	1.999.994,93	DEZ/11	MAI/12	1
Termo de Cooperação	01200.003067/2011-73	364.102	1.429.991,18	0	1.429.991,18	1.429.991,18	AGO/11	JUL/12	1
Termo de Cooperação	01200.000959/2010-31	364.102	420.000,00	0	420.000,00	420.000,00	JUN/10	FEV/11	1
Termo de Cooperação	01200.000817/2011-55	364.102	30.000,00	0	30.000,00	30.000,00	MAR/11	ABR/11	4
Termo de Cooperação	01200.004358/2011-89	364.102	300.000,00	0	201.060,39	201.060,39	DEZ/12	MAR14	1
Termo de Cooperação	01200.004362/2011-47	364.102	192.000,00	0	192.000,00	192.000,00	DEZ11	DEZ13	1
Termo de Cooperação	01200.004361/2011-01	364.102	416.603,00	0	416.603,00	416.603,00	DEZ11	MAR/13	1
Termo de Cooperação	01200.004434/2011-56	364.102	280.000,00	0	280.000,00	280.000,00	DEZ/11	MAR/12	1
Termo de Cooperação	01200.001986/2011-11	364.102	30.000,00	0	30.000,00	30.000,00	JUL/11	JUN/12	1
Termo de Cooperação	01200.004360/2011-58	364.102	300.000,00	0	300.000,00	300.000,00	DEZ/11	DEZ/12	1

Termo de Cooperação	01200.004359/2011-23	364.102	500.000,00	0	500.000,00	500.000,00	DEZ/11	MAR14	1
Termo de Cooperação	01200.004430/2011-78	364.102	235.000,00	0	235.000,00	235.000,00	DEZ/11	DEZ/12	1
Termo de Cooperação	01200.004357/2011-34	364.102	1.000.000,00	0	1.000.000,00	1.000.000,00	DEZ/11	MAR/13	1
Termo de Cooperação	01200.003363/2011-74	364.102	100.000,00	0	100.000,00	100.000,00	OUT/11	SET/1	1
Termo de Cooperação	01200.004370/2011-93	364.304	509.200,00	0	509.200,00	509.200,00	DEZ/11	JUL/12	1
Termo de Cooperação	01200.000498/2011-88	772.001	48.224,00	0	48.224,00	48.224,00	JUN/11	OUT/11	4
Termo de Cooperação	01200.001459/2011-06	772.001	400.000,00	0	400.000,00	400.000,00	JUN/11	DEZ/12	4
TOTAL GERAL			21.734.637,49	3.453.026,00	20.920.682,25	20.920.682,25			

LEGENDA

Modalidade:

1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Parceria
4 - Termo de Cooperação 5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa
4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado

Fonte: DIOF/SPOA/MCTI – Base SIAFI

Tabela 52: Quadro A.6.1.B - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED									
CNPJ: 03.132.745/0001-00					UG/GESTÃO: 240101-00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1 - Convênio	01.0237.00/2005	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE ALAGOAS	240.000,00	120.000,00	0,00	120.000,00	23/12/05	31/1/12	1
1 - Convênio	01.0248.00/2005	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA AGROPECUÁRIA - FUNDEPAG	432.180,00	22.180,00	0,00	310.000,00	26/12/05	23/3/12	1
1 - Convênio	01.0086.00/2006	FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA, APLICAÇÕES E TECNOLOGIAS ESPACIAIS - FUNCATE	1.133.297,00	163.297,80	0,00	970.000,00	29/12/06	12/1/11	1
1 - Convênio	01.0017.00/2008	Universidade Estadual de Feira de Santana	1.100.000,00	100.000,00	0,00	414.704,00	30/6/08	30/6/13	1
1 - Convênio	01.0005.00/2009	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos	11.112.000,00	1.112.000,00	0,00	10.000.000,00	18/8/09	31/3/12	1
TOTAL GERAL			14.017.477,00	1.517.477,80	0	11.814.704,00			

LEGENDA

Modalidade:

1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Parceria
4 - Termo de Cooperação 5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa
4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado

Fonte: DECON – SIAFI GERENCIAL e PRODUÇÃO

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Tabela 53: Quadro A.6.2 - Resumo dos instrumentos celebrados nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – SEPED						
CNPJ: 03.132.745/0001-00				UG/GESTÃO: 240101-00001		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	0	0	1	0	818.786,00	3.381.928,72
Contrato de Repasse						
Termo de Parceria						
Termo de Cooperação	27	43	22	20.501.102,25	21.560.060,50	15.360.333,24
Termo de Compromisso						
Totais						

Fonte: DECON e DIOF e COEX/SPOA/MCTI – Base SIAFI

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes

Tabela 54: Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2012 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED					
CNPJ: 03.132.745/0001-00			UG/GESTÃO: 240101-00001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	6	12.685.477,00	11.814.704,00	870.773,00	93,14
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0
Termo de Parceria	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	27	21.315.057,49	20.501.102,25		96,18
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0
Totais	33	34.000.534,49	32.315.806,25	870.773,00	

Fonte: DIOF e COEX/SPOA/MCTI – Base SIAFI

6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse

Tabela 55: Quadro A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela SEPED na modalidade de convênio e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – SEPED					
CNPJ: 03.132.745/0001-00			UG/GESTÃO: 240101-00001		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Termo de Cooperação
2011	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		2	27
		Montante Repassado		500.000,00	20.501.102,25
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	1	0
			Montante Repassado (R\$)	10.000.000,00	0
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	4	0
			Montante Repassado (R\$)	1.409.586,00	0
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		0	43
		Montante Repassado		0,00	21.560.060,50
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	3	0
			Montante Repassado (R\$)	1.106.050,00	0
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0
			Montante Repassado (R\$)	0,00	0
2009	Contas prestadas	Quantidade		1	22
		Montante Repassado (R\$)		0,00	15.360.333,24
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		0	0
		Montante Repassado (R\$)		0,00	0
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade		1	0
		Montante Repassado (R\$)		300.000,00	0

Fonte: DECON, DIOF e COEX/SPOA/MCTI – Base SIAFI

6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

Tabela 56: Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – SEPED					
CNPJ: 03.132.745/0001-00			UG/GESTÃO: 240101-00001		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Termo de Cooperação
2011	Quantidade de contas prestadas			2	27
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade (contas não analisadas)		2	0
		Montante repassado (R\$)		500.000,00	20.501.102,25
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	2	0
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	2	0
			Montante repassado (R\$)	500.000,00	0
2010	Quantidade de contas prestadas			4	43
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		0	43
		Quantidade Reprovada		0	0
		Quantidade de TCE		0	0
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		4	0
		Montante repassado (R\$)		1.409.586,00	21.560.060,50
2009	Quantidade de contas prestadas			3	0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		2	0
		Quantidade Reprovada		0	0
		Quantidade de TCE		0	0
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		2	0
		Montante repassado		600.000,00	0
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		8	0
		Montante repassado		2.673.312,28	0

Fonte: DECON, DIOF e COEX/SPOA/MCTI 0

6.3 - Análise Crítica

Como pode ser observado nos quadros acima, a SEPED não celebrou novas parcerias, na modalidade convênio, no exercício em comento, bem como não efetuou repasses de parcelas referentes a celebrações de convênios de exercícios anteriores. Ressalta-se, a existência de Prestação de Contas, de duas parcelas liberadas em exercícios anteriores de um mesmo conveniente sob análise da Divisão de Convênios do MCTI.

O que se destacou foi um conjunto de transferências de recursos por meio de Termos de Descentralizações de Créditos celebrados com agências de fomento, unidades de pesquisa da própria estrutura do MCTI e Universidades Federais, com o objetivo de apoiar a formação de Recursos Humanos (Bolsas), Auxílio à Pesquisa, Redes de Pesquisa, Realização de Eventos, implantação de Institutos de Pesquisa e Implantação de Laboratórios de Programas nas diversas áreas da atuação da Secretaria.

Os Resultados da aplicação dos recursos, dessas parcerias, são monitorados e avaliados, *in-loco*, pelas unidades técnicas responsável pela ação e pela Coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação para Pesquisa, gerando relatórios técnicos sempre no exercício seguinte à sua execução.

7. DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV (Parte A, Item 7, do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010)

7.1 Declaração de atualização de dados no SICONV

Tabela 57: Quadro A.7.1 Declaração de atualização de dados no SICONV

DECLARAÇÃO
<p>Eu, Fernando André Pereira das Neves, CPF n.º 084.725.211-68, Coordenador Geral da Secretário da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento-SEPED do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação-MCTI, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes á Convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade, estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p> <p>Ressalto, que posterior a data de vigência da Lei n.º 12.309, esta unidade jurisdicionada não celebrou parcerias na modalidade de convênio.</p> <p>Brasília, 28 de março de 2012.</p> <p> Fernando André Pereira das Neves CPF n.º 084.725.211-68 Coordenador Geral de Acompanhamento e Avaliação para a Pesquisa da Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação-MCTI</p>

8. SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI Nº 8.730 (Parte A, Item 8, do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010)

8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei nº 8.730

Tabela 58: Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	54		
	Entregaram a DBR	54		
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: CGRH/MCTI

8.1 Análise Crítica

As 54 Declarações de Bens e Rendas acima mencionadas foram entregues à Coordenação Geral de Recursos Humanos do MCTI (Cópia da Declaração de Imposto sobre a Renda). Em alguns casos foram fornecidas autorizações eletrônicas do servidor, para acesso as informações das suas respectivas Declarações, pelos órgãos de controles.

Essas declarações e/ou autorizações encontram-se arquivadas na Pasta individual dos servidores, na Divisão de Pagamento da CGRH/MCTI.

9. FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA SEPED (Parte A, Item 9, do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010)

9.1 Estrutura de Controles Internos da SEPED

Tabela 59: Quadro A.9.1- Estrutura de controles internos da SEPED

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			x		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			x		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X

25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS (Parte A, Item 10, do Anexo II, da DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010).

Não foram fornecidas informações para este item, principalmente quanto à aquisição de bens, uma vez que essas atividades não estão sob a governabilidade da SEPED, e sim, da SPOA/MCTI. Quanto aos resíduos recicláveis, gerados na SEPED, na maioria papel, ao final do dia é recolhido pelos colaboradores da limpeza, orientados pela administração quanto à forma de armazenamento, visando o seu reaproveitamento para destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

11. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA (Parte A, Item 12, do Anexo II da DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010).

Não foram fornecidas informações para este item, uma vez que essas atividades estão sob a responsabilidade da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação/SPOA. A SEPED está representada no Comitê que trata, institucionalmente, desses assuntos.

12. CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO Federal (Parte A, item 13, do Anexo II da DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010).

A Unidade Jurisdicionada SEPED, não utiliza Cartões de Pagamento do Governo Federal.

13. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ (Parte A, item 14, do Anexo II da DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010).

Não há atividades que envolvam Renúncia Tributária, sob a competência da Unidade Jurisdicionada SEPED.

14 – DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO (Parte A, item 15, do Anexo II da DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010).

14.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

TABELA 60: QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO – HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS VINCULADAS AOS IFES

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento					2055
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	002.024/2009-5	2813/2009	9.2; 9.3.1; 9.3.2; 9.3.3; 9.3.4	RE	1235/2011-TCU-SECEX-RS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					1988
Ministério da Saúde					304
Ministério da Educação					244
Descrição da Deliberação:					
Auditoria nos Hospitais Universitários vinculados às IFES					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					3234
Síntese da providência adotada:					
O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação reenviou ao Ministério da Saúde em 22 de março de 2011, o processo nº 01200.004337/2010-82, acompanhado da Portaria Interministerial MCTI/MS, que Institui a parceria entre os Ministérios da Saúde e da Ciência, Tecnologia e Inovação para cooperação técnica na formulação de políticas de apoio ao desenvolvimento científico-tecnológico e da inovação em áreas de interesse de saúde humana, por intermédio da integração da Política Nacional de Ciência e Tecnologia em Saúde com a Política de Inovação Tecnológica. Na oportunidade, este MCTI solicitou que após colhida a referenda do Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, o mencionado ato fosse restituído a este Ministério para as providências quanto a publicação.					
Síntese dos resultados obtidos					
Em 16 de abril de 2012, o Ministério da Saúde respondeu a este MCTI formando o processo sob nº 01200.001113/2012-81, que encaminha Minuta de Acordo de Cooperação e Assistência Técnica que entre si celebram o Ministério da Saúde, por intermédio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos/SCTIE, e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com a interveniência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, para o desenvolvimento de um conjunto de ações com vistas à desenvolver ações de financiamento à pesquisa científica e tecnológica e à inovação no âmbito das prioridades estabelecidas pelo Ministério da Saúde e apoiar a sustentabilidade e estimular o intercâmbio tecnológico entre as instituições científicas e tecnológicas (ICTS), dentre outras ações.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A área técnica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação recebeu em 20 de abril de 2012 a Minuta do Acordo de Cooperação entre as Pastas, bem como a Portaria Interministerial MCTI/MS, a fim de					

ajustar as cláusulas do acordo, uma vez que a Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde emitiu parecer solicitando algumas recomendações quanto ao conteúdo final do documento, as quais estão em análise pela área técnica deste MCTI, de acordo com o despacho n.º 80 de 17 de abril de 2012 da Consultoria Jurídica do MCTI. Essa análise vem ao encontro de alinhar as ações propostas à Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – ENCTI (2012-2015), no âmbito de um dos Programas Prioritários de Fármacos e Complexo Industrial da Saúde.

Importante salientar, que em outubro de 2011, a equipe do TCU, designada para realização da fiscalização sob a modalidade de monitoramento comunicou e encaminhou aos órgãos envolvidos, por intermédio do ofício de requisição nº 03-11/2011, de 11.10.11, (Processo nº 005.718/2011-2) versão preliminar do relatório, finalizando o trabalho de verificação do cumprimento do Acórdão nº 2813/2009 - Plenário (TC-002.024/2009-5), em anexo, página 149).

Tabela 61: QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO – CENTRO DE BIOTECNOLOGIA DA AMAZÔNIA-CBA

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento					2055
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1		1097/2008-TCU-Plenário	9.1.3		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					1988
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão					2981
Descrição da Deliberação:					
Plano de ação para suprir as carências identificadas pelos institutos de pesquisa na região Amazônica, especialmente no que se refere ao quadro de Pesquisadores					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Síntese da providência adotada:					
No âmbito do Comitê Nacional de Biotecnologia – CNB, formou-se um Grupo de Trabalho – GT (composto por MCTI, MDIC, INPI, MS, MAPA e FINEP), com vistas a propor uma solução alternativa à organização operacional do Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA.					
Síntese dos resultados obtidos					
O GT, na XVI Reunião do CNB, informou que a proposta de modelo de gestão para o CBA foi considerada viável pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG e que o processo 03100.000914/2010-11 foi recebido na Casa Civil em 23/11/2010 e que a partir de então, dependeria de encaminhamento formal do Ato Normativo para constituição de empresa pública.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
O MCTI e MPOG, juntamente com outras unidades representadas no CNB, propuseram a constituição de uma empresa pública para a operacionalização do CBA. Assim, o Acórdão 1097/2008-TCU-Plenário foi cumprido sem que houvesse intercorrência de fatores negativos. Até o momento, aguardam-se providências das instâncias competentes para a efetivação da proposta.					

14.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não há deliberações pendentes por parte da SEPED, junto a esse Tribunal.

14.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

Não há Unidade de Controle Interno na estrutura da SEPED ou o MCTI.

15 – RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDA NO EXERCÍCIO (Parte A, item 16, do Anexo II da DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010).


Não há Unidade de Controle Interno na estrutura do MCTI.

16. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UNIDADE JURISDICIONADA (Parte B, Item 1, do Anexo II da DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010)

16.1 Declaração do Contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

Tabela 62: Quadro B.1.1 - Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Quadro B.1.1 – Declaração Plena do Contador

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UGR
Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – SEPED			240119
<p>Após análise dos registros contábeis e conformidade de registros de gestão que consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial incluídos no SIAFI e da existência de documentos hábeis que comprovem as operações, declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável - UGR, relativos ao exercício de 2011, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED, observando que as ações de responsabilidade da SEPED são executadas pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL (UG 240101).</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	31/01/2012
Contador Responsável	 Eliana Yukiko Takenaka	CRC nº	DF 6.666

17. CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”, NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS (Parte C, item 16, do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010)

17.1 Contratação de consultores na modalidade “produto”, no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Tabela 63: Quadro C.11.1 - Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Terceira Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.					BRA/10/G32
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000007					
Objetivo da consultoria: Fornecer apoio técnico e administrativo à execução do projeto, especialmente no que se refere ao controle físico e geral do projeto e à produção de relatórios técnicos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
14/01/2011	30/12/2011	61.146,00	61.146,00	61.146,00	61.146,00
Insumos Externos					
Diárias, passagens, instalações físicas e equipamentos.					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, em especial, dispensas de licitação e processos seletivos; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte I.				24/01/2011	4.500,00
Produto 02: Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, em especial, dispensas de licitação e processos seletivos; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte II.				15/02/2011	4.500,00
Produto 03: Relatório contendo avaliação da execução do projeto da Segunda Comunicação Nacional e propostas de melhorias na parte de execução para implementação do projeto da Terceira Comunicação Nacional.				28/02/2011	6.000,00
Produto 4: Estruturação do arquivo para adequação às necessidades do Projeto BRA/10/G32, em especial: (1) processos de compras; (2) viagens; (3) processos seletivos. Deverá ser apresentada planilha eletrônica contendo o controle de número dos processos por ano, assunto e localização; e relatório de outras atividades desenvolvidas no período julgadas necessárias.				22/03/2011	5.000,00
Produto 05: Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, em especial, dispensas de licitação e processos seletivos; e outros relatórios que identifiquem				25/04/2011	4.500,00

atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte III. Produto 06: Relatório de controle de todas as passagens aéreas emitidas no âmbito do Projeto BRA/10/G32 por mês, com a finalidade de controlar o saldo disponível no contrato firmado com a empresa de viagens contratada. Este relatório deve conter o nome do passageiro, trecho da viagem, valor das passagens, número do recibo atlas, número da fatura, número do voucher e data de pagamento, bem como os Formulários de Solicitação Inicial preparados pelo consultor até a data de entrega do presente produto - Parte I. Produto 07: Estruturação do arquivo para adequação às necessidades do Projeto BRA/10/G32, em especial: (1) produtos de consultores e notas de autorização de pagamentos. Deverá ser apresentado relatório de controle de entrega de produtos dos consultores contratados no âmbito deste projeto. Este relatório deverá conter a data de entrega dos produtos, número da Nota de Autorização de Pagamento emitida, número e data de processamento do referido pagamento. Produto 08: Elaboração e consolidação do Relatório de Progresso do GEF (PIR e POA) do projeto BRA/10/G32. Produto 09: Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, em especial, dispensas de licitação e processos seletivos; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte IV. Produto 10: Relatório contendo levantamento de informações para consolidação da lista de bens de inventário do projeto BRA/10/G32, bem como os documentos produzidos para este processo. Produto 11: Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, em especial, dispensas de licitação e processos seletivos; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte V. Produto 12: Elaboração e consolidação do Relatório de Progresso do MCT do projeto BRA/10/G32. Produto 13: Relatório consolidado da execução do projeto e parcerias firmadas com identificação de todas as pendências apuradas durante a vigência de contrato do consultor. O relatório deve trazer atualização da descrição de todos os produtos gerados, responsáveis, listas de participantes e instituições envolvidas.		27/05/2011	4.500,00		
		24/06/2011	5.000,00		
		25/07/2011	5.500,00		
		23/08/2011	4.500,00		
		22/09/2011	2.500,00		
		20/10/2011	4.500,00		
		24/11/2011	5.000,00		
		05/12/2011	5.146,00		
Consultor contratado					
Nome do consultor: Juliana Patrícia Gomes Pereira		CPF: 031.117.454-06			
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato realizado conforme cronograma de execução.					
Código do Contrato: 2011/000034					
Objetivo da consultoria: Fornecer apoio técnico e administrativo à execução do projeto, especialmente no que se refere à implementação das parcerias a serem firmadas; ao controle físico e financeiro do projeto e à produção de relatórios técnicos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/02/2011	01/02/2012	68.175,00	63.100,00	63.100,00	63.100,00
Insumos Externos					
Diárias, passagens, instalações físicas e equipamentos.					

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte I.	10/02/2011	4.700,00
Produto 02: Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte II, bem como controle financeiro do projeto referente ao mês de janeiro de 2011, incluindo as parcerias firmadas (se houver).	01/03/2011	4.100,00
Produto 03: Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte III, bem como controle financeiro do projeto referente ao mês de fevereiro de 2011, incluindo as parcerias firmadas (se houver).	28/03/2011	4.200,00
Produto 04: Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte IV, bem como controle financeiro do projeto referente ao mês de março de 2011, incluindo as parcerias firmadas (se houver).	25/04/2011	4.500,00
Produto 05: Relatório contendo o levantamento e busca de documentos relacionados à Adaptação, Capacitação, Finanças, Transferência de Tecnologia, Comunicação Nacional de países não-Anexo I e Educação, Treinamento e Conscientização Pública em análise nas reuniões da Ad Hoc Working Group on Long-term Cooperative Action under the Convention (AWG-LCA) e Ad Hoc Working Group on Further Commitments for Annex I Parties under the Kyoto Protocol (AWG-KP).	20/05/2011	4.700,00
Produto 06: Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte V, bem como controle financeiro do projeto referente ao mês de abril de 2011, incluindo as parcerias firmadas (se houver).	30/05/2011	4.500,00
Produto 07: Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte VI, bem como controle financeiro do projeto referente ao mês de maio de 2011, incluindo as parcerias firmadas (se houver).	24/06/2011	4.500,00
Produto 08: Relatório contendo o levantamento e busca de documentos relacionados à Adaptação, Capacitação, Finanças, Transferência de Tecnologia, Comunicação Nacional de países não-Anexo I e Educação, Treinamento e Conscientização Pública em análise nas reuniões das Subsidiary Body for Scientific and Technological Advice (SBSTA) e Subsidiary Body for	22/07/2011	4.700,00

<p>Implementation (SBI) em 2011.</p> <p>Produto 09: Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte VII, bem como controle financeiro do projeto referente ao mês de junho de 2011, incluindo as parcerias firmadas (se houver).</p> <p>Produto 10: Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte VIII, bem como controle financeiro do projeto referente ao mês de julho de 2011, incluindo as parcerias firmadas (se houver).</p> <p>Produto 11: Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte IX, bem como controle financeiro do projeto referente ao mês de agosto de 2011, incluindo as parcerias firmadas (se houver).</p> <p>Produto 12: Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte X, bem como controle financeiro do projeto referente ao mês de setembro de 2011, incluindo as parcerias firmadas (se houver).</p> <p>Produto 13: Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte XI, bem como controle financeiro do projeto referente ao mês de outubro de 2011, incluindo as parcerias firmadas (se houver).</p> <p>Produto 14: Relatório contendo o levantamento e busca de documentos relacionados à Adaptação, Capacitação, Finanças, Transferência de Tecnologia, Comunicação Nacional de países não-Anexo I e Educação, Treinamento e Conscientização Pública em análise nas reuniões das Conferências das Partes em 2011.</p> <p>Produto 15: Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte XII, bem como controle financeiro do projeto referente ao mês de novembro de 2011, incluindo as parcerias firmadas (se houver).</p>	28/07/2011	4.500,00
	24/08/2011	4.500,00
	21/09/2011	4.500,00
	19/10/2011	4.500,00
	14/11/2011	4.500,00
	29/11/2011	4.700,00
	20/01/2012	5.075,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Claudia Sayuri Miyaki		CPF: 922.822.961-68
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato realizado conforme cronograma de execução.		
O produto 15 foi pago em 2012;		
Código do Contrato: 2011/000061		

Objetivo da consultoria: Ampliar, atualizar e administrar sítio Mudanças Climáticas do Portal do Ministério da Ciência e Tecnologia com informações concernentes à mudança do clima e resultados do inventário nacional de gases de efeito estufa, nos idiomas disponibilizados, incluindo a diagramação de relatórios técnicos, a preparação e disponibilização de documentos, desenvolver soluções sistemáticas com banco de dados e outros instrumentos que auxiliem os trabalhos relacionados ao projeto.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/02/2011	30/01/2012	88.000,00	80.000,00	73.200,00	73.200,00
Insumos Externos					
Diárias, passagens, instalações físicas e equipamentos.					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Relatórios/documentos técnicos diagramados referentes ao PPA-Mudanças Climáticas, pesquisas e estudos realizados, entre outros documentos necessários para disponibilização no sítio - Parte I, II e III1; E/ou outros documentos que serviram de base para a elaboração da 2ª Comunicação Nacional do Brasil para disponibilização no sítio como projetos gráficos, sistemas, entre outros definidos pela Agência Executora.				18/02/2011	7.000,00
Produto 02: Relatórios/documentos técnicos diagramados referentes ao PPA-Mudanças Climáticas, pesquisas e estudos realizados, entre outros documentos necessários para disponibilização no sítio - Parte IV e VI1; E/ou outros documentos necessários para disponibilização no sítio como projetos gráficos, sistemas, entre outros definidos pela Agência Executora.				28/02/2011	6.000,00
Produto 03: Desenvolver, planejar, modelar e implementar em linguagem de programação PHP com banco de dados MySQL, solução sistemática para verificação de autenticidade digital de documentos aprovados pela Comissão Interministerial de Mudanças Globais de Clima/CIMGC presidida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, a fim de verificar a autenticidade dos documentos aprovados pelo Governo Brasileiro e submetidos no Conselho Executivo das Nações Unidas sobre Mudança do Clima; cadastrar os documentos e cartas de aprovação emitida no ano de 2010; treinar e dá acesso aos futuros usuários; gerar um manual de operação do sistema; documentação e códigos e scripts banco de dados.				25/03/2011	7.000,00
Produto 04: Relatório com a definição, após atualização, de estruturas de links internos e externos, diretórios e subdiretórios de todos os menus do sítio de mudanças climáticas - Parte I; e/ou outras atividades desenvolvidas no período.				27/04/2011	5.500,00
Produto 05: Plano de Desenvolvimento do Sistema SIG-BRA Sistema de Controle de Rotina de Projeto, onde deverão constar os objetivos específicos e gerais para desenvolvimento de um sistema de acompanhamento e controle das rotinas do projeto; definir e levantar requisitos bem como descrições de atores; e apresentar MER Físico/Lógico e Script do BD, o banco de dados deverá ser compatível para a linguagem MySQL; o sistema deverá ser planejado para ambiente web em linguagem PHP 5 ou superior para acesso compartilhado.				16/05/2011	5.800,00
Produto 06: Módulo I SIG-BRA - implementar e definir telas de entradas; layout e funcionalidades do Cadastro de Consultores com controle de produtos entregues e/ou pendentes; controle de aprovação e nota técnica; controle de pagamento de produto;				30/05/2011	6.150,00

consultas; impressão e emissão de relatórios; digitalização de documentos necessários ao cadastro.					
Produto 07: Relatório contendo atualização do sistema de acesso restrito "Membros da Comissão" com todos os projetos devidamente cadastrados e inserção de todos os documentos recebidos - Parte 1, e/ou relação de outras atualizações inseridas no sistema.		13/06/11	5.500,00		
Produto 08: Módulo II SIG-BRA - implementar e definir telas de entradas, layout e funcionalidades do Cadastro de Patrimônio do Projeto, com cadastro de bens adquiridos; controle de responsabilidade; consultas; impressão e emissão de relatórios.		28/07/2011	5.600,00		
Produto 09: Relatório com a definição, após atualização, de estruturas de links internos e externos, diretórios e subdiretórios de todos os menus do sítio de mudanças climáticas - Parte II; e/ou outras atividades desenvolvidas no período.		15/08/2011	6.800,00		
Produto 10: Relatório contendo atualização do sistema de acesso restrito "Membros da Comissão" com todos os projetos devidamente cadastrados e inserção de todos os documentos recebidos - Parte 2, e/ou relação de outras atualizações inseridas no sistema.		27/09/2011	5.700,00		
Produto 11: Módulo III SIG-BRA - implementar e definir telas de entradas, layout e funcionalidades do Cadastro de Material de Consumo, com cadastro de solicitação de material de consumo; controle de quantidade adquirida; função para gerar lista de pedido e cotação; consultas; impressão e emissão de relatórios.		28/10/2011	5.650,00		
Produto 12: Módulo IV SIG-BRA - implementar e definir telas de entradas, layout e funcionalidades do Controle de Relatório de Viagem, com relatórios de pendências de relatórios; controle de informações das viagens realizadas como destino, período e insumos como diárias e passagens e deslocamentos; treinar e dá acesso aos futuros usuários; gerar um manual de operação do sistema; documentação; códigos e scripts de banco de dados.		22/11/2011	6.500,00		
Produto 13: Relatório com a definição, após atualização, de estruturas de links internos e externos, diretórios e subdiretórios de todos os menus do sítio de mudanças climáticas - Parte III; e/ou outras atividades desenvolvidas no período.		21/12/2011	6.800,00		
Produto 14: Relatório consolidado de todos os produtos desenvolvidos no âmbito dessa consultoria, contendo um levantamento final de todo o sítio de mudanças climáticas nos quatros idiomas, incluindo gráficos com informações de acesso, quantitativo de páginas, entre outras informações importantes.		20/01/2012	8.000,00		
Consultor contratado					
Nome do consultor: Pedro Renato Barbosa		CPF: 867.958.481-91			
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Consultor solicitou rescisão do contrato em 11 de Novembro de 2011.					
Não foi contratado substituto para este posto.					
Código do Contrato: 2011/000114					
Objetivo da consultoria: Preparação e análise de documentos técnicos referentes ao Terceiro Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa e a outros estudos relacionados à preparação da Terceira Comunicação Nacional do Brasil; levantamento das Comunicações Nacionais de países do Anexo I e dos países que pertencem ao grupo não-Anexo I; e atendimento às solicitações da equipe técnica da Coordenação-Geral de Mudanças Globais de Clima - CGMC/MCT.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
16/03/2011	16/03/2012	95.275,00	86.875,00	91.075,00	91.075,00

Insumos Externos		
Diárias, passagens, instalações físicas e equipamentos.		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Relatório contendo levantamento das Comunicações Nacionais dos países do anexo I publicadas entre os anos de 2009 e 2010, incluindo CD com arquivo eletrônico das principais Comunicações, para arquivo no projeto.	18/03/2011	8.500,00
Produto 02: Relatório contendo o resultado dos trabalhos das reuniões dos Grupos Methodology Panel, Accreditation Panel e Small Scale WG e Afforestation WG do Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo para acompanhamento das medidas de regulação no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto e suas implicações para o Brasil para a Terceira Comunicação Nacional.	29/03/2011	8.300,00
Produto 03: Relatório contendo levantamento das Comunicações Nacionais dos países Não-Anexo I publicadas entre os anos de 2009 e 2010, incluindo CD com arquivo eletrônico das principais Comunicações, para arquivo no projeto.	18/04/2011	7.600,00
Produto 04: Relatório contendo o resultado dos trabalhos das reuniões do Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo para acompanhamento das medidas de regulação no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto e suas implicações para o Brasil para a Terceira Comunicação Nacional.	28/04/2011	7.575,00
Produto 05: Análise de adequação, conforme documento de projeto, e propostas de melhorias dos Termos de Referência para a elaboração de Relatório de Referência dos trabalhos técnicos a serem contratados para o Terceiro Inventário Nacional de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa - Parte I; e/ou preparação de outros documentos técnicos julgados necessários à condução dos trabalhos no âmbito do Projeto BRA/10/G32.	06/06/2011	4.200,00
Produto 06: Relatório contendo o resultado dos trabalhos de supervisão das resenhas referentes ao período de janeiro a abril de 2010, incluindo CD com todas as notícias selecionadas para o sistema "Saiu na Imprensa".	11/07/2011	5.000,00
Produto 07: Relatório de verificação das informações inseridas nas páginas de Mudanças Climáticas do MCT, em português e inglês, para garantir que a informação está sendo publicada igualmente nas duas línguas, indicando as informações necessárias a serem acrescentadas na página e propondo eventuais alterações para melhoria e/ou compatibilização - Parte 01.	28/07/2011	8.500,00
Produto 08: Análise de adequação, conforme documento de projeto, e propostas de melhorias dos Termos de Referência para a elaboração de Relatório de Referência dos trabalhos técnicos a serem contratados para o Terceiro Inventário Nacional de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa - Parte II; e/ou preparação de outros documentos técnicos julgados necessários à condução dos trabalhos no âmbito do Projeto BRA/10/G32.	11/08/2011	4.200,00
Produto 09: Relatório de verificação das informações inseridas nas páginas de Mudanças Climáticas do MCT, em português e inglês, para garantir que a informação está sendo publicada igualmente nas duas línguas, indicando as informações necessárias a serem acrescentadas na página e propondo eventuais alterações para melhoria e/ou compatibilização - Parte 02.	31/08/2011	8.500,00

Produto 10: Análise de adequação, conforme documento de projeto, e propostas de melhorias dos Termos de Referência para a elaboração de Relatório de Referência dos trabalhos técnicos a serem contratados para o Terceiro Inventário Nacional de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa - Parte III; e/ou preparação de outros documentos técnicos julgados necessários à condução dos trabalhos no âmbito do Projeto BRA/10/G32.		30/09/2011	4.200,00		
Produto 11: Relatório contendo o resumo das emissões de gases de efeito estufa das Comunicações Nacionais dos países do Anexo I publicadas entre os anos de 2009 e 2010.		24/10/2011	8.500,00		
Produto 12: Relatório contendo o resumo das emissões de gases de efeito estufa das Comunicações Nacionais dos países Não-Anexo I publicadas entre os anos de 2009 e 2010.		11/11/2011	7.600,00		
Produto 13: Análise de adequação, conforme documento de projeto, e propostas de melhorias dos Termos de Referência para a elaboração de Relatório de Referência dos trabalhos técnicos a serem contratados para o Terceiro Inventário Nacional de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa - Parte IV; e/ou preparação de outros documentos técnicos julgados necessários à condução dos trabalhos no âmbito do Projeto BRA/10/G32.		02/12/2011	4.200,00		
Produto 14: Análise de adequação, conforme documento de projeto, e propostas de melhorias dos Termos de Referência para a elaboração de Relatório de Referência dos trabalhos técnicos a serem contratados para o Terceiro Inventário Nacional de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa - Parte V; e/ou preparação de outros documentos técnicos julgados necessários à condução dos trabalhos no âmbito do Projeto BRA/10/G32.		13/01/2012	4.200,00		
Produto 15: Análise de adequação, conforme documento de projeto, e propostas de melhorias dos Termos de Referência para a elaboração de Relatório de Referência dos trabalhos técnicos a serem contratados para o Terceiro Inventário Nacional de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa - Parte VI; e/ou preparação de outros documentos técnicos julgados necessários à condução dos trabalhos no âmbito do Projeto BRA/10/G32.		10/02/2012	4.200,00		
Consultor contratado					
Nome do consultor: Jerônima de Souza Damasceno		CPF: 579.385.041-49			
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Foi solicitada, pela direção do projeto, a entrega antecipada do produto 14.					
Código do Contrato: 2011/000115					
Objetivo da consultoria: Preparação e análise de documentos técnicos referentes ao Terceiro Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa; levantamento dos Inventários de Emissões de Gases de Efeito Estufa dos países pertencentes ao Anexo I da Convenção e dos Inventários de Emissões contidos nas Comunicações Nacionais dos países não pertencentes ao Anexo I; e atendimento às solicitações da equipe técnica da Coordenação Geral de Mudanças Globais de Clima - MCT lotada no Rio de Janeiro.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
24/03/2011	23/03/2012	46.262,00	37.262,00	25.262,00	25.262,00
Insumos Externos					
Diárias, passagens, instalações físicas e equipamentos.					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Relatório contendo levantamento dos Inventários				01/04/2011	8.500,00

Nacionais dos países do Anexo I, publicados no ano de 2010, incluindo CD com arquivo eletrônico dos principais Inventários Nacionais, para arquivo no projeto.		
Produto 02: Relatório contendo levantamento da parte referente ao Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa contido nas Comunicações Nacionais dos países não pertencentes ao Anexo I da Convenção, destacando as principais diferenças formais e metodológicas.	29/04/2011	8.362,00
Produto 03: Análise de adequação, conforme documento de projeto, e propostas de melhorias dos Termos de Referência para a elaboração de Relatório de Referência dos trabalhos técnicos a serem contratados para o Terceiro Inventário Nacional de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa - Parte I; e/ou preparação de outros documentos técnicos julgados necessários à condução dos trabalhos no âmbito do Projeto BRA/10/G32.	28/07/2011	4.200,00
Produto 04: Análise de adequação, conforme documento de projeto, e propostas de melhorias dos Termos de Referência para a elaboração de Relatório de Referência dos trabalhos técnicos a serem contratados para o Terceiro Inventário Nacional de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa - Parte II; e/ou preparação de outros documentos técnicos julgados necessários à condução dos trabalhos no âmbito do Projeto BRA/10/G32.	26/08/2011	4.200,00
Produto 05: Análise de adequação, conforme documento de projeto, e propostas de melhorias dos Termos de Referência para a elaboração de Relatório de Referência dos trabalhos técnicos a serem contratados para o Terceiro Inventário Nacional de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa - Parte III; e/ou preparação de outros documentos técnicos julgados necessários à condução dos trabalhos no âmbito do Projeto BRA/10/G32.	22/09/2011	4.200,00
Produto 06: Análise de adequação, conforme documento de projeto, e propostas de melhorias dos Termos de Referência para a elaboração de Relatório de Referência dos trabalhos técnicos a serem contratados para o Terceiro Inventário Nacional de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa - Parte IV; e/ou preparação de outros documentos técnicos julgados necessários à condução dos trabalhos no âmbito do Projeto BRA/10/G32.	25/10/2011	4.200,00
Produto 07: Análise de adequação, conforme documento de projeto, e propostas de melhorias dos Termos de Referência para a elaboração de Relatório de Referência dos trabalhos técnicos a serem contratados para o Terceiro Inventário Nacional de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa - Parte V; e/ou preparação de outros documentos técnicos julgados necessários à condução dos trabalhos no âmbito do Projeto BRA/10/G32.	21/11/2011	4.200,00
Produto 08: Análise de adequação, conforme documento de projeto, e propostas de melhorias dos Termos de Referência para a elaboração de Relatório de Referência dos trabalhos técnicos a serem contratados para o Terceiro Inventário Nacional de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa - Parte VI; e/ou preparação de outros documentos técnicos julgados necessários à condução dos trabalhos no âmbito do Projeto BRA/10/G32.	13/01/2012	4.200,00
Produto 09: Análise de adequação, conforme documento de projeto, e propostas de melhorias dos Termos de Referência para a elaboração de Relatório de Referência dos trabalhos técnicos a serem contratados para o Terceiro Inventário Nacional de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa - Parte VII; e/ou preparação de outros documentos técnicos julgados necessários à condução dos trabalhos no âmbito do Projeto BRA/10/G32.	06/02/2012	4.200,00

Consultor contratado					
Nome do consultor: Márcia dos Santos Pimenta				CPF: 864.740.657-53	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Consultora apresentou somente os produtos 01; 02; 03 e 04.					
Código do Contrato: 2011/000510					
Objetivo da consultoria: Ampliar, atualizar e administrar sítio Mudanças Climáticas do Portal do Ministério da Ciência e Tecnologia com informações concernentes à mudança do clima e resultados do inventário nacional de gases de efeito estufa, nos idiomas disponibilizados, incluindo a preparação e disponibilização de documentos, desenvolverá soluções sistemáticas com banco de dados e outros instrumentos que auxiliem os trabalhos relacionados ao projeto.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
16/11/2011	14/11/2012	80.000,00	5.500,00	5.500,00	5.500,00
Insumos Externos					
Diárias e passagens					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01: Relatório contendo descrição das atualizações dos menus do sítio de mudanças climáticas - Parte I; e/ou outras atividades desenvolvidas no período;			02/12/2011	5.500,00	
Produto 02: Relatório contendo descrição das atualizações dos menus do sítio de mudanças climáticas - Parte II; e/ou outras atividades desenvolvidas no período;			06/01/2012	5.500,00	
Produto 03: Relatório contendo descrição das atualizações dos menus do sítio de mudanças climáticas - Parte III; e/ou outras atividades desenvolvidas no período;			24/01/2012	5.500,00	
Produto 04: Relatório contendo descrição das atualizações dos menus do sítio de mudanças climáticas - Parte IV; e/ou outras atividades desenvolvidas no período;			16/02/2012	5.500,00	
Produto 05: Relatório contendo descrição das atualizações dos menus do sítio de mudanças climáticas - Parte V; e/ou outras atividades desenvolvidas no período;			22/03/2012	5.500,00	
Produto 06: Relatório contendo descrição das atualizações dos menus do sítio de mudanças climáticas - Parte VI; e/ou outras atividades desenvolvidas no período;			10/04/2012	5.500,00	
Produto 07: Relatório contendo descrição das atualizações dos menus do sítio de mudanças climáticas - Parte VII; e/ou outras atividades desenvolvidas no período;			02/05/2012	5.500,00	
Produto 08: Relatório contendo descrição das atualizações dos menus do sítio de mudanças climáticas - Parte VIII; e/ou outras atividades desenvolvidas no período;			29/05/2012	5.500,00	
Produto 09: Relatório contendo descrição das atualizações dos menus do sítio de mudanças climáticas - Parte IX; e/ou outras atividades desenvolvidas no período;			21/06/2012	5.500,00	
Produto 10: Relatório contendo descrição das atualizações dos menus do sítio de mudanças climáticas - Parte X; e/ou outras atividades desenvolvidas no período;			06/07/2012	5.500,00	
Produto 11: Relatório contendo descrição das atualizações dos menus do sítio de mudanças climáticas - Parte XI; e/ou outras atividades desenvolvidas no período;			01/08/2012	5.500,00	
Produto 12 - Relatório contendo descrição das atualizações dos menus do sítio de mudanças climáticas - Parte XII; e/ou outras			27/08/2012	5.500,00	

atividades desenvolvidas no período; Produto 13: Relatório contendo descrição das atualizações dos menus do sítio de mudanças climáticas - Parte XIII; e/ou outras atividades desenvolvidas no período; Produto 14: Relatório consolidado de todos os produtos desenvolvidos no âmbito dessa consultoria, contendo um levantamento final de todo o sítio de mudanças climáticas nos quatros idiomas: gráficos com informações de acesso, quantitativo de páginas, entre outras informações importantes.	25/09/2012	5.500,00
	14/11/2012	8.500,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Henrique Silva Moura	CPF: 724.797.601-20	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: execução conforme cronograma.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Modernização Institucional para Fortalecimento da Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima					BRA/07/002
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/000500					
Objetivo da consultoria: Elaborar pareceres com a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do MDL à Comissão Interministerial da Mudança Global do Clima no setor de energia, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva dessa Comissão.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/06/2009	30/12/2011	5.000,00	0,00	2.500,00	5.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Parecer 01: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).				07/07/2009	500,00
Parecer 02: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).				17/08/2009	500,00
Parecer 03: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).				22/09/2009	500,00
Parecer 04: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).				03/11/2009	500,00
Parecer 05: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).				09/12/2009	500,00
Parecer 06: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).				15/01/2010	500,00
Parecer 07: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos				22/02/2010	500,00

submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).		24/03/2010	500,00		
Parecer 08: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).					
Parecer 09: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).					
Parecer 10: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).		23/04/2010	500,00		
		21/05/2010	500,00		
Consultor contratado					
Nome do consultor: Márcio Maia Vilela		CPF: 832.163.168-15			
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos e a data para entrega dependem da demanda estabelecida pela Comissão Interministerial da Mudança Global do Clima. Por este motivo, o contrato foi estendido 3 (três) vezes, sendo finalizado em 30/12/2011.					
Código do Contrato: 2009/000502					
Objetivo da consultoria: Elaborar pareceres com a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do MDL à Comissão Interministerial da Mudança Global do Clima nos setores de energia e de indústria e uso dos solventes, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva dessa Comissão.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/06/2009	29/06/2012	10.000,00	0,00	3.000,00	7.500,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Parecer 01: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).			23/06/2009	500,00	
Parecer 02: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).			17/07/2009	500,00	
Parecer 03: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).			03/08/2009	500,00	
Parecer 04: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).			28/08/2009	500,00	
Parecer 05: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).			18/09/2009	500,00	
Parecer 06: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).			02/10/2009	500,00	
Parecer 07: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).			29/10/2009	500,00	
Parecer 08: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).			10/11/2009	500,00	
Parecer 09: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos			27/11/2009	500,00	

submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).					
Parecer 10: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	12/12/2009	500,00			
Parecer 11: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	26/01/2010	500,00			
Parecer 12: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	07/02/2010	500,00			
Parecer 13: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	22/02/2010	500,00			
Parecer 14: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	05/03/2010	500,00			
Parecer 15: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	19/03/2010	500,00			
Parecer 16: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	01/04/2010	500,00			
Parecer 17: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	16/04/2010	500,00			
Parecer 18: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	30/04/2010	500,00			
Parecer 19: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	03/05/2010	500,00			
Parecer 20: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	17/05/2010	500,00			
Consultor contratado					
Nome do consultor: Cláudia Virgínia Mistrorigo de Freitas	CPF: 089.374.368-25				
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos e a data para entrega dependem da demanda estabelecida pela Comissão Interministerial da Mudança Global do Clima. Por este motivo, o contrato foi estendido 4 (quatro) vezes, estando vigente até 29/06/2012.					
Código do Contrato: 2009/000503					
Objetivo da consultoria: Elaborar pareceres com a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do MDL à Comissão Interministerial da Mudança Global do Clima no setor de energia, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva dessa Comissão.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/06/2009	30/06/2011	5.000,00	0,00	500,00	500,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Parecer 01: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos				07/07/2009	500,00

submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).		17/08/2009	500,00		
Parecer 02: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).		22/09/2009	500,00		
Parecer 03: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).		03/11/2009	500,00		
Parecer 04: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).		09/12/2009	500,00		
Parecer 05: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).		15/01/2010	500,00		
Parecer 06: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).		22/02/2010	500,00		
Parecer 07: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).		24/03/2010	500,00		
Parecer 08: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).		23/04/2010	500,00		
Parecer 09: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).		21/05/2010	500,00		
Consultor contratado					
Nome do consultor: Osvaldo Stella Martins		CPF: 641.354.979-34			
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos e a data para entrega dependem da demanda estabelecida pela Comissão Interministerial da Mudança Global do Clima. Por este motivo, o contrato foi estendido 3 (três) vezes, sendo finalizado em 30/12/2011. Não foi solicitado termo aditivo de vigência pela Direção Nacional do Projeto.					
Código do Contrato: 2009/000504					
Objetivo da consultoria: Elaborar pareceres com a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do MDL à Comissão Interministerial da Mudança Global do Clima no setor de energia, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva dessa Comissão.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/06/2009	30/12/2011	5.000,00	0,00	2.000,00	5.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Parecer 01: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).			07/07/2009	500,00	
Parecer 02: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).			17/08/2009	500,00	

Parecer 03: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	22/09/2009	500,00			
Parecer 04: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	03/11/2009	500,00			
Parecer 05: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	09/12/2009	500,00			
Parecer 06: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	15/01/2010	500,00			
Parecer 07: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	22/02/2010	500,00			
Parecer 08: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	24/03/2010	500,00			
Parecer 09: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	23/04/2010	500,00			
Parecer 10: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	21/05/2010	500,00			
Consultor contratado					
Nome do consultor: João Carlos Nascimento Alcantara	CPF: 434.639.247-49				
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos e a data para entrega dependem da demanda estabelecida pela Comissão Interministerial da Mudança Global do Clima. Por este motivo, o contrato foi estendido 3 (três) vezes, sendo finalizado em 30/12/2011.					
Código do Contrato: 2009/000505					
Objetivo da consultoria: Elaborar pareceres com a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do MDL à Comissão Interministerial da Mudança Global do Clima no setor de energia, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva dessa Comissão.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/06/2009	30/12/2011	5.000,00	0,00	2.000,00	5.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Parecer 01: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).				07/07/2009	500,00
Parecer 02: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).				17/08/2009	500,00
Parecer 03: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).				22/09/2009	500,00
Parecer 04: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).				03/11/2009	500,00

Parecer 05: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).		09/12/2009	500,00		
Parecer 06: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).		15/01/2010	500,00		
Parecer 07: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).		22/02/2010	500,00		
Parecer 08: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).		24/03/2010	500,00		
Parecer 09: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).		23/04/2010	500,00		
Parecer 10: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).		21/05/2010	500,00		
Consultor contratado					
Nome do consultor: Rachel Martins Henriques		CPF: 028.952.357-59			
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos e a data para entrega dependem da demanda estabelecida pela Comissão Interministerial da Mudança Global do Clima. Por este motivo, o contrato foi estendido 3 (três) vezes, sendo finalizado em 30/12/2011.					
Código do Contrato: 2009/000507					
Objetivo da consultoria: Elaborar pareceres com a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do MDL à Comissão Interministerial da Mudança Global do Clima no setor de indústria e uso de solventes, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva dessa Comissão.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/06/2009	29/06/2012	5.000,00	0,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Parecer 01: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).			07/07/2009	500,00	
Parecer 02: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).			17/08/2009	500,00	
Parecer 03: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).			22/09/2009	500,00	
Parecer 04: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).			03/11/2009	500,00	
Parecer 05: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).			09/12/2009	500,00	
Parecer 06: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).			15/01/2010	500,00	

Parecer 07: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).			22/02/2010	500,00	
Parecer 08: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).			24/03/2010	500,00	
Parecer 09: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).			23/04/2010	500,00	
Parecer 10: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).			21/05/2010	500,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Angela Moura Barbarulo			CPF: 275.347.648-90		
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos e a data para entrega dependem da demanda estabelecida pela Comissão Interministerial da Mudança Global do Clima. Por este motivo, o contrato foi estendido 4 (quatro) vezes, estando vigente até 29/06/2012.					
Código do Contrato: 2009/000508					
Objetivo da consultoria: Elaborar pareceres com a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do MDL à Comissão Interministerial da Mudança Global do Clima nos setores de tratamento de resíduos, agropecuária e uso da terra, mudança no uso da terra e florestas, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva dessa Comissão.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/06/2009	30/12/2011	17.800,00	0,00	500,00	12.300,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Parecer 01: Possíveis alterações nas regras das atividades de projeto de florestamento/ reflorestamento no MDL, com vistas a aumentar a participação dos mesmos no mercado de carbono.			19/06/2009	3.300,00	
Parecer 02: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).			03/07/2009	500,00	
Parecer 03: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).			13/07/2009	500,00	
Parecer 04: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).			23/07/2009	500,00	
Parecer 05: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).			03/08/2009	500,00	
Parecer 06: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).			18/08/2009	500,00	
Parecer 07: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).			28/08/2009	500,00	
Parecer 08: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo			08/09/2009	500,00	

(MDL).		
Parecer 09: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	21/09/2009	500,00
Parecer 10: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	02/10/2009	500,00
Parecer 11: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	13/10/2009	500,00
Parecer 12: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	26/10/2009	500,00
Parecer 13: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	06/11/2009	500,00
Parecer 14: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	18/11/2009	500,00
Parecer 15: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	30/11/2009	500,00
Parecer 16: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	11/12/2009	500,00
Parecer 17: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	18/01/2010	500,00
Parecer 18: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	20/01/2010	500,00
Parecer 19: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	22/01/2010	500,00
Parecer 20: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	03/02/2010	500,00
Parecer 21: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	12/02/2010	500,00
Parecer 22: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	22/02/2010	500,00
Parecer 23: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	03/03/2010	500,00
Parecer 24: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	15/03/2010	500,00
Parecer 25: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	26/03/2010	500,00
Parecer 26: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	05/04/2010	500,00
Parecer 27: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo	20/04/2010	500,00

(MDL). Parecer 28: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Parecer 29: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Parecer 30: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).			30/04/2010	500,00	
			10/05/2010	500,00	
			21/05/2010	500,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Marcelo Theoto Rocha			CPF: 142.600.928-39		
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos e a data para entrega dependem da demanda estabelecida pela Comissão Interministerial da Mudança Global do Clima. Por este motivo, o contrato foi estendido 3 (três) vezes, sendo que a última vigência seria 30/12/2011. Porém, o consultor solicitou rescisão do contrato em 23/09/2011. Não foi contratado substituto para este posto.					
Código do Contrato: 2009/000807					
Objetivo da consultoria: Elaborar pareceres com a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do MDL à Comissão Interministerial da Mudança Global do Clima nos setores de energia, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva dessa Comissão.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
17/08/2009	30/12/2011	5.000,00	0,00	2.500,00	5.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Parecer 01: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).			14/09/2009	500,00	
Parecer 02: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).			28/10/2009	500,00	
Parecer 03: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).			01/12/2009	500,00	
Parecer 04: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).			20/01/2010	500,00	
Parecer 05: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).			22/02/2010	500,00	
Parecer 06: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).			24/03/2010	500,00	
Parecer 07: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).			23/04/2010	500,00	
Parecer 08: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).			21/05/2010	500,00	

Parecer 09: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	25/06/2010	500,00
Parecer 10: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	26/07/2010	500,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Paulo Hélio Kanayama	CPF: 118.318.428-07	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos e a data para entrega dependem da demanda estabelecida pela Comissão Interministerial da Mudança Global do Clima. Por este motivo, o contrato foi estendido 3 (três) vezes, sendo finalizado em 30/12/2011.		

Código do Contrato: 2010/000398					
Objetivo da consultoria: Elaborar pareceres com a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do MDL à Comissão Interministerial da Mudança Global do Clima no setor de tratamento de resíduos, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva dessa Comissão.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
07/06/2010	30/12/2011	5.000,00	0,00	1.000,00	2.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Parecer 01: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).				25/06/2010	500,00
Parecer 02: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).				14/07/2010	500,00
Parecer 03: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).				02/08/2010	500,00
Parecer 04: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).				30/08/2010	500,00
Parecer 05: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).				17/09/2010	500,00
Parecer 06: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).				04/10/2010	500,00
Parecer 07: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).				29/10/2010	500,00
Parecer 08: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).				12/11/2010	500,00
Parecer 09: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).				26/11/2010	500,00
Parecer 10: Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo				08/12/2010	500,00

(MDL).					
Consultor contratado					
Nome do consultor: Ana Ghislane Henriques Pereira van Elk				CPF: 504.002.154-20	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos e a data para entrega dependem da demanda estabelecida pela Comissão Interministerial da Mudança Global do Clima. Por este motivo, o contrato foi estendido 2 (duas) vezes, sendo finalizado em 30/12/2011.					
A consultora não renovou o contrato por ter sido selecionada em concurso público					
Código do Contrato: 2010/000874					
Objetivo da consultoria: Apoiar a ampliação dos componentes MDL e Comissão Interministerial no sítio de mudança do clima da home page do MCT, incluindo a preparação e disponibilização de documentos e outros instrumentos que auxiliem os trabalhos relacionados aos projetos MDL e à manutenção do Sistema SIGMDL.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
25/10/2010	25/10/2011	51.200,00	0,00	40.850,00	51.200,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Relatório contendo descrição do apoio à atualização dos menus MDL e Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, exceto Membros da Comissão acesso restrito, e outras atividades implementadas relacionadas à manutenção e atualização da página de Mudança do Clima do MCT e do SIGMDL – Parte I.				05/11/2010	3.200,00
Produto 02: Relatório contendo descrição do apoio à atualização dos menus MDL e Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, exceto Membros da Comissão acesso restrito, e outras atividades implementadas relacionadas à manutenção e atualização da página de Mudança do Clima do MCT e do SIGMDL – Parte II.				22/11/2010	3.750,00
Produto 03: Relatório contendo descrição do apoio à atualização dos menus MDL e Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, exceto Membros da Comissão acesso restrito, e outras atividades implementadas relacionadas à manutenção e atualização da página de Mudança do Clima do MCT e do SIGMDL – Parte III.				08/12/2010	3.400,00
Produto 04: Relatório contendo descrição do apoio à atualização dos menus MDL e Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, exceto Membros da Comissão acesso restrito, e outras atividades implementadas relacionadas à manutenção e atualização da página de Mudança do Clima do MCT e do SIGMDL – Parte IV.				14/01/2011	4.100,00
Produto 05: Relatório contendo descrição do apoio à atualização dos menus MDL e Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, exceto Membros da Comissão acesso restrito, e outras atividades implementadas relacionadas à manutenção e atualização da página de Mudança do Clima do MCT e do SIGMDL – Parte V.				10/02/2011	3.950,00
Produto 6: Relatório contendo descrição do apoio à atualização dos menus MDL e Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, exceto Membros da Comissão acesso restrito, e outras atividades implementadas relacionadas à manutenção e atualização da página de Mudança do Clima do MCT e do SIGMDL – Parte VI.				15/03/2011	3.450,00
Produto 07: Relatório contendo descrição do apoio à atualização dos menus MDL e Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, exceto Membros da Comissão acesso restrito, e outras				12/04/2011	3.650,00

atividades implementadas relacionadas à manutenção e atualização da página de Mudança do Clima do MCT e do SIGMDL – Parte VII. Produto 08: Relatório contendo descrição do apoio à atualização dos menus MDL e Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, exceto Membros da Comissão acesso restrito, e outras atividades implementadas relacionadas à manutenção e atualização da página de Mudança do Clima do MCT e do SIGMDL – Parte VIII.		06/05/2011	3.700,00		
Produto 09: Relatório contendo descrição do apoio à atualização dos menus MDL e Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, exceto Membros da Comissão acesso restrito, e outras atividades implementadas relacionadas à manutenção e atualização da página de Mudança do Clima do MCT e do SIGMDL – Parte IX.		09/06/2011	3.300,00		
Produto 10: Relatório contendo descrição do apoio à atualização dos menus MDL e Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, exceto Membros da Comissão acesso restrito, e outras atividades implementadas relacionadas à manutenção e atualização da página de Mudança do Clima do MCT e do SIGMDL – Parte X.		05/07/2011	3.500,00		
Produto 11: Relatório contendo descrição do apoio à atualização dos menus MDL e Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, exceto Membros da Comissão acesso restrito, e outras atividades implementadas relacionadas à manutenção e atualização da página de Mudança do Clima do MCT e do SIGMDL – Parte XI.		02/08/2011	3.350,00		
Produto 12: Relatório contendo descrição do apoio à atualização dos menus MDL e Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, exceto Membros da Comissão acesso restrito, e outras atividades implementadas relacionadas à manutenção e atualização da página de Mudança do Clima do MCT e do SIGMDL – Parte XII.		01/09/2011	3.150,00		
Produto 13: Relatório consolidado de todos os produtos desenvolvidos no âmbito dessa consultoria, com a identificação da quantidade de página adicional inserida, bem como resultados de atualizações geradas desde o início da consultoria e gravação de mídia contendo <i>back-up</i> da aplicação e banco de dados do SIGMDL.		07/10/2011	8.700,00		
Consultor contratado					
Nome do consultor: Henrique Silva Moura		CPF: 724.797.601-20			
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: contrato executado de acordo com o cronograma. O produto 13 foi entregue em 2 de setembro de 2011, antes do término do contrato. Por este motivo o contrato foi rescindido em 12/09/2011, a pedido do consultor. Não foi contratado substituto para este posto.					
Código do Contrato: 2010/000895					
Objetivo da consultoria: Realizar levantamento de informações atualizadas e periódicas em relação ao status das atividades de projetos MDL no Brasil e no mundo, bem como organizar informações para subsidiar as atividades desenvolvidas no âmbito da Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC), em especial, a análise documental de projetos submetidos à Comissão.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05/11/2010	04/11/2011	64.000,00	55.200,00	36.400,00	45.200,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Relatório com o status atual das atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) no Brasil e no mundo em outubro de 2010.	20/11/2010	4.400,00
Produto 02: Relatório com o status atual das atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) no Brasil e no mundo em novembro de 2010.	10/12/2010	4.400,00
Produto 03: Relatório com o status atual das atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) no Brasil e no mundo em dezembro de 2010.	17/01/2011	4.400,00
Produto 04: Relatório com o status atual das atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) no Brasil e no mundo em janeiro de 2011.	14/02/2011	4.400,00
Produto 05: Relatório com o status atual das atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) no Brasil e no mundo em fevereiro de 2011.	15/03/2011	4.400,00
Produto 06: Relatório com o status atual das atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) no Brasil e no mundo em março de 2011.	11/04/2011	4.400,00
Produto 07: Relatório com o status atual das atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) no Brasil e no mundo em abril de 2011.	16/05/2011	4.400,00
Produto 08: Relatório com o status atual das atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) no Brasil e no mundo em maio de 2011.	13/06/2011	4.400,00
Produto 09: Relatório com o status atual das atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) no Brasil e no mundo em junho de 2011.	08/07/2011	4.400,00
Produto 10: Relatório com o status atual das atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) no Brasil e no mundo em julho de 2011.	12/08/2011	4.400,00
Produto 11: Relatório com o status atual das atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) no Brasil e no mundo em agosto de 2011.	06/09/2011	4.400,00
Produto 10: Relatório com o status atual das atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) no Brasil e no mundo em setembro de 2011.	03/10/2011	4.400,00
Produto 13: Relatório consolidado contendo todos os levantamentos realizados durante o contrato, incluindo aqueles previstos para serem apresentados a cada 15 dias, conforme descrição das atividades.	28/10/2011	11.200,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Eagles Muniz Alves		CPF: 012.895.345-43
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: contrato executado de acordo com o cronograma. Por solicitação do Diretor Nacional do Projeto BRA07002, à época, produto 13 foi dividido em duas partes, correspondendo a 50% (cinquenta por cento) do valor previsto, no termo de referência, para cada parte. O produto 13 parte1 foi entregue em 2 de setembro de 2011, contabilizando o pagamento de R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais), ao consultor. Contrato rescindido em 08/07/2011, a pedido do consultor. Não foi contratado substituto para este posto.		
Código do Contrato: 2010/000927		
Objetivo da consultoria: Elaborar documentos técnicos com a análise de projetos MDL submetidos à Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC), bem como preparar respostas técnicas a		

eventuais requerimentos recebidos e Ofícios a serem enviados aos proponentes dos projetos avaliados e/ou outros documentos e relatórios julgados necessários, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da referida Comissão.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
29/11/2010	29/11/2011	72.160,00	66.160,00	9.080,00	15.080,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Preparação de, pelo menos, três documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.				17/12/2010	6.000,00
Produto 02: Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.				21/01/2011	9.080,00
Produto 03: Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.				23/02/2011	9.080,00
Produto 04: Preparação de, pelo menos, três documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.				28/03/2011	6.000,00
Produto 05: Preparação de, pelo menos, três documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em				29/04/2011	6.000,00

<p>especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p> <p>Produto 06: Preparação de, pelo menos, três documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p> <p>Produto 07: Preparação de, pelo menos, três documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p> <p>Produto 08: Preparação de, pelo menos, três documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p> <p>Produto 09: Preparação de, pelo menos, três documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p> <p>Produto 10: Preparação de, pelo menos, três documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p> <p>Produto 11: Preparação de, pelo menos, três documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p>	<p>31/05/2011</p> <p>30/06/2011</p> <p>01/08/2011</p> <p>05/09/2011</p> <p>10/10/2011</p> <p>18/11/2011</p>	<p>6.000,00</p> <p>6.000,00</p> <p>6.000,00</p> <p>6.000,00</p> <p>6.000,00</p> <p>6.000,00</p>
Consultor contratado		

Nome do consultor: Marcela Cardoso Guilles da Conceição				CPF: 102.316.467-12	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato rescindido em 18/02/2011, a pedido do consultor.					
Não foi contratado substituto para este posto.					
Código do Contrato: 2010/000929					
Objetivo da consultoria: Elaborar documentos técnicos com a análise de projetos MDL submetidos à Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC), bem como preparar respostas técnicas a eventuais requerimentos recebidos e Ofícios a serem enviados aos proponentes dos projetos avaliados e/ou outros documentos e relatórios julgados necessários, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da referida Comissão.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
30/11/2010	30/11/2011	96.816,00	88.816,00	88.816,00	96.816,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.				17/12/2010	8.000,00
Produto 02: Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.				21/01/2011	8.000,00
Produto 03: Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.				23/02/2011	8.000,00
Produto 04: Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para				28/03/2011	8.000,00

<p>subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p> <p>Produto 05: Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p> <p>Produto 06: Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p> <p>Produto 07: Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p> <p>Produto 08: Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p> <p>Produto 09: Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p> <p>Produto 10: Preparação de, pelo menos, cinco documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p> <p>Produto 11: Preparação de, pelo menos, cinco documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL</p>	29/04/2011	8.000,00
	31/05/2011	8.000,00
	30/06/2011	8.000,00
		8.000,00
		8.000,00
		12.408,00

submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.				12.408,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Thiago de Araujo Mendes				CPF: 049.528.696-60	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Com a autorização do Diretor Nacional do Projeto BRA07002, à época, foi antecipada a entrega de alguns produtos deste contrato. Contrato rescindido em 06/07/2011, a pedido do consultor.					
Código do Contrato: 2010/000930					
Objetivo da consultoria: Elaborar documentos técnicos com a análise de projetos MDL submetidos à Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC), bem como preparar respostas técnicas a eventuais requerimentos recebidos e Ofícios a serem enviados aos proponentes dos projetos avaliados e/ou outros documentos e relatórios julgados necessários, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da referida Comissão.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
29/11/2010	29/11/2011	61.050,00	56.050,00	56.050,00	61.050,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Preparação de, pelo menos, dois documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.				17/12/2010	5.000,00
Produto 02: Preparação de, pelo menos, Três documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.				21/01/2011	8.025,00
Produto 03: Preparação de, pelo menos, Três documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.				23/02/2011	8.025,00

<p>Produto 04: Preparação de, pelo menos, dois documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p>	28/03/2011	5.000,00
<p>Produto 05: Preparação de, pelo menos dois documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p>	29/04/2011	5.000,00
<p>Produto 06: Preparação de, pelo menos, dois documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p>	31/05/2011	5.000,00
<p>Produto 07: Preparação de, pelo menos, dois documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p>	30/06/2011	5.000,00
<p>Produto 08: Preparação de, pelo menos, dois documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p>	01/08/2011	5.000,00
<p>Produto 09: Preparação de, pelo menos, dois documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p>	05/09/2011	5.000,00
<p>Produto 10: Preparação de, pelo menos, dois documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos,</p>		

bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.				10/10/2011	5.000,00
Produto 11: Preparação de, pelo menos, dois documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.				18/11/2011	5.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Paulo Henrique Cunha Soares				CPF: 012.369.361-67	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: execução conforme cronograma.					
Código do Contrato: 2011/000533					
Objetivo da consultoria: Elaborar documentos técnicos com a análise de projetos MDL submetidos à Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC), bem como preparar respostas técnicas a eventuais requerimentos recebidos e Ofícios a serem enviados aos proponentes dos projetos avaliados e/ou outros documentos e relatórios julgados necessários, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da referida Comissão.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/12/2012	30/11/2012	78.000,00	0,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01: Preparação de, pelo menos, dois documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.			16/01/2012	6.000,00	
Produto 02: Preparação de, pelo menos, Três documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.			10/02/2012	6.000,00	
Produto 03: Preparação de, pelo menos, Três documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos					

<p>projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p> <p>Produto 04: Preparação de, pelo menos, dois documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p> <p>Produto 05: Preparação de, pelo menos dois documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p> <p>Produto 06: Preparação de, pelo menos, dois documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p> <p>Produto 07: Preparação de, pelo menos, dois documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p> <p>Produto 08: Preparação de, pelo menos, dois documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p> <p>Produto 09: Preparação de, pelo menos, dois documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em</p>	08/03/2012	6.000,00
	18/04/2012	6.000,00
	30/04/2012	6.000,00
	16/05/2012	6.000,00
	31/05/2012	6.000,00
	15/06/2012	6.000,00
	13/07/2012	6.000,00

<p>especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p> <p>Produto 10: Preparação de, pelo menos, dois documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p> <p>Produto 11: Preparação de, pelo menos, dois documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p> <p>Produto 12: Preparação de, pelo menos, dois documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p> <p>Produto 13: Preparação de, pelo menos, dois documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p>	<p>28/08/2012</p> <p>14/09/2012</p> <p>31/10/2012</p> <p>19/11/2012</p>	<p>6.000,00</p> <p>6.000,00</p> <p>6.000,00</p> <p>6.000,00</p>
Consultor contratado		
Nome do consultor: Breno Simonini Teixeira		CPF: 876.384.101-06
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: execução conforme cronograma.		

Análise Crítica

A principal justificativa para a contratação de consultores na modalidade produto diz respeito à necessidade de se adquirir conhecimentos especializados, atendendo a demandas de caráter inconstante. Desse modo, os consultores são demandados conforme a necessidade de produção de informações específicas, apresentadas no formato de produto.

Entende-se ser necessário analisar os projetos no âmbito da Seped/CGMC para os quais foram contratados consultores, no intuito de adquirir conhecimentos especializados.

O Projeto “Terceira Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima” – BRA/10/G32, cujo objetivo é “ajudar o Governo do Brasil a realizar as atividades necessárias para preparar a Terceira Comunicação Nacional à Conferência das Partes, em conformidade com

a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC)”, contou com o apoio de 6 (seis) consultores especializados no ano de 2011, conforme detalhado no Relatório de Gestão 2011.

São resultados previstos para o Projeto: (i) inventário de gases de efeito estufa (GEE) nacional para o período 2000-2010 elaborado e séries temporais para 1990-2000 refinadas para os principais setores emissores; (ii) circunstâncias nacionais, medidas tomadas ou previstas, limitações e necessidades avaliadas como subsídios para a implementação da CQNUMC no Brasil; (iii) vulnerabilidades setoriais e regionais à mudança do clima avaliadas por meio de metodologias e modelos climáticos aperfeiçoados; (iv) Terceira Comunicação Nacional do Brasil publicada e apresentada ao Governo e às partes interessadas em nível nacional.

Informa-se que os objetivos das contratações de consultores realizadas foram atingidos, uma vez que os produtos gerados foram utilizados nas atividades previstas.

Por sua vez, para a consecução dos objetivos do Projeto “Modernização Institucional para Fortalecimento da Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima” – BRA/07/002, 14 (quatorze) consultores possuíam contratos vigentes ao longo de 2011, conforme detalhado também no relatório em apreço, sendo cinco consultores técnicos (um deles contratado em dezembro de 2011) e nove consultores que compunham o painel de especialistas. O Projeto tem como resultados específicos: (i) o estabelecimento operacional do painel de especialistas para avaliação técnica quanto à contribuição ao desenvolvimento sustentável dos projetos MDL submetidos à CIMGC; (ii) o estabelecimento de um mecanismo de consulta jurídica para a CIMGC; (iii) o desenvolvimento de programas de capacitação e gerenciamento de informações em relação ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo; e (iv) a implementação de um programa de apoio ao credenciamento de instituições brasileiras como Entidades Operacionais Designadas do MDL e ao estabelecimento de painéis técnicos.

Notifica-se, igualmente, que os objetivos das contratações de consultores realizadas foram atingidos, uma vez que os produtos gerados foram utilizados nas atividades previstas.

18. AVALIAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA CELEBRADO PELA UNIDADE JURISDICIONADA (ITEM 38 DA PARTE “C” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010)

Tabela 64: Quadro C.38.1 – Identificação dos Termos de Parceria vigentes no exercício

Informações da entidade parceira	CNPJ	05.220.369/0001-23	
	Nome	Centro de Pesquisas do Pantanal - CPP, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público	
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)	Inciso XII XII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo	
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)	O Regulamento de aquisições da OSCIP foi aprovado pelo Conselho Deliberativo em 2004, e encontra-se disponível no site do CPP.	
Informações do Termo de Parceria	Número	644.317	
	Data Celebração	29/12/2008	
	Registrado no SICONV?	Não (Processo MCTI n.º 01200.0003350/2008-08)	
	Forma de escolha da entidade parceira		
	Objeto	Consolidação das redes de pesquisa sobre os ecossistemas do Pantanal, visando a sustentabilidade das principais atividades econômicas do pantanal, a formação de recursos humanos e o apoio à tomada de decisão para a definição de políticas públicas.	
	UJ Parceira	Nome	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	Início	29/12/2008
		Fim	31/12/2012
	Valor Global (em R\$ 1,00)	Da UJ	2.875.097,00
		Da Entidade	28.537,00

Fonte: CGEC/SEPED, DECON/SPOA e SIAFI

Tabela 65: Quadro C.38.2 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício em razão de termo de parceria

Identificação da Entidade Parceira			
Nome	Centro de Pesquisas do Pantanal - CPP, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público		
CNPJ	05.220.369/0001-23		
Valores Repassados no exercício (R\$ 1,00)			
No Primeiro Semestre		No Segundo Semestre	
Janeiro		Julho	
Fevereiro		Agosto	
Março		Setembro	0
Abril		Outubro	
Maio		Novembro	
Junho		Dezembro	
Total		Total	0

Fonte: CGEC/SEPED, DECON/SPOA e SIAFI

Tabela 66: Quadro C.38.3 – Dados agregados dos Termos de Parceria de exercícios antecedentes ao de referência

Exercícios	Quantidade de Termos vigentes	Montante repassado no Exercício (em R\$ 1,00)
2010	1	700.000,00
2009	1	683.105,00

Fonte: CGEC/SEPED, DECON/SPOA e SIAFI

Tabela 67: Quadro C.38.4 – Composição da Comissão de Avaliação do Resultado da Parceria (Art. 11, § 1º da Lei nº 9.790/99)

Membros da Comissão			Ato de designação
Nome	CPF	Órgão que representa	
Fernando André Pereira das Neves	084.725.221-68	MCTI – Titular	Portaria n.º 883 – DOU 25/10/2010
Claudia Morosi Czameski	491.861.401-91	MCTI - Suplente	Portaria n.º 883 – DOU 25/10/2010
Alfredo de Souza Mendes	143.513.901-15	MCTI - Titular	Portaria n.º 883 – DOU 25/10/2010
Marinez Isaac Marques	208.461.001-00	CPP - Titular	Portaria n.º 883 – DOU 25/10/2010

Fonte: CGEC/SEPED, DECON/SPOA e SIAFI

Tabela 68: Quadro C.38.5 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício

CNPJ da Entidade Parceira	Data da apresentação das contas	Período de Referência		Situação da Análise*	Decisão**
		Data Início	Data Fim		
*Situação da Análise:			**Decisão:		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Concluída ▪ Em andamento ▪ Não iniciada 			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aprovada ▪ Reprovada ▪ Em exigência 		

Fonte: CGEC/SEPED, DECON/SPOA e SIAFI

Tabela 69: Quadro C.38.6 – Demonstrativo dos indicadores pactuados com a Entidade Parceira

Identificação da Entidade Parceira			
Nome			CNPJ
Caracterização do Indicador 1			
Nome	Número de ações gerenciais realizadas (NAGR)		
Fórmula de Cálculo	Quantidade realizada		
Unidade de Medida	Nº		
Periodicidade de Medição	anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 1			
Meta do exercício (as metas indicadas referem-se ao 1º semestre de 2011, visto que a avaliação é anual e somente será realizada em 2012)	Pactuada	7	
	Realizada	8	
	% Realização	114	
% de Realização da Meta de exercícios anteriores	Exercícios	2010	100,0
		2009	122,0
Análise do Indicador 1			
Caracterização do Indicador 2			
Nome	Índice de Investimentos em Equipamentos para as Redes Temáticas do CPP (IIERT)		
Fórmula de Cálculo	IIERT = ACT / TRR * 100		
	Unidade: % sem casa decimal		
	ACT = Recursos financeiros aplicados em equipamentos para as redes temáticas no ano		
	TRR = Total de Recursos repassados para equipamentos pelo MCT.		
Unidade de Medida	%		
Periodicidade de Medição	Anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 2			
Meta do exercício (as metas indicadas referem-se ao 1º semestre de 2011, visto que a avaliação é anual e somente será realizada em 2012)	Pactuada	100,0	
	Realizada	77,81	

semestre de 2011, visto que a avaliação é anual e somente será realizada em 2012)	% Realização	77,81	
% de Realização da Meta de exercícios anteriores	Exercícios	2010	80,0
		2009	40,74
Análise do Indicador 2			
Caracterização do Indicador 3			
Nome	Número de Projetos, Programas, Prestação de Serviços e Ações formalizadas – (NPPA)		
Fórmula de Cálculo	Quantidade realizada		
Unidade de Medida	Nº		
Periodicidade de Medição	anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 3			
Meta do exercício (as metas indicadas referem-se ao 1º semestre de 2011, visto que a avaliação é anual e somente será realizada em 2012)	Pactuada	1	
	Realizada	1	
	% Realização	100,0	
% de Realização da Meta de exercícios anteriores	Exercícios	2010	100,0
		2009	100,0
Análise do Indicador 3			
Caracterização do Indicador 4			
Nome	Número de avaliações técnico-científicas – (NATC)		
Fórmula de Cálculo	Quantidade realizada		
Unidade de Medida	Nº		
Periodicidade de Medição	anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 4			
Meta do exercício (as metas indicadas referem-se ao 1º semestre de 2011, visto que a avaliação é anual e somente será realizada em 2012)	Pactuada	3	
	Realizada	3	
	% Realização	100,0	
% de Realização da Meta de exercícios anteriores	Exercícios	2010	100,0
		2009	100,0
Análise do Indicador 4			
Caracterização do Indicador 5			
Nome	Índice de participações em eventos e meios de divulgação da Rede – (IPE)		
Fórmula de Cálculo	IPE = PE/NPE PE* = Soma dos trabalhos divulgados nos eventos técnico-científicos por cada um dos pesquisadores mestres e doutores da rede NPE = número de pesquisadores mestres e doutores da rede. * Se o mesmo trabalho for apresentado por n pesquisadores da rede, ele será computado n vezes. Este procedimento valoriza o trabalho em equipe. Ao contrário estaríamos valorizando o trabalho individual o que não é objetivo da rede.		
Unidade de Medida	%		
Periodicidade de Medição	anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 5			
Meta do exercício (as metas indicadas referem-se ao 1º semestre de 2011, visto que a avaliação é anual e somente será realizada em 2012)	Pactuada	REDE PECUÁRIA – 2,6 REDE PESCA – 2,7 REDE BIOPROSPECÇÃO – 4,0	
	Realizada	REDE PECUÁRIA – 2,28 REDE PESCA – 1,10 REDE BIOPROSPECÇÃO – 4,58	
	% Realização	REDE PECUÁRIA - 87 REDE PESCA – 40,7 REDE BIOPROSPECÇÃO – 114	

% de Realização da Meta de exercícios anteriores	Exercícios	2010	REDE PECUÁRIA – 106,4 REDE PESCA – 106,0 REDE BIOPROSPECÇÃO – 114,28
		2009	REDE PECUÁRIA – 632,0 REDE PESCA – 177,0
Análise do Indicador 5			
Caracterização do Indicador 6			
Nome	Índice de trabalhos defendidos – (ITDO)		
Fórmula de Cálculo	ITDO = [(NTD*3) + (NTM*2) + (NTO)]/ NPA ITDO - trabalhos defendidos NTD = N° de teses defendidas NTM = N° de dissertações defendidas NTO = N° de monografias ou trabalhos de conclusão de curso defendidos NPA = Número de pesquisadores mestres e doutores de Instituições de Ensino Superior vinculados a Rede. Pesos: 3 – Tese 2 – Dissertação 1 – Monografia ou Trabalhos de Conclusão.		
Unidade de Medida	%		
Periodicidade de Medição	anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 6			
Meta do exercício (as metas indicadas referem-se ao 1º semestre de 2011, visto que a avaliação é anual e somente será realizada em 2012)	Pactuada	REDE PECUÁRIA – 1,25 REDE PESCA – 1,0 REDE BIOPROSPECÇÃO – 2,0	
	Realizada	REDE PECUÁRIA – 1,60 REDE PESCA – 1,15 REDE BIOPROSPECÇÃO – 2,04	
	% Realização	REDE PECUÁRIA – 128,0 REDE PESCA – 115,0 REDE BIOPROSPECÇÃO – 102,0	
% de Realização da Meta de exercícios anteriores	Exercícios	2010	REDE PECUÁRIA – 125,0 REDE PESCA – 105,0 REDE BIOPROSPECÇÃO – 140,3
		2009	REDE PECUÁRIA – 264,0 REDE PESCA – 270,0 REDE BIOPROSPECÇÃO – 596,0
Análise do Indicador 6			
Caracterização do Indicador 7			
Nome	Índice de Formação de Recursos Humanos – (IFRH)		
Fórmula de Cálculo	IFRH=[(NED* 3) + (NEM*2)+ (NEO*1)] / NPA NED = N° de doutorandos NEM = N° de mestrandos NEO = N° de estudantes de especialização e graduandos. NPA = Número de pesquisadores mestres e doutores de Instituições de Ensino Superior vinculados a Rede. Pesos: 3 – Doutorandos 2 – Mestrandos 1–Graduandos, alunos de Especialização.		
Unidade de Medida	%		
Periodicidade de Medição	Anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 7			
Meta do exercício (as metas indicadas referem-se ao 1º semestre de 2011, visto que a avaliação é anual e somente será realizada	Pactuada	REDE PECUÁRIA – 4,75 REDE PESCA – 3,40 REDE BIOPROSPECÇÃO – 2,0	
	Realizada	REDE PECUÁRIA – 5,82 REDE PESCA – 4,26 REDE BIOPROSPECÇÃO – 2,67	

em 2012)	% Realização	REDE PECUÁRIA – 122,5 REDE PESCA – 125,2 REDE BIOPROSPECÇÃO – 133,5	
% de Realização da Meta de exercícios anteriores	Exercícios	2010	REDE PECUÁRIA – 105,1 REDE PESCA – 104,0 REDE BIOPROSPECÇÃO – 103,25
		2009	REDE PECUÁRIA – 240,5 REDE PESCA – 326,0 REDE BIOPROSPECÇÃO – 271,0
Análise do Indicador 7			
Caracterização do Indicador 8			
Nome	Números de eventos favorecendo a interação entre pesquisadores e comunidades não-científica – (NEFIC)		
Fórmula de Cálculo	Quantidade realizada		
Unidade de Medida	Nº		
Periodicidade de Medição	anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 8			
Meta do exercício (as metas indicadas referem-se ao 1º semestre de 2011, visto que a avaliação é anual e somente será realizada em 2012)	Pactuada	REDE PECUÁRIA - 1 REDE PESCA – 1	
	Realizada	REDE PECUÁRIA – 1 REDE PESCA – 1	
	% Realização	REDE PECUÁRIA – 100,0 REDE PESCA – 100,0	
% de Realização da Meta de exercícios anteriores	Exercícios	2010	REDE PECUÁRIA – 100,0 REDE PESCA – 100,0
		2009	REDE PECUÁRIA REDE PESCA
Análise do Indicador 8			
Caracterização do Indicador 9			
Nome	Índice Total de Publicações – (INTP)		
Fórmula de Cálculo	ITP = [(Ncat A) + (Ncat B) + (NcatC)]/NPE É igual a soma das categorias A, B e C As publicações técnico-científicas (capítulos de livros, artigos em periódicos, artigos ou resumos estendidos em anais) serão divididas em 3 categorias: Cat. A: envolve 3 ou mais instituições ou áreas de conhecimento. Cat. B: envolve 2 instituições ou áreas de conhecimento. Cat. C: envolve 1 instituição ou área de conhecimento. [(Ncat A) + (Ncat B) + (NcatC)]* =soma das publicações técnico-científicas de cada um dos pesquisadores da rede. NPE = número de pesquisadores mestres e doutores da rede. * Se o mesmo trabalho for publicado com n autores da rede, ele será computado n vezes. Este procedimento valoriza o trabalho em equipe. Ao contrário estaríamos valorizando o trabalho individual o que não é objetivo da rede.		
Unidade de Medida	%		
Periodicidade de Medição	anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 9			
Meta do exercício (as metas indicadas referem-se ao 1º semestre de 2011, visto que a avaliação é anual e somente será realizada em 2012)	Pactuada	REDE PECUÁRIA – 2,0 REDE PESCA – 3,2 REDE BIOPROSPECÇÃO – 1,8	
	Realizada	REDE PECUÁRIA – 4,17 REDE PESCA – 3,26 REDE BIOPROSPECÇÃO – 3,67	
	% Realização	REDE PECUÁRIA – 208,5 REDE PESCA – 101,8 REDE BIOPROSPECÇÃO – 203,9	
% de Realização da Meta de exercícios anteriores	Exercícios	2010	REDE PECUÁRIA – 104,5 REDE PESCA – 132,8 REDE BIOPROSPECCÃO – 120,0

		2009	REDE PECUÁRIA – 400,0 REDE PESCA – 100,0
Análise do Indicador 9			
Caracterização do Indicador 10			
Nome	Índice de Publicações em Rede – (IPR)		
Fórmula de Cálculo	IPR = [(NcatA*2 + NcatB)]/NPE As categorias A e B foram definidas no indicador IPT (item 5.0 acima). No calculo do IPR a categoria A (catA) tem o peso 2 e a categoria B (catB) tem o peso 1. A categoria C não entra no calculo deste indicador. [(NcatA*2 + NcatB)]* =soma das publicações técnico-científicas de cada um dos pesquisadores da rede. NPE = número de pesquisadores mestres e doutores da rede. NPE= Número de pesquisadores mestres e doutores da rede Define-se a meta de publicações anual como sendo a da categoria A ou seu equivalente nas outras categorias * Se o mesmo trabalho for publicado com n autores da rede, ele será computado n vezes. Este procedimento valoriza o trabalho em equipe. Ao contrário estaríamos valorizando o trabalho individual o que não é objetivo da rede.		
Unidade de Medida	%		
Periodicidade de Medição	anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 10			
Meta do exercício (as metas indicadas referem-se ao 1º semestre de 2011, visto que a avaliação é anual e somente será realizada em 2012)	Pactuada	REDE PECUÁRIA – 0,25 REDE PESCA – 0,15	
	Realizada	REDE PECUÁRIA – 1,25 REDE PESCA – 0,29	
	% Realização	REDE PECUÁRIA – 500,0 REDE PESCA – 1,94	
% de Realização da Meta de exercícios anteriores	Exercícios	2010	REDE PECUÁRIA – 72,0 REDE PESCA – 130,0
		2009	REDE PECUÁRIA – 104,0 REDE PESCA – 63,3
Análise do Indicador 10			
Caracterização do Indicador 11			
Nome	Índice de materiais didáticos – científicos divulgados na comunidade pantaneira – (IMDC)		
Fórmula de Cálculo	IMDC*= Número total de material didático - científico elaborado e divulgado pelas redes temáticas (folders, cartazes, cartilhas, livros didáticos, etc) dividido pelo numero de pesquisadores mestres e doutores da rede. * Se o mesmo material for publicado com n autores da rede, ele será computado n vezes. Este procedimento valoriza o trabalho em equipe. Ao contrário estaríamos valorizando o trabalho individual o que não é objetivo da rede.		
Unidade de Medida	%		
Periodicidade de Medição	anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 11			
Meta do exercício (as metas indicadas referem-se ao 1º semestre de 2011, visto que a avaliação é anual e somente será realizada em 2012)	Pactuada	REDE PECUÁRIA – 0,30 REDE PESCA – 0,35	
	Realizada	REDE PECUÁRIA – 0,42 REDE PESCA – 1,23	
	% Realização	REDE PECUÁRIA – 140,0 REDE PESCA – 351,0	
% de Realização da Meta de exercícios anteriores	Exercícios	2010	REDE PECUÁRIA – 116,0 REDE PESCA – 140,0
		2009	REDE PECUÁRIA – 26,0 REDE PESCA – 53,0
Análise do Indicador 11			

Fonte: CGEC/SEPED/MCTI

Análise crítica

No transcorrer do exercício, ocorreu a Adição de Aditivo ao Termo de Parceria, bem como a emissão do respectivo empenho com a OSCIP, CPP – Centro de Pesquisa do Pantanal, parceria que data de 2005, que visa consolidar redes horizontais não-competitivas, aproveitando as vantagens comparativas das instituições de pesquisa e ensino na região do Pantanal.

Entretanto com o advento do Decreto nº 7.592/2011, de 28 de outubro de 2011 que determinou a avaliação da regularidade da execução dos convênios, contratos de repasses e termos de parcerias, celebrados com entidades privadas, sem fins lucrativos, os recursos não foram repassados no exercício, ficando inscritos em restos a pagar, uma vez que a avaliação de regularidade pelas equipes técnica e fiscal, só ocorreu ao final do exercício, dificultando a instrução do processo para a sua liberação.

Providências:

I – As falhas apontadas pela equipe de fiscalização da Divisão de Convênios, no Relatório de Visita, foram todas devidamente justificadas ou sanadas pelo Centro de Pesquisa do Pantanal – CPP (entidade privada, sem fins lucrativos, qualificada como OSCIP);

II – O CPP efetuou a restituição da quantia de R\$ 1.754,44 (um mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos), referente às despesas consideradas irregulares pelas áreas técnicas competentes do Ministério;

III – A Divisão de Convênios emitiu relatório complementar concluindo que a execução financeira do Termo de Parceria nº 13.0009.00/2008 firmado com o CPP vem sendo realizada com regularidade, não apresentando, até o momento, indícios de malversação de recursos públicos;

IV – A Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento emitiu a Nota Técnica nº 01 - CGEP/2012, também concluindo no sentido de que a execução técnica e financeira do projeto estava regular;

V – A Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (órgão da Advocacia-Geral da União) exarou parecer jurídico atestando que a execução do Termo de Parceria em comento foi considerada regular pelos setores técnico e financeiro da Pasta, estando apta, portanto, para ser retomada.

ANEXO

ROL DE RESPONSÁVEIS

ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADES GESTORAS: 240.119

GESTÃO: 00001

Titular (exonerado em 02/02/2011)

NATUREZA DE RESPOSNSABILIDADE Em conformidade com a IN TCU nº 63/2010, art. 10 e 11		CARGO DE DIREÇÃO Secretário da SEPED			
AGENTE:	LUIZ ANTONIO BARRETO DE CASTRO			CPF:	176.577.417-91
ENDEREÇO RESIDENCIAL	SHIS QI 28 – Conjunto 16 – Chácara Dom Bosco – Lago Sul				
MUNICIPIO Brasília	CEP: 71670-360	UF: DF	TELEFONE: (61) 3367.2022	FAX: (61) 2033.7766	
CARGO OU FUNÇÃO:		Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – (Titular)			
DESIGNAÇÃO PORTARIA:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO DA GESTÃO:	
DOU 16/08/2005	Portaria C/C/PR n.º 657/2005	DOU 02/02/2011	Portaria C/C/PR n.º 435/2011	Data de Início 01/01/2011	À data fim 01/02/2011


Titular (ATUAL) nomeado em 02/02/2011

NATUREZA DE RESPOSNSABILIDADE Em conformidade com a IN TCU nº 63/2010, art. 10 e 11			CARGO DE DIREÇÃO Secretário da SEPED		
AGENTE:	CARLOS AFONSO NOBRE			CPF:	738.128.978-49
ENDEREÇO RESIDENCIAL	SHTN Trecho 1 – Lote 1 Bloco G Apto. 242				
MUNICIPIO Brasília	CEP: 70800-200	UF: DF	TELEFONE: (61) 3322.6644	FAX: (61) 2033.7766	
CARGO OU FUNÇÃO:		Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – (Titular)			
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO DA GESTÃO:	
				Data de Início	À data fim
DOU 02/02/2011	PORTARIA CC/PR/N.º 434/2011			02/02/2011	31/12/2011
Afastamento do país				09/08/2011	27/08/11

Substituto

Substituto

NATUREZA DE RESPOSNSABILIDADE Em conformidade com a IN TCU nº 63/2010, art. 10 e 11		CARGO DE DIREÇÃO Diretor e Secretário-Substituto da SEPED			
AGENTE:	Carlos Alfredo Joly			CPF:	952.367.678-43
ENDEREÇO RESIDENCIAL	SHTN Trecho 02, Lote 01, Apto n.º 1-209 do hotel Residência H.PLUS - PREMIER Asa Norte				
MUNICIPIO Brasília	CEP: 71505-200	UF: DF	TELEFONE: (61) 2033-8754	FAX: (61) 2033.7766	
CARGO OU FUNÇÃO:		Diretor e Secretário Substituto da Secretario de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, Portaria MCTI/n.º 198/2011, DOU de 08/04/11, Seção 2 – pág. 7			
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO: O:	DOCUMENTO: TO:	PERÍODO DA GESTÃO:	
				Data de Início	À data fim
Afastamento do país do titular	DOU de 18/08/11 – Seção 2, pag. 5			09/08/2011	27/08/11

		Tribunal de Contas da União Secretaria de Controle Externo - RS Rua Caldas Júnior, 120 - Ed. Baurisul 20º andar Centro Porto Alegre/RS 90018-900 (51) 3228-0788 - (51) 3778-5646 FAX - secex-rs@tcu.gov.br	
NATUREZA OFÍCIO DA EQUIPE	OFÍCIO DE REQUISIÇÃO N.º 03-11/2011	DATA 11/10/2011	PROCESSO N.º 005.718/2011-2
DESTINATÁRIO SECRETÁRIOS EXECUTIVOS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO			

Senhores Secretários-Executivos,

A equipe designada para realização da fiscalização sob a modalidade de monitoramento está finalizando o trabalho de verificação do cumprimento do Acórdão nº 2813/2009 - Plenário (TC-002.024/2009-5).

No intuito de permitir a manifestação das equipes técnicas dos Ministérios envolvidos com a implementação das recomendações, encaminhamos em anexo a versão preliminar do relatório, solicitando que, se assim desejarem, encaminhem à equipe comentários, informações ou documentos adicionais para subsidiar a análise final do cumprimento da mencionada deliberação. Ressaltamos que o documento, encaminhado em anexo, constitui uma versão preliminar, na qual são apresentadas as conclusões da equipe até o momento, de forma a oportunizar aos gestores que se manifestem. Poderá haver, na redação final, entendimentos diversos da equipe, após a análise dos comentários dos gestores e debates com o supervisor da auditoria. O relatório final será, após os pareceres das instâncias internas, encaminhado ao Ministro Relator Aroldo Cedraz para a apreciação final.

Solicitamos que os comentários sejam enviados à equipe, preferencialmente para os e-mails dos membros da equipe de fiscalização: andreki@tcu.gov.br (André Kirchheim), toledods@tcu.gov.br (Daniel Saldanha Toledo), até o dia 11 de novembro de 2011, impreterivelmente, para que possam ser avaliados antes do encaminhamento do relatório.

Agradecemos a colaboração de todos os servidores que auxiliaram a equipe de monitoramento no decorrer dos trabalhos.

Assinado eletronicamente

André Kirchheim
Matr. 3507-6

Daniel Saldanha Toledo
Matr. 7642-2

(designado pela Portaria de Fiscalização nº 1874/2011, alterado pela Portaria nº 1889/2011)